

O Expresso e o PSD

Compreende-se que o PSD tudo faça para passar a ideia de que as suas opções são distintas das do PS e encostar o PS ao PCP. Com isso procura abrir espaço nas próprias áreas socialistas e tenta lançar a perturbação no PCP e na sua base de apoio ao acusar os comunistas de «viabilizar» um Orçamento que é mau e de serem «muleta» do PS.

■ Lino de Carvalho

Pág. 22

EUA violam Direitos Humanos

Philip Agee, o celeberrimo ex-agente da CIA, acaba de fazer em Havana declarações que tiveram imediata e enorme repercussão na América Latina. O seu mérito foi ter chamado a atenção para um Relatório da Amnistia Internacional sobre a situação dos direitos humanos nos EUA.

■ Miguel Urbano Rodrigues Pág. 21

Igualdade, paridade, quotas...

Num momento em que o Governo do Primeiro-Ministro António Guterres (o Primeiro-Ministro que esteve contra as mulheres a respeito da despenalização do aborto) se prepara para muito falar de igualdade a propósito das quotas para mulheres nas listas eleitorais, há que perguntar, parafraseando Teresa de Castro: *Por que julgam os senhores que as mulheres têm tantos problemas?*

■ Odete Santos Pág. 23

Combater o «mito» liberal

Um documento sobre a situação do processo de privatizações e as suas consequências encontra-se em discussão nas organizações do PCP até ao dia 11 de Janeiro, estando aberto a propostas e sugestões de alteração, visando o seu melhoramento e aprofundamento.

Pág. 26

INTERNACIONAL Guerra em Angola

Numa declaração aprovada por unanimidade, o Conselho de Segurança das Nações Unidas responsabiliza a UNITA pelo recrudescimento da guerra em Angola e exige o fim imediato das hostilidades

Pág. 12

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 30 de Dezembro de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1309 • Director: José Casanova



MEIO SÉCULO DE ILUSÕES

A humanidade registou no último meio século avanços verdadeiramente admiráveis no domínio da ciência e da técnica; avanços que, legitimamente, permitiam esperar que a vida se tornasse melhor para todos. Não foi isso que sucedeu, não é essa a realidade em que vivemos. «... Os três indivíduos mais ricos do mundo possuem uma fortuna superior ao produto interno bruto do conjunto dos 48 países mais pobres do planeta»; «... metade da população mundial, isto é, três mil milhões de pessoas, vive com menos de 300\$00 por dia»...

Afinal, de que falamos quando falamos de direitos humanos?

■ Anabela Fino Págs. 13 a 20



Tânia a guerrilheira das Fontainhas

O que é ser cabo-verdiano em Portugal? Esta a ideia de partida que nos levou aos bairros degradados da Amadora, para uma conversa com Antónia Nascimento, Tânia, como por todos é conhecida. Educadora de Infância no Centro Social do Bairro 6 de Maio, moradora desde criança nas Fontainhas. Actualmente deputada da CDU na Assembleia Municipal da Amadora, eleita nas eleições autárquicas de há um ano, em que pela primeira vez puderam votar e ser eleitos estrangeiros.

■ Lígia Calapez Págs. 5, 6 e 7

Cuba: 1959-1999

Cerca das quatro horas da madrugada do dia 1 de Janeiro de 1959, num aeroporto dos arredores de Havana, o ditador Fulgêncio Batista iniciava uma fuga que viria a terminar em Portugal, nos braços amigos de Salazar. Sete meses antes, Batista anunciara ao Mundo uma operação militar que, segundo os seus cálculos, liquidaria, em meia dúzia de dias, os guerrilheiros da Sierra Maestra: dez mil soldados superiormente armados são enviados para Las Mercedes, a posição mais avançada dos revolucionários comandados por Fidel Castro, onde se lhes depara um grupo de guerrilheiros que não dispunha de mais de duzentas espingardas... «Nos dois meses e meio de duras batalhas, o inimigo perdeu mais de mil homens, entre mortos, feridos, prisioneiros e desertores. Deixou nas nossas mãos seiscentas armas, entre as quais um tanque, doze morteiros» (...) «e um sem-número de armas automáticas» - conta o Che, que acrescenta terem os revolucionários sofrido cinquenta baixas e incorporado, nesse período, seiscentos voluntários.

Sustida a ofensiva, Fidel toma aquela que foi considerada «a mais brilhante das suas decisões militares»: passa imediatamente ao ataque. E cerca de quatro meses depois, precisamente na noite da passagem do ano, os revolucionários entram em Havana e derrubam a ditadura de Batista.

O triunfo da revolução cubana e o empreendimento da construção de uma sociedade nova, mais justa, mais humana e mais fraterna, constitui um acontecimento histórico de grande significado que influenciou e influencia positivamente a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos da América Latina e todo o mundo» - acentua, pertinentemente, a saudação enviada pelo Comité Central do PCP ao Comité Central do Partido Comunista de Cuba neste 40.º aniversário da revolução cubana. Com efeito, a revolução cubana é um acto incontornável não só na História de Cuba mas igualmente na História da América Latina. Para o povo cubano, a noite da passagem do ano de 1958 para 1959 marca uma clara linha divisória entre o passado e o futuro, um nítido «antes» e «depois», o início de um percurso heróico pleno de notáveis realizações sociais e culturais. Para os povos da América Latina, a revolução cubana foi o exemplo, a demonstração concreta de que era possível materializar o sonho de libertação da pata imperialista e iniciar a construção de uma sociedade nova, sem exploradores nem explorados.

No sombrio cenário da nova ordem que hoje domina o Mundo - uma nova ordem de cariz totalitário e ostensivamente liderada pelo imperialismo norte-americano - a existência de um país que assume a sua soberania e persiste em ser dono do seu destino, é um exemplo subversivo, perigoso, inaceitável.

vo, perigoso, inaceitável. Pior ainda se esse destino comporta o sonho generoso de construir uma sociedade situada nos antípodas da sociedade capitalista - uma sociedade nova, justa, fraterna, solidária. E se, para cúmulo, esse país não só recusa integrar o rebanho servil da vontade imperial como ousa contestá-la e fazer-lhe frente, então a situação atinge o grau máximo de gravidade, torna-se intollerável.

E nessas circunstâncias o Império responde da única forma que conhece.

Opovo de Cuba resiste há 40 anos às agressões, às invasões, aos ataques, às provocações do gigante imperialista. Resiste com êxito ao desumano bloqueio económico, ao isolamento político a que o imperialismo norte-americano tem tentado remetê-lo. E fá-lo com coragem, dignidade e patriotismo exemplares e na inteira fidelidade a princípios e valores essenciais - sabendo que essa postura vertical tem custos pesados e assumindo frontalmente o sacrifício e a determinação de os pagar.

É desta prática revolucionária - na última década levada a cabo nesse quadro particularmente desfavorável no plano internacional e, também por isso, mostrando que, seja em que situação for, a luta é necessária e vale a pena - que decorre o amplo movimento de solidariedade com o povo de Cuba e a sua revolução, englobando milhões de homens, mulheres e jovens de todo o Mundo; que decorre essa actividade solidária e fraterna que dá mais força à luta solidária e fraterna do heróico povo cubano.

Foram grandes as expectativas geradas pela revolução cubana, logo a partir de Janeiro de 1959, nos povos da América Latina e no Mundo. E não foram em vão. Nestes quarenta anos de vida, a Revolução confirmou a força dos valores humanos que sustentam o projecto de uma sociedade socialista, confirmou o socialismo como a única alternativa à opressão e à exploração capitalista. A circunstância de tal exemplo ser protagonizado por um pequeno país situado a uma escassa centena de quilómetros do gigante imperialista confere-lhe uma relevância e uma dimensão históricas iniludíveis.

Há uns anos, um destacado dirigente do Partido Comunista e do Governo de Cuba, fazendo um balanço de como a revolução correspondeu às expectativas dos povos latino americanos, dizia: «O facto de o pequeno David se impor novamente ao gigantesco Golias mostra aos povos da América Latina e do Caribe que nenhuma luta, por mais desigual que pareça, está condenada à derrota; e que o dever de cada revolucionário é, como assinalou a histórica Declaração de Havana, fazer a Revolução.»

Simples. Como a água que corre.



Os veterinários estiveram em greve na semana passada

RESUMO

22 Terça-feira

Capoulas Santos autoriza as direcções regionais do Ministério da Agricultura a contratar veterinários privados ■ A aviação israelita lança um ataque contra o sul do Líbano, provocando a morte de uma mulher e dos seus seis filhos ■ A Indonésia nomeia dois diplomatas para dirigir a sua secção de interesse em Portugal ■ O Iraque recusa a entrada aos inspectores da Unscop ■ Em Angola, a Unita ataca a cidade do Cuíto.

23 Quarta-feira

O Conselho de Ministros aprova o convénio sobre as águas das bacias hidrográficas assinado na Cimeira Luso-Espanhola ■ O governo espanhol concede um perdão parcial a dez condenados pelo caso GAL, incluindo José Barriónuevo e Rafael Vera ■ Os EUA anunciam a expulsão de três diplomatas cubanos colocados nas Nações Unidas, acusando-os de espionagem ■ O Iraque proíbe todos os voos da ONU, enquanto os Estados Unidos advertem que podem voltar a atacar ■ O Hezbollah bombardeia o Norte de Israel, provocando 13 feridos ■ Na Bélgica, o antigo secretário-geral da Nato, Willy Claes, é condenado a três anos de prisão com pena suspensa por corrupção passiva no caso da venda de helicópteros em 1988 com prejuízo para o Governo ■ O escultor Jorge Vieira falece em Estremoz.

24 Quinta-feira

O Sindicato dos Médicos Veterinários afirma que a adesão à greve atingiu os 80 por cento ■ O preço das gasolinas baixa um escudo ■ O Conselho de Segurança da ONU responsabiliza a Unita pela guerra em Angola ■ A OSCE refere o início de combates no Kosovo entre a forças sérvias e os independentistas ■ O presidente de São Tomé, Miguel Trovoada, concorda com a indigitação de Guilherme Posser da Costa para o cargo de primeiro-ministro.

25 Sexta-feira

Na sua mensagem de Natal, António Guterres promete combater «o egoísmo e alguma arrogância neoliberal em relação à pobreza, ao desemprego, à exclusão e à marginalidade» ■ É anunciada a descoberta pelos arqueólogos de

um esqueleto de uma criança enterrada há 25 mil anos na zona de Leiria ■ A Rússia e a Bielorrússia assinam uma declaração sobre a criação em 1999 de um Estado unificado ■ O governo iraquiano exige o levantamento do embargo ao país como condição prévia a qualquer discussão sobre o prosseguimento das operações de vigilância do seu armamento.

26 Sábado

O bispo de Dili, Ximenes Belo, recusa o convite do presidente indonésio Yussuf Habibe para um encontro a realizar em breve ■ O Iraque anuncia ter respondido a um ataque de aviões «inimigos» contra uma bateria de defesa antiaérea ■ No Brasil, dois militantes dos Sem-Terra são descobertos assassinados com evidentes sinais de tortura ■ A OSCE informa que as tropas sérvias lançaram um ataque contra as posições da UCK.

27 Domingo

No âmbito da operação «Boas Festas», a GNR revela que neste Natal ocorreram 209 acidentes de que resultaram 23 mortos e 82 feridos ■ A Resistência Timorense apoia a tentativa de extraditar o antigo presidente indonésio Elias Suharto para ser julgado por crimes contra a humanidade ■ O Iraque ameaça voltar a disparar sobre os aviões que sobrevoam a zona de exclusão aérea, enquanto os Estados Unidos e a Grã-Bretanha advertem que responderão a qualquer disparo ■ O mau tempo provoca a morte de quatro pessoas na Irlanda e na Grã-Bretanha.

28 Segunda-feira

A ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, escolhe as cimenteiras de Souselas e Maceira para a co-incineração de resíduos industriais perigosos ■ O Ministério Público espanhol declara-se favorável à libertação provisória de José Barriónuevo, ex-ministro do Interior, condenado pelo seu envolvimento no caso dos GAL ■ Caças norte-americanos F-16 disparam mísseis contra uma bateria antiaérea iraquiana, matando quatro soldados ■ O tribunal de recurso de Roma considera «inaceitável» um requerimento do Governo turco exigindo medidas coercivas para Abdullah Ocalan, líder do PKK ■ O exército israelita destrói, na Cisjordânia, duas casas de palestinianos, provocando confrontos com a população.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Sotero Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa, Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Sotero Pereira Gomes, 3 - 1600 - 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF - 990 090 440
Inscrição na Direcção Geral da Comunicação Social
N.º 102235

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota - Linhd - 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial do Maia
Sector IX
Rua B Lr. 227 - 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 20585

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00;	50 números: 46 100\$00
25 números: 4 200\$00	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
EUROPA	50 números: 33 850\$00
50 números: 28 600\$00	

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Seis meses depois

Sem cuidar de saber se isso será visto como atenuante ou como agravante, a verdade é que somos os primeiros a ter consciência que o assunto que se segue será, no senso comum, muito pouco adequado à quadra que vivemos.

Mas o calendário tem muita força e é ele que nos lembra que, na passada segunda-feira, dia 28, se completaram seis meses sobre o referendo à despenalização do aborto que, por entre demissões vários, terrorismos diversos, egoísmos variados e o peso decisivo dos votos das regiões autónomas, se saldou pela vitória tangencial do «não».

Talvez possa haver quem pense que assuntos que evocam derrotas são definitivamente para esquecer.

Mas nós, de facto, há injustiças que não queremos esquecer. E, por isso, queremos lembrar que, nestes seis meses, a única coisa que a vitória do «não» assegurou foi a imposição pelas leis do Estado da continuação do recurso ao aborto clandestino com o seu silencioso mas desumano cortejo de sofrimentos, angústias e dramas, numa imperdoável ofensa à dignidade das mulheres portuguesas que, só por si, chega para arrasar a cantilena que tantos entoam sobre a

suposta modernidade da nossa sociedade à beira do terceiro milénio.

Nestes seis meses, tendo continuado o recurso ao aborto que tantas santas e boas almas em Junho esconjuraram como um nefando «crime contra a vida», uma terrível «pena de morte» e uma horrenda «matança de bebés», não se viu entretanto dessas mesmas bandas um miligrama da indignação, um milésimo do sobressalto moral, um cisco dos pungentes gritos de alma que antes dirigiram contra uma simples lei de despenalização do aborto.

Uma lei - repita-se ainda e sempre - que, por si, não mataria nada nem ninguém, mas traria segurança médica, amparo e solidariedade a quem, como hoje o continua a fazer mas em indignas condições, optasse responsabilmente por uma decisão de interrupção voluntária da gravidez.

Dito isto, podia chegar o momento de evocar nomes de personalidades que fizeram activa campanha pelo «não», de citar as suas inflamadas declarações de há seis meses e de lembrar o que entretanto continuou tragicamente a acontecer, só para se tirar a conclusão óbvia de

que todo o seu combate, como na altura dissemos, não era tanto um território de convicções mas sobretudo um desejo da tranquilidade propiciada pelo que é silencioso e escondido, não era afinal contra o aborto mas apenas contra a nova lei de despenalização, não era afinal pela vida mas apenas pela cínica manutenção do aborto clandestino.

Evitemos, porém, essa legítima tentação de ajuste de contas «ad hominem», assim criando a inovadora figura da «generosidade dos vencidos».

Concluamos apenas que, seis meses passados sobre o referendo à despenalização do aborto, reina pois a paz nas ruas e a ordem nas consciências.

E, assim sendo, e pedindo desculpa por qualquer coisinha, limitamo-nos a convidar todas as ilustres personalidades civis e religiosas que, há seis meses, se bateram pelo «não» à despenalização do aborto a fazerem o favor de voltarem descansadamente para os sonhos (de farinha, ovos e açúcar), a todos desejando, não tarda muito, uma alegre passagem para mais um novo ano de aborto clandestino em Portugal.

■ Vítor Dias

Natal de hoje

A novela "A Christmas Carol" em que Charles Dickens traça o retrato do rico sr. Scrooge que, visitado pelo espírito do Natal do passado para lhe recordar a sua infância difícil e açoitado pelo castigo que o espírito do Natal ainda por vir lhe destinava por causa da sua maldade e avaréza, decidiu transformar-se numa boa pessoa, figura entre as mais conhecidas e consagradas denúncias da concupiscência humana. E representa, ao mesmo tempo, um retrato das tremendas dificuldades e desigualdades que há um século e meio acompanharam o ascenso do capitalismo na velha Albion.

É indubitável que, de então para cá, se registaram alterações muito profundas na vida das sociedades. O nível de desenvolvimento das forças produtivas é incomparavelmente mais elevado. Tornaram-se mais exigentes os patamares do bem-estar social. O número de habitantes e a esperança média de vida cresceu de forma muito significativa. E a revolução científica e tecnológica desenvolveu condições para a satisfação das necessidades básicas de todos os seres humanos.

Contraditoriamente com este quadro não cessam, porém, de se agravar as desigualdades sociais em todo o mundo. O fosso entre os que vivem na maior riqueza e no esbanjamento e os muitos milhões de condenados à miséria e ao subdesenvolvimento é cada vez maior e mais gritante. No quadro dos processos de globalização capitalista e de competitividade sem limites a que estamos a assistir, milhões de trabalhadores vêem-se quotidianamente confrontados com o desemprego e a precariedade do trabalho, e as próprias classes médias enfrentam fenómenos de desvalorização.

Com os ricos da nossa época cada vez mais ricos e nada ralados com fantasmas como aqueles a que o génio de Charles Dickens recorreu para atormentar e corrigir o avarento sr. Scrooge; com o próprio encontro e festa do Natal a serem alvo da mais agressiva mercantilização — não é de propor, a quantos a mensagem da entreadjudada e da comunhão interpessoal ainda tocam profundamente, um caminho de intervenção e de luta para vencer a injustiça e a desordem social vigentes?

■ Edgar Correia



Foto: Jorge Carriá

Natal — O sonho num olhar de criança

Para 1999

LUTAS

O ano de 1998 agora a findar foi rico de acontecimentos importantes, em múltiplos domínios e países, que bem mereciam aqui ser chamados a balanço, breve embora. A isso nos não propomos. Antes nos parece mais incisivo apontar que a todos eles sobreleva, durante todo este ano, o aprofundamento e alastramento de uma **crise económica mundial** em desenvolvimento.

Despoletada (aparentemente) ainda em meados de 97, com a (mal) chamada «crise asiática» (incompreensível sem a determinação do contexto mundial), o *El Niño* da crise já abalou inúmeros países em vários continentes durante este ano e vai projectar-se, com mais e decisivos abalos, no ano de 1999 prestes a iniciar-se. Desde o início e reiteradamente, apologetas e míopes buscaram minimizar o alcance dos fenómenos, ocultar as raízes profundas nas vagas de superfície e desviar as culpas para fáceis bodes expiatórios. Em vão. A realidade objectiva ia varrendo as análises tapa-olhos. Joseph Stiglitz, economista-chefe do Banco Mundial, foi mais lúcido quando, há menos de um mês afirmou: «Quando há um acidente isolado na estrada, tende-se a culpar o condutor. Mas quando os acidentes ocorrem repetidamente na mesma inclinação da curva, então começa-se a suspeitar que algo está errado na estrada.» É por isso que se sucedem repetidas revisões em baixa das perspectivas da economia real.

A 21 de Dezembro, o FMI foi obrigado a publicar um relatório extra revendo em baixa as suas previsões do habitual relatório de Outubro, que já por sua vez revia em baixa as previsões do relatório de Maio. Agora, as previsões do FMI para o crescimento do Produto Mundial já se reduzem a 1,8% para este ano e 2,2% para o ano que vem. E é mesmo assim o melhor cenário, porque «seria prematuro considerar que as dificuldades foram ultrapassadas».

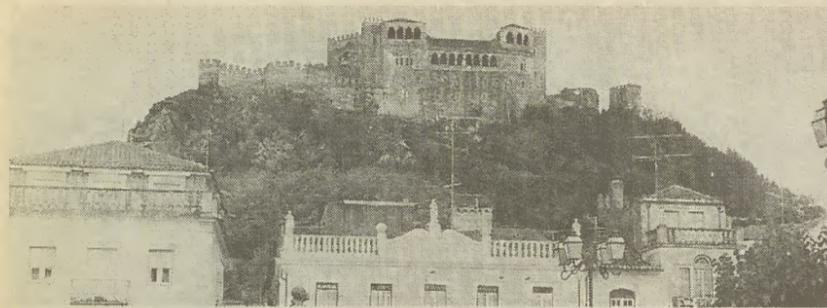
Já em 2 de Dezembro o Banco Mundial ia mais longe, prevendo também apenas um crescimento do Produto de 1,8% este ano (em queda relativamente aos 3,8% de 97) e só 1,9% para o ano que vem. E advertia igualmente que este era o cenário menos mau pois não exclui o «crescimento» zero em 1999. Significativo é que os países ditos em desenvolvimento terão um crescimento de 2% em 1998, contra os 4,8% do ano anterior - a pior quebra destes países desde há 30 anos.

Por sua vez, a OCDE, em fins de Novembro, voltava-se para os países capitalistas desenvolvidos, prevendo um crescimento de apenas 2,25% em 1998 e 1,75% em 1999, não excluindo também uma perspectiva mais negra, tendo em conta os perigos do Japão, novas «correções excessivas» nos mercados bolsistas, irracionalmente inflacionados, e o comportamento dos EUA, onde «o crescimento da produção se deve contrair fortemente». (O FMI calcula que o crescimento do PIB dos EUA quebre de 3,6% este ano para metade no ano que vem, apenas 1,8%.)

As previsões dos peritos coincidem nas revisões em baixa, o que traduz bem a profundidade da crise económica em desenvolvimento. Por isso se compreende que subam em flecha as referências a recessão, em que já está metade da economia mundial; que a deflação, já um facto em importantes países, seja apontada como uma ameaça; e que muitos receiem uma depressão. Por isso se compreende também que, mesmo no seio do establishment, se ergam vozes, descontraídas, clamando pela revisão dos institutos e mecanismos de regulação económica para salvar o sistema. E que, perante a manifesta crise das políticas neoliberais e monetaristas, se reacenda a polémica teórica e a luta política. Esta vai ser, indubitavelmente, uma questão maior que, de 1998, passará centralmente para 1999.

Precisamos de estudar atentamente as dinâmicas profundas em jogo, para melhor nelas intervir. Porque não são apenas as «forças cegas» do mercado que comandam o «jogo», mas igualmente as políticas económicas aplicadas. E a estas, muito do que se fará, ou não, e como se fará, em que sentido - dependerá também de nós, dos trabalhadores, dos povos, das forças progressistas. **Da luta. De muitas lutas!**

■ Carlos Aboim Inglez



Criança do Paleolítico descoberta perto de Leiria

Foi encontrado numa zona perto da cidade de Leiria um esqueleto de criança que os especialistas presumem ser do Paleolítico Superior inicial, há cerca de 30 mil anos. Trata-se de «uma descoberta fantástica porque mostra uma comunhão de crenças, que caracteriza as novas populações depois do homem de Neandertal», afirmou, entretanto, João Zilhão, director do Instituto Português de Arqueologia (IPA), que identificou, igualmente, o esqueleto com o de «uma criança anatomicamente idêntica ao homem de hoje», o que o leva a afirmar que «somos descendentes desta gente». O achado está a despertar enorme interesse entre os especialistas pois, tratando-se de um exemplar pertencente à época posterior à extinção do homem de Neandertal, isso coloca-o na origem do homem moderno, fase da evolução humana onde escasseiam os vestígios. Na Península Ibérica, este é o primeiro achado de um esqueleto completo dessa fase evolutiva do homem.

As ossadas da criança, que teria quatro a cinco anos à data da morte (dado obtido através da análise de parte da dentição), apresentam uma cor ocre, de óxido de ferro, com o qual era uso cobrir os corpos no Paleolítico Superior, segundo afirma Cidália Duarte,

antropóloga do IPPAR que integra a equipa de intervenção de urgência destacada para fazer o reconhecimento do potencial arqueológico daquele espaço. «A criança, com sexo ainda por determinar, estava inclinada para o lado esquerdo e aconchegada com ossos de herbívoro (provavelmente de um veado)», afirmou esta especialista, acrescentando que, «junto ao pescoço, estava uma concha do mar furada, o que leva a supor tratar-se de um adorno». A remoção, osso por osso, está a ser efectuada por esta antropóloga e pela arqueóloga Ana Cristina Araújo, do IPA, e deverá prosseguir nos próximos dias.

As ossadas da criança encontram-se no sopé de uma rocha volumosa, cerca de dois metros abaixo de um abrigo também com vestígios do Paleolítico Superior, abrigo esse que foi descoberto, no último mês, por dois membros da Sociedade Torrejana de Espeleologia e Arqueologia, o que acabaria por ajudar a descobrir o esqueleto. O director do IPA admite poder haver mais ossadas pré-históricas naquela região, dado que no Paleolítico Superior se faziam sepulturas isoladas e pequenas necrópoles. Acrescente-se que a datação deste achado faz supor que a criança viveu na época em que foram criadas as gravuras do Vale do Côa.

Continua a aumentar sinistralidade na estrada

A «Operação Boas Festas» - onde, mais uma vez, a GNR e a sua Brigada de Trânsito puseram nas estradas portuguesas todos os seus meios disponíveis - veio confirmar o aumento da sinistralidade rodoviária no nosso país, tendo-se registado 28 mortes até à noite de domingo, número superior ao do ano passado (mais cinco mortos), o que foi acompanhado por mais acidentes (mais de mil desde quarta-feira a domingo) e um aumento, igualmente, nos feridos graves e ligeiros. Este aumento de sinistralidade na época natalícia acompanha, dramaticamente, o

que se verificou durante todo o ano que agora termina, onde se registou um aumento brutal em todos os indicadores: mais 7916 acidentes que os registados no ano de 1997, mais 49 mortos, mais 540 feridos graves e mais 2666 feridos ligeiros, isto quando ainda não está apurado o número total das sinistralidades ocorridas este ano. O excesso de velocidade, as manobras perigosas e o desrespeito pelas mais elementares regras de trânsito e, até, de simples civismo, continuam a ser as causas principais deste horror nas estradas portuguesas.



Morre o escultor Jorge Vieira

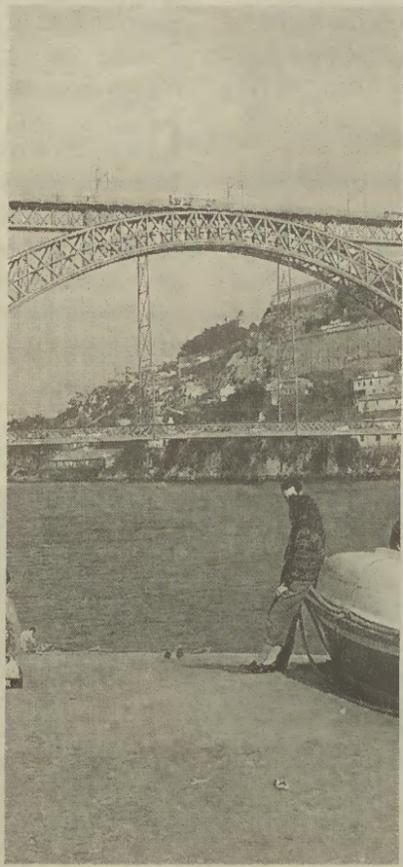
Aos 76 anos de idade, morre em Estremoz o escultor Jorge Vieira, vítima de enfarte de miocárdio. Foi um dos grandes

cursor da moderna escultura em Portugal. Trabalhou e criou até ao fim da vida, havendo inclusivamente obras suas inauguradas ainda neste ano de 1998 nomeadamente a obra denominada «Homem Sol», escultura em ferro que foi implantada no recinto da Expo'98 e a escultura que embeleza a praça da portagem, na Ponte Vasco da Gama. Em Março de 1995, o Museu do Chiado, em Lisboa, apresentou uma grande retrospectiva da sua obra. Jorge

Comissão Europeia aprova projecto do Metro do Porto

A Comissão Europeia aprovou esta semana o projecto do metropolitano ligeiro do Porto, cuja candidatura foi apresentada ao Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional (FEDER) para uma primeira fase, até 31 de Janeiro de 2000, no valor de 34 milhões de contos, estando agora previsto que os primeiros trabalhos deverão arrancar dentro de cerca de um mês. A empresa que ganhou o concurso internacional para a construção desta obra emitiu um comunicado a propósito desta aprovação - fundamental para o financiamento comunitário para a construção do metropolitano do Porto -, assinalando que «a aprovação do processo em Bruxelas foi particularmente rápida (apresentado em Outubro último, obteve a aprovação agora em Dezembro) o que, mais uma vez, vem demonstrar a importância social do empreendimento e a qualidade do projecto».

A construção do metropolitano de superfície do Porto, a principiar já no início de 1999, é considerada uma das maiores obras de construção civil a executar nos países da União Europeia nos próximos anos e o concurso internacional para a sua adjudicação foi marcado por forte controvérsia, nomeadamente com acusações de favorecimentos e queixas oficiais às instâncias superiores da União.



nomes da sua geração com forte presença e influência na escultura portuguesa dos últimos 50 anos, afirmando-se como figura destacada não apenas a nível nacional, mas também internacional, sendo considerado o pre-

Vieira obteve diversos prémios dentro e fora do país e, entre as suas principais obras, encontram-se esculturas para pavilhões portugueses em exposições internacionais - Lausanne, Bruxelas, Rio de Janeiro, Osaka, etc.

Vítor Sá Machado eleito presidente da Gulbenkian

Está prevista para terça-feira, 29 de Dezembro, a tomada de posse de Vítor Sá Machado como novo presidente do Conselho de Administração da Fundação Gulbenkian, cargo que irá ocupar nos próximos cinco anos e substituindo António Ferrer Correia, cuja eleição marcou uma rees-

truturação no funcionamento da instituição, quer a nível financeiro quer a nível de gestão, tendo-se alterado o estatuto vitalício do cargo para o actual modelo de eleição por cinco anos e com o limite de idade de 70 anos para o exercício do cargo. A fundação Calouste Gulben-

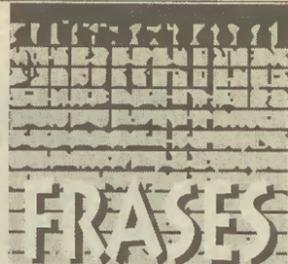
kian é a maior do nosso país, possuindo uma carteira de títulos avaliada em 430 milhões de contos, estando o seu capital investido no estrangeiro, sobretudo nos EUA e na Europa, em acções, obrigações e depósitos a prazo, havendo ainda investimentos em petróleo e gás, com gestão

localizada em Vaduz, no Liechtenstein. Fundada segundo as orientações expressas de Calouste Gulbenkian, um multimilionário arménio com nacionalidade britânica que passou os últimos 13 anos da sua vida no nosso país, a fundação está vocacionada para a caridade, a

arte, a educação e a ciência. Possui, além da sede em Lisboa, o Museu Gulbenkian (com a colecção de arte do fundador), a Biblioteca e o Centro de Arte Moderna (onde funciona o Serviço de Animação, Criação Artística e Educação pela Arte - ACARTE) e o Instituto Gulbenkian de

Ciência. A instituição atribui bolsas de estudo e subsídios de investigação no âmbito da arte e da ciência e possui 36 bibliotecas itinerantes e 169 fixas, distribuídas por todo o país. Para se ter uma ideia da dimensão e profundidade da intervenção da Gulbenkian, refira-se apenas que, só em

1997, realizaram-se na sua sede mais de uma centena de espectáculos a que assistiram 62 mil espectadores, o seu Museu teve 156 mil visitantes, o Centro de Arte Moderna recebeu 121 mil e foram realizadas 17 exposições temporárias que atraíram entre 30 mil e 60 mil pessoas cada.



«(A UE) arrisca-se a ser um clube de ricos quando a dimensão social começa a desfalecer. A UE não será nada se não for uma comunhão de sensibilidades sociais.»

(D. Januário Torgal Ferreira, bispo - «Diário de Notícias», 27.12.98)

«A globalização não é apenas o digital ou o telemóvel. É a imposição de regras económicas uniformizadoras que implicam normas jurídicas e políticas semelhantes.»

(Victor Cunha Rego - «Diário de Notícias», 22.12.98)

«A diluição da instância política e dos poderes públicos, no exacto momento em que uma certa globalização do capitalismo se opera sem fiscalização nem contrapesos assinaláveis, constitui um daqueles sinais de que se prepara «tempos sombrios» para a humanidade e para a defesa dos direitos humanos.»

(Medeiros Ferreira - «Diário de Notícias», 22.12.98)

«O espaço da União Europeia continua como território privilegiado do bem-estar. Mas uma Europa quase inteiramente governada por socialistas não consegue disfarçar uma notável pobreza de ideias e de ideologias, de visões do futuro e de estadistas com visão. A política rendeu-se ao mercado e a «terceira via» pode não ser mais do que a via da pobreza de espírito.»

(Miguel Sousa Tavares - «RDP-Antena 1», 23.12.98)

«Não verifico que haja na «terceira via» nada de original, nem nada de novo. E não me parece que tenha uma grande substância política ou social, pelo contrário.»

(Mário Soares - idem, 26.12.98)

«A globalização imperialista é um desastre. As justificações de Clinton, Blair e sicários são um insulto.»

(Victor Cunha Rego - «Diário de Notícias», 23.12.98)

«Caem os mísseis em tempo de Natal e o espírito de paz é o maior ausente. Em Bagdad, onde se morre. Em Washington, onde se luta pelo poder. E em Portugal, onde o silêncio é a posição mais cómoda, quando ter convicções não está na moda.»

(Helena Roseta - «Visão», 23.12.98)

«Quando o jornalismo pactua com a propaganda político-militar dos Estados demite-se da sua verdadeira função: tentar contar a verdade.»

(Domingos Amaral - «O Independente», 24.12.98)

«Em 1999, as prioridades não vão ser políticas, nem as reformas, mas uma gestão de expectativas positiva que permita a vitória eleitoral. Em suma, um ano para esquecer.»

(Luísa Bessa - «Diário Económico», 28.12.98)



Tânia, a guerrilheira das Fontainhas

Quando eu era pequenina não havia bonecas negras

Texto: Lígia Calapez Fotos: Jorge Caria e arquivo

Que é ser cabo-verdiano em Portugal? Esta a ideia de partida que nos levou aos bairros degradados da Amadora, para uma conversa com Antónia Nascimento, Tânia, como por todos é conhecida. Educadora de infância no Centro Social do Bairro 6 de Maio, moradora desde criança nas Fontainhas.

Filha dos bairros, povoados de imigrantes e de portugueses, marcados pelo estigma comum da pobreza. Actualmente deputada da CDU na Assembleia Municipal da Amadora, eleita nas eleições autárquicas de há um ano, em que pela primeira vez puderam votar e ser eleitos estrangeiros.



Entre as Fontainhas, o 6 de Maio, ou a Pedreira dos Húngaros, as afinidades são múltiplas. São os bairros, cercados pela marca da exclusão, da desconfiança. E onde falta de tudo e os problemas se desdobram por todas as áreas – habitação, saúde, assistência familiar, educação, formação e informação, legalização dos imigrantes.

Assim é as Fontainhas, um exemplo entre outros, de que Tânia nos dá uma elucidativa imagem. A imagem vivida de quem veio de Cabo Verde para os bairros de Portugal, com 8 anos de idade.

Poderíamos começar por referir os mais sentidos problemas do bairro. As casas, o espaço, as condições de vida.

As casas não têm espaço suficiente. As famílias são sempre para cima de quatro pessoas. Digamos que o mínimo é quatro e o máximo é 14, 16 pessoas dentro da mesma habitação. Com três a cinco assoalhadas. As casas que têm uma parte de cima, terão cinco a seis assoalhadas. Mas são quartos estreitos, porque o espaço é pequeno. É preciso fazer muitas gavetas, para arrumar lá tudo...

Depois, para além do espaço ser pequeno, é muito frio. As construções são de tijolo e massa. Mas um tijolo fino e uma massa mal posta. No inverno, por causa da humidade, o tecto e as paredes ficam molhados. O tecto costuma mesmo pingar. De manhã, as mantas estão molhadas. E quem fica deitado junto da parede tem a parede fria e molhada.

Por outro lado, como não há espaço, há poucos sítios para pôr camas. No mínimo são duas pessoas em cada cama. Mas há casos de seis crianças a dormirem na mesma cama – três de cabeça para cima e três de cabeça para baixo.

Isto acontece sobretudo em situações em que vivem dois agregados familiares numa única habitação. Os pais, que têm os filhos ainda em idade escolar, com os netos, que são já os filhos dos filhos mais velhos. Que não têm para onde ir morar, nem dinheiro para comprar ou cons-

truir uma casa, e então ficam a viver com os pais. É a situação mais trivial destes bairros. Desde a Amadora até Setúbal.

Os filhos mais velhos juntam-se (união de facto) ou casam-se, ainda muito novos. Normalmente as raparigas aos 16/18 anos e os rapazes aos 20/23, já estão a dar netos aos pais. E depois o espaço entre os filhos é pequeno, entre catorze e quinze meses. Como uma escadinha.

Como se reflecte esta situação nas crianças?

Com os problemas de habitação e de espaço – a criança

nasce, cresce, tem 3 anos, tem 6 anos, mas não tem um espaço para brincar. Nem tem uma rua. Sai à porta e dá com a cara dentro da porta da vizinha, pois a sua rua só tem um metro ou meio metro de largura.

Aqui nas Fontainhas, a única rua mais larga é aquela em que os carros passam. E esta rua não é para as crianças, é para os carros.

Nos outros bairros, é igual.

Qual o nível de escolaridade ou de formação dos imigrantes do bairro?

Os que nasceram em Portugal – após os anos 70 – têm quase todos a 4.ª classe. Não mais que isso. E são jovens. É a pobreza das pobreza. A pobreza chama mais pobreza. Há um ditado que diz - *Quanto mais riqueza, mais riqueza puxa, quanto mais pobreza mais miséria vem.*

E depois, é tudo. Vêm mais filhos, pois quem não tem formação não toma a pílula, esquece. Não vai ao médico, vem a gripe, depois da gripe vai sempre trabalhar, está um ano a tomar remédios da farmácia sem ir ao médico, depois apanha uma tuberculose...

É um ciclo vicioso, é uma bola de neve.

Tudo se junta na pobreza. Não é miséria só por causa da roupa, ou do sapato, ou da comida. É miséria da cabeça, miséria de tudo.

Nós dizemos *miséria da cabeça* quando uma pessoa não consegue gerir a sua vida, não ganha maturidade intelectual. Mas nenhum pobre tem condições para isso. É o pai que bate na mãe. É o pai que bebe. Que bate nos filhos. É o álcool que já lhes vem no sangue. É muita miséria.

Desde que compreendi que isto não está correcto, comecei a pensar primeiro e depois a fazer algo para que as coisas mudem. Eu e mais uma centena de pessoas que conheço. Estou a falar das sessões de formação, das formações profissionais. Parece nada, mas é alguma coisa.

Que tipo de acções estão a ser desenvolvidas?

Por estes bairros, em ligação com várias associações – Centro Social 6 de Maio, Unidos de Cabo Verde, associações externas como o Moinho da Juventude – já desde 1985 que se estão a fazer cursos de formação, todos os anos. De alfabetização, desde 80 até hoje.



Para Antónia Nascimento, educadora de infância no Centro Social 6 de Maio, o mais importante para a população dos bairros degradados seria serem «olhados como iguais»

Desenvolvem-se também outras actividades. A 6 de Maio, por exemplo, tem a creche, o jardim infantil, a catequese, o grupo de jovens, o grupo de viola, teatro, o grupo da Bíblia (só as senhoras mais velhas), o grupo de ajuda fraterna. Pessoas que se juntam para fazer coisas.

É o que eu chamo o *milagre dos bairros*. Para ver se se acaba com esse ciclo vicioso de miséria.

No fundo, ajuda-se as pessoas a conseguirem tudo aquilo a que têm direito.

Primeiro, um documento, uma identidade. Depois, o *rendimento mínimo*. Para as crianças, normalmente há o ATL, há os jardins infantis. Conseguem-se tratar das reformas, dos subsídios de sobrevivência, pois há aqui pessoas que vieram da província e que são como os nossos pais cabo-verdianos, população rural. Trabalharam toda a vida e agora não têm nada.

Tudo isto começou em 1979, com as Irmãs Dominicanas do Rosário que vieram para trabalhar permanentemente no bairro. E de uma comissão de moradores – Unidos de Cabo Verde – que fizeram uma associação. Depois deixaram a associação nas mãos dos cabo-verdianos e fizeram outra associação, de que nasceu o Centro 6 de Maio.

Que problemas envolve a questão da legalização?

O problema maior da legalização é as pessoas não estarem informadas. Porque se a pessoa não percebe, vai ficar em casa com medo, ou pensa que não faz mal.

Há jovens que já estão em Portugal desde pequenos, ou que nasceram cá, e que não estão legais porque não têm o nome deles no cartão de residência dos pais.

Se os pais não os inscreveram no cartão, por falta de informação ou porque pensaram *são crianças, não faz mal*, para o Serviço de Estrangeiros é como se não existissem.

Os pais pensaram talvez que a sua criança é igual às outras crianças nascidas em Portugal. Mas não é. Aí começa a diferença. Uma diferença negativa.

O filho de um estrangeiro tem de ir aos 15 anos ao Serviço de Estrangeiros fazer o seu cartão individual. Quando tem o nome no cartão dos pais, tudo bem. Mas, se não o tiver, essa criança já terá que provar que está na escola, se já tiver mais de 16 anos tem que estar a trabalhar.

Há também adultos que deixaram caducar o seu cartão, por causa do trabalho, ou do álcool, ou da doença, ou velhice.

Por outro lado, as pessoas que não estão legalizadas, trabalham sem contratos, têm o ordenado que o patronato quer pagar, não têm segurança social.

É muito sensível a questão do racismo?

A questão do racismo é uma coisa sensível mas que, a meu ver, só existe quando há a diferença de classe.

A questão do racismo em Portugal é, na realidade, uma questão social, que afecta muito, muito, muito mais, quando envolve questões de marginalização social.



Há mais racismo para o filho do cantoneiro das Fontainhas – há mais evidência, há mais trauma, há mais revolta nessa criança, essa criança é atropelada mais vezes pelo fenómeno racismo – do que para o filho da senhora doutora negra.

O que é que as pessoas daqui mais gostariam que acontecesse no bairro? Para melhor, naturalmente.

Que fossem olhados como iguais.

Porque o problema grave, gravíssimo, é que eu vivo neste bairro desde os anos 70, e sinto que cada ano que passa somos menos iguais.

É uma desigualdade e um preconceito que cresce.

Há uma insatisfação nacional – *então vamos lá cair em cima do imigrante*. Em cima do outro, que é diferente, que é menor. Em crioulo costuma dizer-se – *o cão mandou o gato, o gato mandou o rato...*

Barram-se as pessoas. És negro, vives nas Fontainhas. *Barram-te* no centro de saúde. *Barram-te* na porta do hospital. Chegas à esquadra, levas uma tarefa. Porque não tens direitos. Mesmo se fores menor, levas uma tarefa na planta dos pés e é andar para casa e não vais fazer queixa. Porque tens medo.

Há quem pense – *a esses podemos fazer tudo o que a gente quer*.

Mas não é bem assim.

Há alguma reacção a este tipo de coisas, mas por vezes muito mal canalizada. Uma reacção negativa. Mas há outras formas de reagir.

No meu caso, como menina que cresceu aqui e gosta muito de Portugal, a minha forma de estar na vida; as actividades em que eu me envolvo, tudo o que eu faço, todas as minhas acções, são uma reacção à situação de imigrante.

Que é muita petulância de imigrante querer entrar para a política nacional... É muito atrevimento. Isto dito mesmo por cabo-verdianos.

Como é que os conhecidos e amigos reagiram a este envolvimento na política?

Os jovens acham o máximo, que assim é que deve ser. Viram isso como um direito.

Os adultos sentem-se mais retraídos.

Tivemos mais trabalho em informar e fazer com que os mais velhos se recenseassem e fossem votar do que com os mais novos.

Mas mesmo os mais velhos alguma coisa entenderam – está-se a passar alguma coisa diferente, algo está a mudar.



No Centro Social do Bairro 6 de Maio multiplicam-se iniciativas. Para que «viver com dignidade» seja possível

O que está em causa é a classe social

Mais do que da situação dos imigrantes cabo-verdianos, temos estado a falar da realidade dos bairros degradados. E aqui, nas Fontainhas, que diferenças há, ou não, entre nacionais e imigrantes?

Eu vim para cá com os meus pais. Pertença a Portugal. O que procuro aqui é o que qualquer nacional procura – meios para viver com dignidade.

Só que o cabo-verdiano – o imigrante, seja ele qual for – não encontra nem possibilidades nem apoios.

O filho do imigrante cabo-verdiano não tem formação adequada, porque muitas vezes nem fez a escolaridade obrigatória,

porque ninguém se preocupou com ele. E hoje em dia, se não se tiver o 9.º ano, não se pode fazer um curso de formação profissional.

Isto tudo conta.

Não tem trabalho e quando o tem é mal remunerado. Tem que ir fazer *aquilo que sobra*.

Mas não se trata só de imigrantes, mas sim de todos os que vivem nestes bairros degradados da Amadora. Ou seja, o que está em causa é a classe social baixa, a consciência de pobre, seja ele imigrante ou não.

Tudo isto tem a ver com pobreza.

Cabo-verdianos em Portugal

● Em 31 de Dezembro de 1997, residiam em Portugal 175.263 estrangeiros com situação regularizada junto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Destes, cerca de dois terços são originários de países de língua portuguesa, sendo o maior grupo de origem cabo-verdiana – quase 40.000 com situação regularizada. Em situação ilegal são, naturalmente, muitos mais.

● Uma população muito concentrada no conjunto dos distritos do litoral, mercê da atracção do eixo Lisboa/Setúbal – 97% segundo

um estudo de 1992 do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. De salientar que nos três concelhos de Lisboa, Amadora e Oeiras, que detêm 11% da população nacional total, concentram-se 51% dos cabo-verdianos residentes no nosso país.

● Uma população que se debate com um sem-número de problemas e de que aqui nos limitamos a referir os que são mais sentidos, de acordo com o mesmo estudo.



Cabo-verdianos em Portugal, uma população marginalizada

Problemas	% (em relação aos inquiridos)
Emprego	27,9
Habitação	26,7
Racismo/marginalização	22,7
Dificuldades económicas	15,8
Desadaptação à sociedade portuguesa	5,9
Outros	0,9

«No Barreiro, não!»

Mais protestos contra lixos tóxicos



Na verdade, os mais novos pensaram - *já nascemos aqui, já estamos aqui há tanto tempo, por que não?*

Esta participação dos imigrantes na vida política poderá abrir melhores perspectivas?

Se Portugal é um país multicultural, deveríamos começar a encarar esta nova realidade.

Vamos aceitar o nosso país, Portugal, como ele é. Vamos tentar mudar as coisas. Vamos ensinar aos nossos filhos, aos nossos netos a gostar dos que gostam de *cachupa* e dos que gostam de *cozido à portuguesa*. Viver com aquilo que temos.

Por que se há-de querer excluir um povo que já cá está?

Portugal é um país maravilhoso, cheio de cores. Há pessoas que sabem fazer imensas coisas diferentes. É esta riqueza, a diversidade, que deve ser aproveitada. Os fantasmas nascem das pessoas não falarem, não se conhecerem, não conviverem. E desapareceriam se fossem respeitados os valores dos outros, se se soubesse dialogar.

Quando eu era pequenina não havia bonecas negras. Agora já há. Isso é um sinal de um universo que já começa a respeitar as outras culturas. Negros sempre houve, só que não tinham direito a um boneco assim parecido.

Em 1980, decidimos encomendar, no Centro Social 6 de Maio, bonecas negras. Estivemos à espera quase seis meses. Estas nossas primeiras bonecas tiveram que vir de Inglaterra.

Penso que foi em 89 que uns miúdos me perguntaram por que é que no presépio o Menino Jesus nunca era castanho. Eles até nem disseram negro. E eu, no ano seguinte, resolvi pintar o Menino Jesus de negro.

Agora não. Agora no jardim infantil temos tudo. Índios, negros, brancos, tudo.

Um autocolante a desejar boas-festas, com as palavras de ordem «No Barreiro, não!», foi distribuído nesta quadra entre a população. Uma forma de protesto que assume particular actualidade face à decisão da ministra do Ambiente, que envolve Barreiro, Estarreja, Souselas e Maceira menosprezando assim uma vontade das populações inequivocamente expressa em grandes acções de luta.

O autocolante de boas-festas, iniciativa do movimento Barreiro Anti-Resíduos (BAR), dá assim continuidade ao movimento de protesto contra a instalação no concelho de uma estação de tratamento de resíduos industriais perigosos.

De lembrar aqui as manifestações que mobilizaram milhares de pessoas no Barreiro e as tomadas de posição da Assembleia Municipal de Estarreja que, por duas vezes e por unanimidade, recusou a hipótese de instalação da estação de co-incineração de resíduos industriais no concelho.

Na perspectiva da divulga-

ção da decisão governamental sobre o local de implantação de um sistema de co-incineração de resíduos industriais, os protestos não foram interrompidos com as festas.

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, em reunião de 18 de Dezembro, e considerando a possibilidade de utilização da cimenteira do Outão para queima de resíduos tóxicos, deliberou, por unanimidade, manifestar a sua preocupação com os riscos associados a este projecto, nomeadamente os relacionados com a saúde pública e os projectos de desenvolvimento do litoral



Manifestação no Barreiro contra a co-incineração de resíduos industriais e tóxicos no concelho. Uma exigência que tem mobilizado milhares de pessoas

alentejano, salientar a importância da melhoria da qualidade do ambiente e alertar para a forma como o processo tem vindo a ser conduzido, sem a participação das populações e dos seus representantes mais próximos.

Em Coimbra, em vésperas de Natal, a posição assumida pela Câmara Municipal contra a ins-

talação de tal sistema em Souselas, foi enviada, por carta, à ministra do Ambiente, ao presidente do Instituto de Promoção Ambiental e ao presidente da Comissão Avaliadora do Estudo de Impacto Ambiental.

O documento sublinha que, «atendendo a que todas as tomadas de posição recebidas na Câmara Municipal no âmbito do processo de consulta pública se expressaram contra a incineração de resíduos tóxicos industriais em Souselas», a autarquia discorda da eventual escolha daquela cimenteira da Cimpor.

Entre as razões apontadas para esta posição, refere-se nomeadamente o facto de Coimbra «estar desprovida de indústrias e consequentemente não ser um produtor de resí-

duos tóxicos desta natureza» e dá-se igualmente destaque à inexistência de um estudo global que apresente medidas que assegurem a redução e reutilização de resíduos industriais, «o que permite encarar a possibilidade do respectivo aumento da produção no país».

A Associação de Defesa do Ambiente de Souselas (ADAS) afirma, por seu lado, que a cidade de Coimbra iria sofrer tanto como a freguesia de Souselas caso seja instalado nesta povoação o sistema de co-incineração de resíduos, pois, durante a maior parte do ano, «os ventos dominantes do Norte e Noroeste podem transportar para Coimbra os elementos emanados para a atmosfera» no processo de incineração.

Quinta dos Ingleses

Valor patrimonial impõe medidas de preservação

A última mancha arborizada na corda ribeirinha do Tejo que se estende de Cascais a Vila Franca de Xira pode estar em risco de desaparecer. Conhecida por Quinta dos Ingleses, fica em Carcavelos e tem um inegável valor ecológico e patrimonial.

O imparável avanço do processo de urbanização, a confirmarem-se as intenções dos promotores e a eventual autorização da autarquia, será o principal responsável por mais esta perda. Considerada como um elemento de enorme importância para a preservação do equilíbrio da histórica Vila de Carcavelos, a Quinta dos Ingleses, tal como é conhecida, pode assim ter os dias contados.

Isto não obstante a contestação da população que por diversas formas tem vindo a manifestar a sua discordância

pelo avanço do betão que inevitavelmente destruirá as características actuais que conformam aquele espaço.

Preocupados com a situação estão também os deputados comunistas Bernardino Soares e António Filipe. Em causa, do seu ponto de vista, está sobretudo a falta de esclarecimento e de informação sobre questões essenciais ligadas a este processo. Foi esse, aliás, um dos motivos que os levou a solicitar informações ao Governo através de requerimento onde indagam, por exemplo, sobre a existência ou não de estudos de impacte ambiental para a referida urbanização, nomeadamente quanto às espécies florestais aí existentes, à nidificação de aves, bem como aos efeitos sobre as areias da praia de Carcavelos.

Os parlamentares comunistas

interrogam-se igualmente sobre as conclusões a que o IPPAR chegou relativamente ao processo de classificação do património edificado da Quinta dos Ingleses, pretendendo ainda saber quais as consequências da implantação de tal empreendimento no ordenamento de Carcavelos, designadamente em termos do tráfego automóvel.

No texto do requerimento dirigido ao Governo, ao abrigo do Regimento da Assembleia da República, perguntada é também qual a articulação do empreendimento com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira, inquirindo-se, por último, qual a justificação para a construção de uma nova via rodoviária, paralela a uma já existente e com condições de ser reperfilada, que atravessará o maciço arbóreo da Quinta dos Ingleses.

A JCP

no «Forum Estudante»

A JCP esteve presente no «Forum Estudante» que decorreu na FIL entre 13 e 17 de Dezembro. Num momento em que milhares de jovens procuravam respostas sobre o seu futuro escolar e profissional, a divulgação das análises e propostas comunistas era fundamental. Neste sentido, contámos até com a visita do nosso camarada secretário-geral Carlos Carvalhas.

No espaço da JCP abordavam-se os principais problemas dos jovens portugueses, entre os quais o desemprego e a crise do sistema educativo, agudamente sentida quer no ensino secundário quer no superior.

Também a merecer particular destaque estiveram as questões de educação sexual. Os jovens portugueses exigem um livre acesso a toda a informação sobre esta matéria, nomeadamente através da inclusão da educação sexual nos currículos escolares. Assim, e no âmbito de uma campanha lançada pela JCP, foram recolhidas cerca de quatro mil assinaturas de jovens que consideram a educação sexual escolar como um passo fundamental para uma sexualidade assumida, completa e feliz.

Este foi o primeiro contacto com a JCP para muitos jovens que, conhecendo e discutindo as nossas ideias e propostas, aderiram ao nosso projecto. Assim, houve um número recorde de recrutamentos. Oitenta e três novos camaradas de zonas do país tão distintas como Guarda, Viana do Castelo, Aveiro, Leiria, Santarém, Lisboa, Porto, Coimbra e Setúbal, que certamente darão um contributo valioso à organização.

A nossa participação no «Forum Estudante» superou todas as expectativas. Jovens de ambos os sexos procuravam conhecer, debater, lutar pelos seus direitos e encontraram na JCP um organização livre, fraterna e solidária, ao serviço dos seus interesses. Ficou inteiramente demonstrada a fortíssima ligação dos comunistas à juventude do nosso país, a força do nosso ideal transformador e a importância da JCP como organização revolucionária da juventude.

Tiago Redondo

Loures recupera escola em Moçambique

A Câmara de Loures vai recuperar a Escola Primária do Tunduru, no município de Matola, em Moçambique. Uma iniciativa que se insere no âmbito do protocolo de geminação entre os dois municípios.

A recuperação dos edifícios da escola, que serve actualmente uma população estudantil de 3.400 alunos, implica a intervenção nos pavimentos, revestimento de paredes e tectos, pintura interior e exterior, substituição de estruturas metálicas

da cobertura, das instalações sanitárias e instalação eléctrica.

Esta intervenção segue-se a uma outra, já realizada o ano passado, de construção de um muro envolvente à escola, para isolamento e protecção das instalações escolares.

Na escola primária do Tunduru é leccionado o primeiro nível do ensino moçambicano - da 1.ª à 5.ª classe - com crianças dos seis aos quinze anos, em dez salas de aula.



UISEU

Que «escola autónoma»?

É certamente «mais fácil» ao Governo «anunciar medidas lesivas» de uma região longe dela e em «regiões justa e legitimamente servidas», do que ir lá e «reconhecer que mentiu», afirma a Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP, referindo-se ao anúncio feito pelo ministro da Educação, na Universidade de Aveiro, sobre a possível criação de uma escola em Viseu, como extensão daquela Universidade.

Assim, face a este anúncio, o PCP reclama do Governo que explique o que quer significar com «a criação de uma escola autónoma» da Universidade de Aveiro, já que, quando da discussão do PIDDAC/99, foi aprovada, por proposta do PCP, a atribuição de uma verba de 10.000 contos para a realização de estudos com vista à criação da Universidade de Viseu.

FÃO

PS - promessas na gaveta

Em comunicado ao povo de Fão, a Comissão de Freguesia do PCP lamenta que o PS, com a cumplicidade do PSD e PP, tenha impedido a aprovação das propostas de interesse para a região, apresentadas pelo PCP na discussão do Orçamento de Estado, a saber: construção da Escola Básica Integrada em Fão - Jardim de Infância, 1.º, 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico; construção de um novo Centro de Saúde; reflorestação do Pinhal de Ofir.

Seria bom, dizem os comunistas, que os fangeiros começassem a distinguir entre os que prometem tudo mas «colocam as promessas nas gavetas» e os que «independentemente do apoio recolhido» tomam posição para a defesa dos interesses de Fão e da sua população.

SINTRA

Um apoio a brincar

«Falsas, irresponsáveis e incompetentes» são alguns dos adjectivos que a Comissão Concelhia de Sintra do PCP usa para classificar as acusações do vereador socialista, Viegas Palma, no sentido de que a CDU teria tentado influenciar os desalojados do Bairro da Chutaria a não aceitar o apoio disponibilizado pela Segurança Social e pelo município. O PCP considera, entretanto, que o apoio do município traduziu-se pela demolição das «barracas» e quanto ao da Segurança Social - 50 contos para quem ficou sem casa - «só pode ser a brincar».

Quando o Pelouro da Habitação Social estava entregue à CDU, lembram os comunistas, demoliram-se centenas de barracas e realojaram-se 600 famílias «mas sempre cumprindo a lei e sem demagogia política», nunca qualquer dessas famílias passando noites ao relento.

CASCAIS

ERU quer despedir

Alegando situação económica difícil, a ERU decidiu encerrar a sua produção em Portugal. Porém, em vez de declarar o despedimento colectivo e indemnizar os seus 50 trabalhadores, propôs aos trabalhadores a rescisão do contrato de trabalho por acordo mútuo porque, caso contrário, estaria impedida de comercializar o seu produto em Portugal durante três anos.

O organismo de empresas de Cascais do PCP, a quem cabe a denúncia, pergunta como é possível a empresa ter chegado a esta situação, depois de, há seis anos, ter recorrido aos Fundos Comunitários para a sua reestruturação e, recentemente, a um financiamento no âmbito do Plano Mateus? Ou seja, o Estado financiou em centenas de milhar de contos a ERU para... a administração a encerrar.

O PCP reclama, pois, do Governo que «peça contas à administração da ERU» e, desta, exige o cumprimento da lei e o respeito pelos direitos dos trabalhadores.

SINES

Um ataque «acéfalo»

Face às recentes declarações do administrador delegado da Borealis ao jornal *Expresso*, no sentido de esta multinacional extinguir, até Setembro próximo, 150 postos de trabalho, a Comissão Concelhia de Sines do PCP repudia «frontalmente mais este ataque do neoliberalismo acéfalo» e manifesta a sua «profunda solidariedade» aos trabalhadores.

O PCP, denunciando ainda esta política continuada de recurso sistemático aos despedimentos da Borealis - mau grado os oito milhões de contos de lucros obtidos em Portugal em 1997 -, apela aos trabalhadores para que se mantenham unidos em torno das suas organizações representativas contra os despedimentos e pela viabilização da empresa, «não pactuando com atitudes conciliatórias tão do agrado da direcção da Borealis».

Ciência & Tecnologia Clarificar o que é público

Na quarta-feira passada, em nota à comunicação social (que a seguir se transcreve), a Comissão para as Questões da Ciência e da Tecnologia do PCP considerou «inaceitável» o pacote legislativo para a Ciência & Tecnologia e afirma que o Governo está a chamar a si «matéria de grande transcendência» que deveria ser debatida e aprovada pela própria Assembleia da República.

Com o considerável atraso de cerca de um ano sobre os compromissos assumidos publicamente pelo Governo, o Ministério da Ciência e da Tecnologia tornou público um pacote legislativo incidindo sobre matérias fundamentais do sistema científico e tecnológico nacional.

Infelizmente a demora não jogou a favor da adequação à realidade dos projectos de decreto-lei apresentados e da qualidade que lhes era exigível à luz das necessidades de desenvolvimento de um sector que é estratégico para o futuro do país.

Nos projectos do Ministério da Ciência e da Tecnologia prevalece um figurino neoliberal em relação às instituições de investigação e ao seu financiamento. É favorecida a promiscuidade entre as instituições públicas e as privadas. E a instabilidade e o trabalho sem direitos são erguidos em verdadeiros critérios de gestão dos recursos humanos.

O interesse e a oportunidade de um diálogo com os investigadores e com as instituições, como condição prévia para a aprovação de um pacote legislativo com implicações tão profundas no sector, esvaem-se na recusa oficial de conceder um mínimo de tempo para o debate público. E a apressada «consulta» formal às organizações sindicais não disfarça a indisponibilidade para a desejável confrontação de ideias, num quadro mais amplo do que o do limitado círculo ministerial.

Instituições de investigação

Ao pretender legislar por decreto-lei em relação ao regime

jurídico das instituições de investigação, o Governo chama a si uma matéria de grande transcendência que haveria todo o interesse em ver debatida e aprovada pela própria Assembleia da República. Recorde-se que era esse, aliás, o entendimento que o próprio Governo tinha, há dois anos, quando informou a Assembleia de que no ano seguinte iria propor a «revisão da Lei n.º 91/98 sobre Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico» e apresentar uma «proposta de lei sobre Laboratórios do Estado».

Acresce que o projecto de decreto-lei sobre o regime jurídico das instituições de investigação, pelo seu propósito uniformizador do ponto de vista organizativo e pelo seu esquematismo jurídico, se revela profundamente inadequado em relação à realidade, complexa e multifacetada, e às necessidades de desenvolvimento, do sistema científico e tecnológico nacional. Se for levado por diante poderá transformar-se, a curto prazo, numa autêntica camisa de forças.

Suscita também fundadas dúvidas a abrangência do projecto de diploma, quer pela diversidade das instituições que pretende abarcar quer por colocar as instituições públicas de investigação e as instituições particulares num plano de igualdade, dessa forma abrindo caminho para o financiamento público «normal» das actividades de investigação desenvolvidas no domínio privado.

Não se ignora que entre as instituições particulares há muitas IPSFLs que possuem de

facto natureza pública. Mas quando seria de esperar, por parte do Ministério da Ciência e da Tecnologia, uma política de clarificação da situação herdada de governos anteriores e de assunção das responsabilidades do Estado, assiste-se a um processo de sentido inverso, de consolidação de uma situação que nasceu no essencial como uma solução de recurso para contornar dificuldades resultantes da má gestão do sistema e que deu origem a uma erupção *sui generis* de entidades parapúblicas, com muitos inconvenientes.

Por isso se defende, ao contrário do que faz o projecto de decreto-lei do Governo, a necessidade de ser clarificado o que é público e o que não o é, e de ser regulado aquilo que é público pela via legislativa adequada, consagrando-o com a vocação e o destino que esse carácter público inalienavelmente lhe confere.

Carreira de investigação

Quanto aos projectos de decreto-lei relativos ao estatuto da carreira de investigação científica e ao estatuto do bolsheiro de investigação científica, são de sublinhar duas reclamações prévias. A primeira, quanto ao carácter absolutamente imperativo do debate público e com tempo suficiente destes projectos, pelo conjunto das suas implicações científicas e profissionais. E a segunda, a necessidade de ser congelada qualquer definição legislativa do estatuto da carreira de investigação, até que seja ultimada a negociação do estatuto da carreira docente universitária, actualmente em curso, pelo risco de se poder verificar um afastamento destas carreiras quando importa assegurar a sua aproximação.

Em relação ao estatuto da carreira de investigação científica

ca e sem prejuízo de ulterior e mais detalhada apreciação, são de destacar algumas modificações de fundo em relação ao estatuto actual que nem correspondem a aspirações dos investigadores nem a necessidades da actividade das instituições de investigação. É o caso da supressão das categorias de formação da carreira, de estagiário e de assistente de investigação. É a figura de habilitação, tal como é definida, e que não responde às expectativas dos investigadores que se veriam obrigados a uma segunda apresentação de um programa de investigação original e de concepção pessoal. São também as medidas transitórias e os processos de recrutamento propostos, que configuram uma situação de dois pesos e duas medidas, para quem já se encontra na carreira e para quem chega de novo, potencialmente geradora de conflitualidade e injustiças. E é ainda a não consagração de quadros circulares, com dotações globais e não por categorias, que representa um retrocesso em relação ao que já é praticado em algumas instituições.

Discussão parlamentar

A Comissão para as Questões da Ciência e da Tecnologia do PCP manifesta, por último, o seu interesse e disponibilidade para contribuir para um alargado processo de debate em torno dos problemas do sistema científico e tecnológico nacional e dos decretos-leis anunciados pelo Governo.

E torna público o propósito do PCP, caso o Conselho de Ministros precipite a aprovação desses decretos-leis sem o seu prévio e efectivo debate público, de chamar esses diplomas à apreciação por parte da Assembleia da República.

Honório Novo com suinicultores

O eurodeputado comunista Honório Novo esteve, na passada sexta-feira, em Castelo Branco, onde se encontrou com suinicultores e produtores de queijo.

A visita, que começou na zona industrial do Fundão com um encontro com a SUIBEIRA - a cooperativa de suinicultores mais representativa da região -, terminou num encontro com cerca de duas dezenas de produtores de queijo, na Casa do Povo de Alcains (Castelo Branco).

No encontro com a SUIBEIRA, Honório Novo ouviu as críticas aos actuais responsáveis políticos pela ausência completa de medidas de prevenção da crise e sobre a falta de apoios à produção nacional, sobretudo no campo das rações, dos altos custos dos transportes e da electricidade e da falta de fiscalização dos transportes com produtos importados.

Os deputados comunistas no PE, anteendo a crise no sector, haviam apresentado, no início de Outubro, uma proposta de Resolução realçando a ineficácia dos mecanismos de intervenção previstos pela PAC. Mas, apesar de aprovada, ninguém lhe ligou e... passados dias, a crise «estalava», disse o deputado comunista, adiantando ainda algumas medidas que considera fundamentais, como seja a necessidade de controlar a produção e impedir o seu aumento descontrolado, o estabelecimento temporário de uma tabela de preços da carne de porco no consumo e o estabelecimento de subvenções temporárias aos produtores para a produção de rações.

Surpreendido com a afirmação de que Espanha continua a produzir carne de porco na base de ração animal (apesar da proibição comunitária) - tornando-a mais barata e competitiva - Honório Novo comprometeu-se a esclarecer e obter informações sobre a questão.

Em Alcains, onde cerca de duas dezenas de produtores de queijo o esperavam, este eurodeputado começou por defender uma produção não em termos de quantidade mas de qualidade e a procura de mercados para escoamento dos produtos, privilegiando o mercado nacional. Defendeu ainda uma estratégia agrícola assente nos produtos regionais e uma inversão na legislação comunitária, aberta a alterações, que não conduza à homogeneização do queijo mas, pelo contrário, assegure as qualidades e as diferenciações dos diversos queijos regionais.

Os produtores de queijo, por sua vez, colocaram a tónica na ausência de uma estratégia agrícola, no divórcio total entre os deputados do distrito e a região e na ausência de funcionamento entre o Conselho Agrário e as estruturas representativas da agricultura.

No final, Honório Novo apelou ao associativismo e aconselhou os produtores de queijo à elaboração de um Caderno Reivindicativo - com uma metodologia para a certificação de queijos -, e ao diálogo com as atarquiadas para uma intervenção no circuito de comercialização, sugerindo a criação de um mercado de produtos regionais e o intercâmbio regional de produtos.

VILA VELHA DE RÓDÃO «Boatos» preocupam trabalhadores

A célula do PCP na Portucel, repudiando "boatos" postos a circular sobre o futuro da empresa, que contrastam com as promessas do Primeiro-Ministro, diz que eles representam uma ameaça diária aos trabalhadores. Para o PCP, as reestruturações mais não são, afinal, do que as chamadas "rescisões por mútuo acordo", ou seja, «despedimentos encapotados, resultantes de pressões psicológicas, quando não financeiras, infligidas aos trabalhadores», enquanto uma minoria de quadros superiores vê aumentar as suas benesses. Lembrando que a divisão da Portucel levou ao aumento dos órgãos sociais e a elevados acréscimos de custos, e que a redução de 50 por cento dos efectivos atingiu essencialmente os «executantes», o PCP denuncia mais uma vez a política privatizadora do PS e congratula-se com a decisão do Plenário dos Trabalhadores de prosseguir a luta contra o Pacote Laboral, particularmente contra o decreto-lei do trabalho a tempo parcial.

VILA FRANCA DE XIRA Luta prossegue

A Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP, reunida recentemente, decidiu o reforço, a renovação e o rejuvenescimento dos organismos de base do Partido e o envolvimento de mais militantes na direcção da actividade política, com vista ao aprofundamento da ligação do Partido aos problemas concretos das populações e dos trabalhadores. Os comunistas destacam, ainda, o acompanhamento dado a importantes lutas no concelho, como seja a luta contra a queima de resíduos tóxicos em Alhandra e a luta contra as precárias condições em que as populações de Forte da Casa, Póvoa de Santa Iria e Vialonga são obrigadas a utilizar a estação dos caminhos-de-ferro. E, apelando à mobilização da população nestas lutas, mostram-se decididos a lutar pela construção dos Centros e Saúde de Alverca e Póvoa de Santa Iria e pela regularização da Ribeira de Santo António que a actual presidente da Câmara, quando ainda candidata, havia prometido para Agosto de 97.

PÓVOA DE SANTA IRIA Utentes da CP querem estação digna

Entretanto, na semana passada, uma delegação do PCP e utentes da estação da Póvoa de Santa Iria entregou ao conselho de administração da REFER (CP), através do director de imagem e marketing, por quem foi recebida, um abaixo-assinado reivindicando uma estação em condições. Na ocasião, ficou agendada para o dia 6 de Janeiro, na sede do projecto da Linha do Norte, a reunião que havia sido solicitada pelos comunistas em 25 de Novembro último. O PCP, que fica a aguardar a realização da reunião, diz, entretanto, que manter-se-á atento ao desenvolvimento da situação e às reivindicações da população e dos utentes, continuando os seus eleitos a dar execução às decisões que estes tomaram no encontro de 26 de Novembro, como aconteceu, há alguns dias, nas Assembleias de Freguesia do Forte da Casa e de Vialonga, onde apresentaram moções sobre a estação da Póvoa, aprovadas respectivamente por maioria (com abstenção do PS) e unanimidade.

VILA NOVA DE GAIA Câmara cria taxa de lixo

A Comissão Concelhia de Vila Nova de Gaia do PCP, analisando o Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal para 1999, concluiu que este, para além de ter sido apresentado em cima do Natal, não tem a acompanhá-lo qualquer controlo orçamental do Plano de 1998. Uma vez que a Câmara propõe para 1999 um aumento de 57 por cento em relação ao orçamento anterior - sobre o qual não se pode ajuizar - isto pode significar uma mistificação, ou seja, a apresentação de planos que não se cumprem e apenas servem para fazer demagogia. Entretanto, o PCP alerta para os «aumentos brutais» de impostos a que a população de Vila Nova de Gaia irá estar sujeita, designadamente através da imposição de uma taxa sobre o lixo, que não existia, e que dará à Câmara uma receita de mais de meio milhão de contos. Um alerta que é também uma preocupação pelo agravamento das condições de vida da população, já que em relação a uma receita intitulada «outros», no valor de 3 milhões e 700 mil contos, o Presidente da Câmara explicou significar a privatização das águas que servem o concelho.

Campanha Nacional de Fundos arranca dia 1 de Janeiro

Começa na próxima sexta-feira, e decorrerá até 31 de Outubro de 1999, a Campanha Nacional de Fundos decidida pelo Comité Central do PCP na sua última reunião.

Para alcançar o objectivo da campanha - fazer face às despesas extraordinárias que irão ser colocadas pelas campanhas eleitorais para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República, que este ano terão lugar - o Comité Central apontou a meta nacional de 250 mil contos. Uma meta que os responsáveis da campanha estão confiantes em atingir e, se possível, ultrapassar.

As organizações do Partido começaram, entretanto, a discutir a forma de inserir a campanha na programação geral do Partido, a estabelecer metas e a definir responsabilidades. É o caso da Organização Regional de Santarém que apontou já para 7.500 contos o montante

com que se propõe contribuir para a meta nacional.

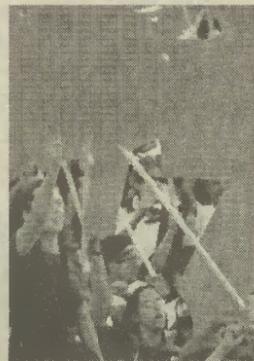
Alguns materiais básicos de animação e propaganda - já distribuídos pelas organizações - irão dar uma maior visibilidade à campanha, sendo que os cupões continuam a ser, contudo, a forma privilegiada de angariação de fundos.

Além dos cupões - de 1.000, 5.000, 10.000 e 50.000\$00 -, haverá listas numeradas de recolha de fundos e ainda um folheto de apresentação da Campanha e um cartaz de 50x70 cm para afixação nos Centros de Trabalho e outros locais seleccionados e, ainda, quando da realização de iniciativas. Uma conta bancária, cujo número consta do folheto e será posteriormente divulgado no nosso jornal, permitirá, a quem o

quiser, depositar directamente a sua contribuição.

A circulação da informação e a troca de experiências - a que o «Avante!» estará aberto -, são, entretanto, elementos que a Comissão Administrativa e Financeira considera indispensáveis a uma maior dinâmica da campanha em curso.

Reiterando o que já foi afirmado por responsáveis da campanha, «do envolvimento de todos os militantes, particularmente do núcleo mais activo do Partido, do apoio dos trabalhadores» depende o êxito da Campanha Nacional de Fundos. Uma campanha com a qual o PCP, mais uma vez, de forma responsável e transparente, pretende responder a despesas que ultrapassam em muito a previsão das receitas e despesas normais resultantes da actividade do Partido.



CAMPANHA NACIONAL
DE FUNDOS

Para dar mais
força ao PCP
nas eleições de 99

PCP



Nome: _____

Morada: _____

Telef.: _____

Desejo contribuir com a importância de Esc. _____ \$
para a Campanha Nacional de Fundos do PCP, para o que:

- Depósito a respectiva importância na conta da Campanha de Fundos nº 0680 / 002022431 na Caixa Geral de Depósitos e envio o respectivo talão de depósito.
- Envio o respectivo cheque ou vale de correio.
- Desejo ser contactado para proceder à entrega da contribuição.
- Farei a entrega pessoalmente numa Organização do PCP.

Pode recortar este destacável
e entregá-lo em qualquer Organização ou Sede do PCP,
ou enviá-lo à Comissão Nacional da Campanha
PCP, Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 / 1600-196 Lisboa

CDU Évora Um balanço positivo

A Comissão Concelhia de Évora do PCP avaliou recentemente a actividade autárquica no concelho ao longo do ano, que considerou positiva, e realçou os esforços dos eleitos da CDU no trabalho aos vários níveis.

Assim, na Câmara Municipal, os eleitos da CDU procuraram dar resposta a um vasto conjunto de problemas nas áreas do desenvolvimento económico, no plano social, na higiene e limpeza e nas relações com as Juntas de Freguesia. Na Assembleia Municipal, desempenharam um destacado papel na procura de soluções para problemas de grande importância para o concelho, designadamente em relação à Biblioteca Pública de Évora. Nas Juntas de Freguesia, é sali-

entada a dinâmica e a melhoria na resposta aos problemas da população com a criação das novas freguesias da cidade de Évora e a dinamização do trabalho nas freguesias do centro histórico.

Em contrapartida, os partidos da oposição têm-se limitado a «uma intervenção resignada a corpo presente», recusando-se a assumir qualquer pelouro ou responsabilidade e defraudando as expectativas dos que os elegeram.

Os comunistas de Évora saúdam ainda a aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para 1999, que privilegia a resolução de um vasto conjunto de problemas através das chamadas "pequenas obras", sem descuidar a preparação de projectos de grande

importância para o concelho, que envolvem avultados investimentos, a definição de parcerias e a participação do Governo central, como aconteceu na construção do Mercado Abastecedor da Região de Évora e na construção do Terminal Rodoviário, ainda que, em relação a este último projecto, o Governo não tenha honrado os compromissos que assumiu.

Lamenta, entretanto, o PCP que o Orçamento de Estado para 1999 não contemple o financiamento de projectos de grande importância para a Região, como são a «Estalagem do Cavalo», a Biblioteca Pública, a ligação do IP2 - eixo Norte/Sul e o Aterro de Resíduos Sólidos.

No plano social, a Conce-

lhia de Évora manifesta a sua preocupação com o alheamento do Governo face às notícias sobre eventuais operações de reestruturação do grupo Siemens, ameaçando o futuro dos seus trabalhadores, e, no que diz respeito à habitação social - de responsabilidade governamental -, realça a contribuição da CDU para a construção de 38 fogos no Bairro do Granito, a iniciar brevemente com a Misericórdia de Évora.

Por fim, o PCP analisou o trabalho desenvolvido a nível partidário, considerando-o «positivo mas insuficiente», pelo que aprovou um conjunto de iniciativas no sentido de estabelecer a ligação a um maior número de militantes, criar novos organismos e responsabilizar novos quadros.

TRABALHADORES

Petrogal pode voltar à greve

As organizações sindicais dos trabalhadores da Petrogal fizeram «sério aviso» à administração para que esta se aproxime das suas reivindicações, de modo a evitar nova greve.

«Se até 29 de Dezembro a administração não evoluir nas suas posições, por forma a corresponder às propostas dos trabalhadores, viabilizando um acordo negociado, as organizações sindicais irão accionar a resolução aprovada nos plenários, declarando greve», sublinha um comunicado da Federação Intersindical da Metalurgia e Metalomecânica, Minas, Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás.

Recorde-se que os sindicatos reivindicam «uma tabela salarial com progressão automática que corrija as profundas assimetrias existentes e garanta um aumento mínimo de dez mil escudos para 1999».

Entre as outras exigências destacam-se a negociação de um prémio de produtividade para todos o trabalhadores com valor igual a 10 por cento do salário médio efectivo da Petrogal, por cada milhão de contos obtidos em lucros em cada ano; a negociação de um subsídio de penosidade e perigosidade; um plano de carreiras que abranja todos os trabalhadores; a aplicação da semana de 38 horas a partir de 1 de Maio do próximo ano; a correcção e melhoria dos subsídios de turno; e a valorização do trabalho prestado em turnos para efeitos de antecipação da reforma.

A Federação Sindical refere ainda que a Petrogal tem vindo a diminuir substancialmente o seu número de trabalhadores (de 3500 em Dezembro de 1995 passou para 2500 em Dezembro deste ano), o que se traduziu num desmesurado aumento do ritmo e da carga de trabalho.

Em contrapartida, a empresa atingirá este ano mais de 30 milhões de contos de lucros, não havendo razões económicas para que a administração não satisfaça as reivindicações sindicais.

Na Sodijó Valeu a pena

A legalização de grande parte das categorias profissionais e o pagamento de horas extraordinárias em atraso constituem, para já, o resultado obtido na Sodijó Supermercados após a denúncia efectuada pela União dos Sindicatos de Vila Real contra o comportamento da empresa por atropelos aos direitos dos trabalhadores.

Em comunicado aos órgãos de comunicação social, aquela União sindical saudou os trabalhadores por esta vitória que considera ser o resultado da «luta pelos seus direitos» e que só foi igualmente possível graças à «ligação com as suas organizações de classe» e à sua determinação em ver resolvidos os problemas criados por entidades patronais pouco escrupulosas.

Comentando declarações entretanto feitas pelo gerente da empresa a uma rádio local, em resposta ao primeiro comunicado por si emitido com o título de «Lei da Selva no Intermarché de Alijó», a União dos Sindicatos de Vila Real entende que elas vêm «grosseiramente deturpar a realidade».

Mais ainda, salienta a USVR, constituem um conjunto de falsidades e acusações que pelo seu conteúdo difamatório vêm afinal revelar «como é baixa a postura moral» de António José Silva «perante os seus próprios trabalhadores que afinal o servem para seu enriquecimento pessoal».

Professores aposentados querem melhores pensões

A Fenprof definiu, no Porto, com representantes dos professores aposentados, medidas de luta para exigir o aumento dos valores das suas pensões. Mário David Soares disse à Lusa que a degradação das pensões levou a que um aposentado que, em 1980, recebia 80 por cento do vencimento de um professor no activo visse essa percentagem descer para 35 por cento, em 1997. «Estes são os casos mais gritantes, mas são milhares em todo o País e em cada ano que passa são ainda mais», referiu o dirigente da federação.

Tendo em vista pôr cobro a esta situação «degradante e escandalosa», a Fenprof defende a indexação das pensões dos professores ao vencimento dos docentes no activo com a mesma categoria da sua no momento da aposentação.

Mário David Soares recordou que esta proposta foi apresentada aos grupos parlamentares do PS, PSD, PP e PCP, em reuniões ocorridas este mês, no âmbito de uma acção de luta dos professores aposentados que incluiu milhares de cartas individuais e colectivas ao Presidente da República, primeiro-ministro, ministros, partidos políticos e comunicação social. Se não houver uma resposta positiva às suas reivindicações, os professores aposentados preparam novas medidas de luta, nomeadamente pedidos de audiência aos órgãos de soberania e uma acção-surpresa no primeiro dia de Fevereiro.

Factos e perigos na passagem do ano Sindicatos denunciam problemas nas empresas de Lisboa

Encerramento de empresas, salários e indemnizações em atraso, violações de direitos, alastramento da precariedade, tais são, em suma, os traços que caracterizam a situação social no distrito de Lisboa. O levantamento foi feito pela União dos Sindicatos de Lisboa com base num estudo abrangendo 319 empresas pertencentes a 19 sectores de actividade.

De acordo com os dados apurados pela USL, recentemente divulgados em conferência de imprensa, o número de empresas que fechou as suas portas entre 1995 e 1998 atingiu os 131, enquanto as dívidas por salários em atraso e indemnizações não pagas, em empresas encerradas por falência, sobem a mais de 17 milhões de

contos, num universo de 111 empresas.

Neste período natalício foram registados cerca de cinco mil trabalhadores com salários em atraso em 50 empresas em laboração, tendo ainda sido identificados 75 casos de violação de direitos. Trinta e uma empresas de nove sectores de actividade, segun-

do o estudo, apresentam sinais de poderem proximamente vir a encerrar.

A FNAC - Tipografia e Litografia, o Jornal do Comércio, a Metalminer, o Centro Comercial Barão, as Construções Técnicas, os Móveis Olaio, a Sociedade de Construções Gaudêncio, a Clínica das Amoreiras, os Cabos Ávila, a Copinaque, a Moagem Carcavels, a Editora Gráfica, a Equiprinter, a Expressão Gráfica são algumas das empresas com salários em atraso.

Neste quadro, para a USL, afigura-se inaceitável a adopção de qualquer medida legislativa como as que o Governo

pretende impor no plano laboral, na medida que tal «faria agravar substancialmente, pelo reforço do poder patronal que daí resultaria, todos os aspectos da situação social».

Situação em Braga

Entretanto, no distrito de Braga, a situação no capítulo dos direitos sociais e laborais não é melhor. Um comunicado da União dos Sindicatos alerta para a existência de mais de 35 mil trabalhadores no desemprego, dos quais 22 mil são desempregados de longa duração que, por esse motivo, não recebem qualquer subsídio.

O número de trabalhadores com salários em atraso eleva-se a 3450, ao mesmo tempo que mais de 40 mil exercem a sua actividade de modo ilegal e clandestino, laborando à semana, ao dia, à hora, à peça, ao metro.

De acordo com a nota à imprensa, da USL, mais de dez trabalhadores aguardam há vários anos pelo recebimento das indemnizações a que têm direito pelo encerramento e falência das empresas em que se encontravam, existindo ainda centenas de jovens a auferirem vencimentos inferiores ao salário mínimo, enquanto centenas de crianças são exploradas por patrões sem escrupulos.



A USL afirma que a adopção do pacote laboral agravará a situação social

Na véspera de Natal Fisco anuncia venda dos Lanifícios Mondorel

O Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Centro considerou que o anúncio, feito dia 24 pelas Finanças, da venda da Fábrica de Lanifícios Mondorel, «pelo secretismo de que se rodeou e pelo simbolismo da data, constituiu uma vergonhosa «prenda de Natal» dada pela Administração Fiscal e, consequentemente, pelo Governo aos trabalhadores desta empresa».

A venda da empresa foi divulgada pela 1.ª Repartição de Finanças de Coimbra num anúncio publicado na véspera de Natal, num matutino da cidade. A venda, mediante propostas em carta fechada, foi fixada no preço-base de três milhões de contos e ficou marcada para 20 de Janeiro.

Especulação contra recuperação

Declarando-se surpreendida com o anúncio, a direcção do

sindicato recorda que a situação da empresa se tinha estabilizado, depois de ter atravessado um período de dificuldades, há alguns anos, que originou um processo de recuperação, com medidas para a sua viabilização.

Dos indicadores conhecidos, «resulta até que se trata de uma unidade industrial não só com grande capacidade técnica e de recursos humanos, mas também com um grande mercado, geradora de lucros, pelo menos desde há alguns anos», sublinha-se na nota.

«Entretanto, desde há alguns meses, começaram a correr rumores da existência de poderosos interesses especulativos do sector imobiliário, com vista a acabar com a empresa em causa, para nos terrenos por ela ocupados vir a nascer uma grande urbanização de luxo», adiantou a dirigente sindical Fátima Carvalho. Neste contex-

to, a direcção do Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Centro desenvolveu «intensos contactos» com a administração da Mondorel e com o Governo, para esclarecer a situação e assegurar a manutenção da empresa, que é «uma das mais antigas e valiosas de Coimbra».

A administração «sempre fez por ignorar tal questão, dando, porém, a entender que tudo corria sobre rodas», enquanto por parte do Governo «sempre foram dadas garantias de que a unidade industrial em causa seria mantida», refere o documento.

«Vê-se agora que ambos encobriram, de forma consciente, a situação, quer da direcção do sindicato quer dos trabalhadores, manifestando por estes o mais completo desprezo», acusa a estrutura.

Ao manifestar o seu repúdio pela conduta da administração e

do Governo, a direcção do sindicato declara-se disposta a tudo, para impedir que, «com manobras desta natureza, se crie uma situação de facto consumado, com vista à destruição da empresa».

Foram já pedidas reuniões urgentes com todos os responsáveis envolvidos no processo, visando esclarecer a situação e tornar claros «os desígnios que presidiram à anunciada decisão de vender a Mondorel». «É que ninguém acreditará - e os trabalhadores não acreditam - que o Governo possa querer vender uma empresa com a capacidade técnica, de recursos humanos e de produzir riqueza da Mondorel, mandando para o desemprego mais de duas centenas de trabalhadores, se não for para servir outros interesses», consideram os dirigentes do Sindicato dos Têxteis do Centro.

TRABALHADORES

Festru/CGTP-IN exige resultados da Inspeção Motoristas trabalham 15 horas por dia

Nunca se viu uma tão grande degradação nos transportes rodoviários de mercadorias, tanto no que respeita ao cumprimento da lei geral do trabalho e da contratação colectiva como no que toca às normas da União Europeia, denuncia a federação sindical do sector, numa exposição enviada ao Inspector Geral do Trabalho.

A Festru destaca, do rol de violações praticadas pelo patronato, as que têm a ver com o horário de trabalho (tempos máximos de condução e períodos mínimos de repouso) e com a remuneração dos trabalhadores, e que «põem em causa direitos fundamentais, como a segurança rodoviária».

Na exposição que enviou ao responsável nacional da IGT, a Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos refere que «um inquérito, recentemente realizado pelos sindicatos da Festru, confirmou aquilo que já tínhamos, ou seja, a média horária por motorista situa-se nas 15 horas de trabalho diário». «Está provado que um motorista, ao fim de sete horas de condução, já não está na posse de todas as faculdades físicas e mentais», salienta a federação, acrescentando que «simultaneamente, constatou-se que os motoristas descansam cerca de cinco horas, em média, por dia, havendo muitos motoristas que chegam a estar dois e três dias seguidos sem irem à cama».

Lembrando que já várias vezes as estruturas sindicais têm denunciado publicamente os constantes exageros a que estão sujeitos os motoristas no que se refere à intensíssima carga horária

de trabalho, a Festru aponta a responsabilidade ao patronato, «cuja ânsia de lucro faz relegar para o último dos planos as questões sociais e as normas disciplinadoras da actividade, por um lado, enquanto por outro se procura maximizar, em cada dia de trabalho, o rendimento da viatura e do motorista».

«A ideia que ressalta, aos olhos da opinião pública, da manutenção desta iníqua e insustentável situação, é a de que, para o patronato, vale a pena violar leis, regras e normas», comenta a Festru. «Esse vergonhoso tipo de comporta-

mento não só é pelo Governo tolerado como, em muitos casos, premiado com subsídios chorudos que vão parar directamente ao bolso do prevaricador», protesta a federação, lembrando que «infelizmente, existem exemplos trágicos do que pode acontecer quando a fadiga se apodera do condutor».

O aumento da jornada de trabalho decorre ainda de «acordos salariais paralelos, tendo por base o pagamento ao quilómetro e ao frete». Segundo cálculos da Festru, estes sistemas de remuneração podem significar, numa empresa de média dimensão, um benefício anual de dezenas de milhares de contos para o patrão, pois «o ganho médio mensal, retirado pelo patronato aos salários dos trabalhadores, cifra-se na ordem dos cem mil escudos por motorista».

A Festru expressa a «convicção de que o reduzido

número de acções de fiscalização nas estradas e nas empresas do sector, por parte da Inspeção do Trabalho, tem ajudado e contribuído para o alastramento destes autênticos crimes sociais», pelo que é «fundamental e urgente que a Inspeção do Trabalho passe a actuar com a frequência e a firmeza necessárias».

«É tempo de pôr o patronato a cumprir com as leis deste país, nomeadamente com o respectivo CCTV em vigor, democrática e livremente negociado e acordo pela Festru e pela associação patronal», exige a federação, que fica a aguardar da IGT informação sobre «a implementação da nova filosofia de trabalho levada a cabo por essa instituição, passando a actuar regularmente neste importante sector, para que finalmente comecem a surgir resultados positivos».



Apesar da lei da Assembleia da República, há ainda empresas que continuam a não incluir as pausas na contagem do tempo de trabalho (foto de arquivo)

Carta de Ferro Rodrigues contraria direito às pausas

A União de Sindicatos do Porto acusa o Ministério do Trabalho de «incentivar os empresários a pôr em causa a Lei 73/98 do Parlamento no que toca às pausas de trabalho».

Ernesto António, dirigente da USP, afirma que o ministro Ferro Rodrigues, numa carta ao presidente da Confederação Industrial Portuguesa (CIP), Pedro Ferraz da Costa, assumiu uma posição «vergonhosa que põe em causa uma lei da AR».

«No fundo, o que o ministro diz na carta a que a USP teve acesso é que os empresários podem continuar a infringir a lei, porque o Ministério do Trabalho fecha os olhos, isto quando devia ser o primeiro a dizer que não pode haver dúvidas», afirmou o sindicalista citado pela Agência Lusa.

Na referida carta, cuja cópia a USP divulgou, Ferro Rodrigues afirma que «as posições de alguns sindicatos de trabalhadores do vestuário, dos têxteis e do calçado (...) pretendendo aplicar a noção de "tempo de trabalho" da Lei n.º 73/98 não coincide com a posição do Governo. Contudo, os sindicatos são, como é evidente, livres de ter e de expressar a sua opinião sobre a interpretação da Lei».

Num outro parágrafo, o ministro refere que, «como é próprio de um Estado de Direito, o Governo não pode obstar a que surjam desentendimentos entre empregadores e trabalhadores sobre a aplicação da legislação do trabalho».

«Se os empregadores procederem à aplicação da legislação relativa à redução do trabalho de modo adequado e, ainda assim, se verificarem conflitos laborais, a Administração do Trabalho estará disponível para promover diligências conciliatórias. Todavia, onde não for possível uma solução consensual, só os tribunais podem impor uma decisão vinculativa», acrescenta Ferro Rodrigues na missiva divulgada pela USP.

Tesourarias do Estado fecham o ano com greves

Os trabalhadores das tesourarias da Fazenda Pública estão em greve durante esta semana, protestando contra a falta de pessoal e exigindo um abono para falhas.

As paralisações iniciaram-se segunda-feira, nos distritos de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real. Ontem estiveram em greve os funcionários de Aveiro, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu. Hoje param os de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Santarém, Setúbal, Madeira e Açores. No último dia do ano a greve estende-se a todas as tesourarias do País.

Metade das tesourarias da Região Norte encerraram, na sequência do primeiro dia de greve, informou o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte. Uma fonte do STFPN/CGTP, citada pela Lusa, informou que a paralisação levou ao encerramento, durante a manhã de segunda-feira, de 50 por cento das tesourarias da Fazenda Pública nortenhas, enquanto as restantes funcionavam de forma muito limitada. De acordo com os dados divulgados pelo sindicato, só na cidade do Porto quatro das sete tesourarias registaram uma adesão de 100 por cento.

A greve afecta o recebimento de impostos, designadamente as prestações no âmbito do Plano

Mateus, atrasando ainda o encerramento contabilístico mensal e anual das receitas do Estado.

Problemas sem resposta

Os trabalhadores das tesourarias da Fazenda Pública reclamam a resolução de um conjunto de problemas relacionados com a insuficiência de recursos humanos, a falta de definição do enquadramento jurídico dos funcionários e a sonegação do direito ao abono para falhas.

A falta de resposta a estas questões é acompanhada da «negação do diálogo» com as organizações sindicais representativas daqueles trabalhadores. «O ministro das Finanças continua sem dar resposta às sucessivas solicitações de audiência apresentadas pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, e nem mesmo a recomendação do Provedor de Justiça sobre o abono para falhas foi seguida pelo Governo», acrescentou a fonte sindical citada pela agência.

Os trabalhadores discordam do facto de lhes ter sido ilegalmente retirado o abono para falhas, atribuído por movimentarem e terem à sua guarda valores na ordem dos milhões de contos.

Instabilidade social na distribuição da Centralcer

A situação das empresas de distribuição dos produtos da Centralcer, designadamente da cerveja Sagres e outros refrigerantes, tem-se vindo a agravar, com a perda de quota do mercado e descredibilização, informa o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços (CESP), em nota à imprensa.

Nos últimos dias, registou-se mesmo novo agravamento, com a exigência de «pronto pagamento» e a suspensão das vendas à Unicervi, a distribuidora do distrito de Setúbal e a maior empresa do sector.

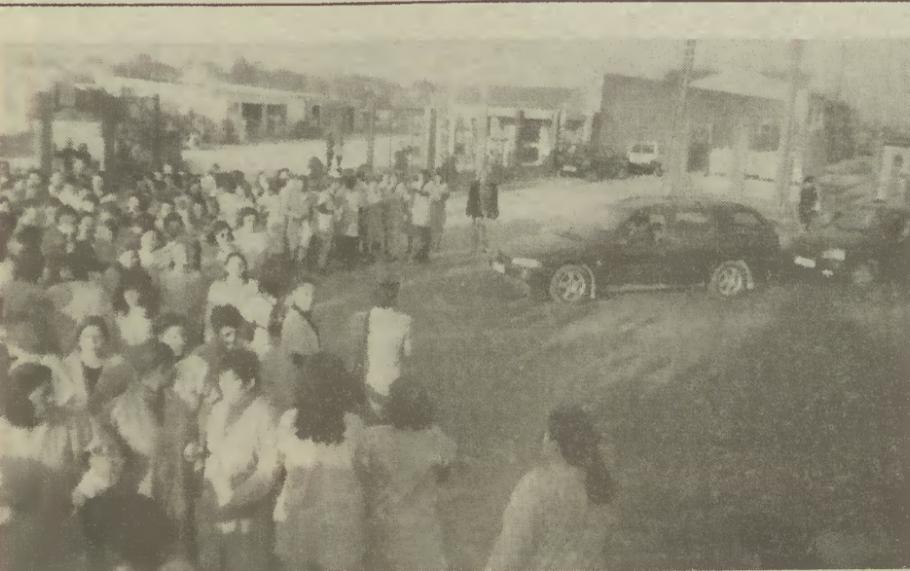
Neste contexto, as empresas têm vindo a reduzir sucessivamente os quadros de pessoal, com as óbvias consequências sociais.

Os trabalhadores têm insistido, junto das empresas e do governo, para se tentar encontrar soluções equilibradas.

Os representantes dos trabalhadores solicitaram mesmo uma reunião à administração da Centralcer, para obter informação da fábrica sobre a rede de distribuição, e têm vindo a insistir junto do governo para que sejam feitas diligências no sentido de encontrar uma solução equilibrada.

A verdade é que até ao momento não se registou qualquer actuação da parte do governo.

A manter-se a actual situação os trabalhadores estão dispostos a avançar com outras formas de luta, que poderão passar por concentrações junto do Ministério da Economia, deslocarções à fábrica para obter a informação pretendida e aos «substitutos na distribuição» para os avisar de que não vão ficar de «braços cruzados» a ver os seus postos de trabalho a ser destruídos, avisa a direcção do CESP.



Os trabalhadores da Indelma disseram basta à falta de condições de segurança num atravessamento que já ceifou várias vidas

Operários da Indelma cortam EN 10

Trabalhadores da Indelma concentraram-se no passado dia 16 na Estrada Nacional 10, no Casal do Marco, para exigir medidas dos poderes públicos que ponham cobro às condições de absoluta insegurança existentes no atravessamento daquela via.

Na origem desta acção de protesto, que culminou com o corte da estrada, está o elevado número de atropelamentos e acidentes que ocorrem no local, afectando não apenas os trabalhadores daquela empresa como os moradores da zona.

O caso mais recente ocorreu no dia 6 de Dezembro e vitimou mortalmente uma operária da Indelma, Fernanda Filipe, de 28 anos. Três meses antes registara-se um outro atropelamento mortal, igualmente de uma trabalhadora daquela empresa.

No decorrer da concentração, que coincidiu com a saída de mais de um milhar de trabalhadores que laboram no turno do dia, foi visível a revolta dos presentes, na sua maioria mulheres, pelas mortes registadas num cruzamento, que gritaram, «não pode continuar a matar!».

Estudantes gregos contra reformas

Os estudantes gregos do ensino secundário público continuam a contestar as reformas impostas pelo Governo. Na semana passada, organizaram um levantamento de barreiras nas principais estradas do país, provocando gigantescos engarrafamentos, ao mesmo tempo que anunciavam o prolongamento das ocupações das escolas. O objectivo é levar as autoridades a anular o processo de reforma, que criou nomeadamente um grau de bacharelato que substitui o concurso nacional de acesso ao ensino superior.

Rússia e Bielorrússia unificadas em breve

Os presidentes da Rússia e da Bielorrússia, Boris Ieltsin e Alexander Lukashenko, assinaram um acordo para unificar os dois países a curto prazo, numa reunião que decorreu na sexta-feira. O acordo será submetido a referendo no primeiro semestre de 1999. O novo Estado terá uma só lei e uma só moeda em circulação e serão criados órgãos estatais comuns e órgãos de direcção supranacionais. As barreiras aduaneiras devem desaparecer já em meados do próximo ano.

Economia paralela em crescimento no Leste

A economia paralela nos países do Leste da Europa está em crescimento e uma das suas causas reside nas adaptações financeiras para a entrada na União Europeia, de acordo com um estudo recente citado pela agência Lusa. Na Polónia, as actividades económicas ilegais equivalem a um quarto do Produto Interno Bruto (BIP) do país, enquanto na Húngria correspondem a 30 por cento. Na Roménia, o mercado paralelo dá trabalho a 20 por cento da população activa e equivale a 22 por cento do BIP. Segundo o Ministério das Finanças, este valor aumenta para 40 por cento se for considerado o contrabando, a fraude fiscal, a prostituição, o tráfico de drogas e outros sectores de crime organizado.

Angola ONU responsabiliza Unita pelo conflito

Angola está de novo em guerra. A cidade do Cuíto é alvo dos ataques da Unita com artilharia de longo alcance desde dia 22. O Conselho de Segurança das Nações Unidas responsabiliza o partido de Jonas Savimbi de ser o principal responsável pela situação.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas exigiu o «fim imediato das hostilidades em Angola», numa declaração aprovada por unanimidade que considera que cabe à Unita «a responsabilidade primeira» do reacender do conflito.

A ONU manifestou também a sua preocupação em relação à violação do embargo sobre a venda de armas ao partido liderado por Jonas Savimbi e ao comércio de diamantes levado a cabo por ele.

A cidade do Cuíto, na província do Bié, sitiada desde o dia 11 pela Unita, foi atacada no dia 22 com sofisticado material bélico, nomeadamente infantaria motorizada, carros de assalto e infantaria de longo alcance.

Segundo fontes militares governamentais citadas pela agência Lusa, as tropas de Jonas Savimbi têm evitado confrontos directos de grande envergadura optando pelo desdobramento dos seus efectivos em grupos de dez soldados. Essa força terá como missão a penetração nas defesas da localidade, o lançamento do pânico e a facilitação

da invasão da cidade pelo grosso das unidades.

Para as Forças Armadas Angolanas, os bombardeamentos são uma represália pela ofensiva governamental contra Chissinga, vila retomada na madrugada de dia 22 pelo exército.

O governador da província do Cuando Cubango já recomendou à população local que se organize em destacamentos de autodefesa contra eventuais ataques da Unita.

O Governo angolano acusou a comunidade internacional e a ONU de serem indirectamente responsáveis pelos avanços bélicos da Unita, ao permitir o rearmamento e a mobilização de novos efectivos militares por aquele partido. «A Unita tem vindo a semear a destruição

e a morte e a provocar a deslocação forçada de dezenas de milhares de populares para fora das suas zonas de origem», afirma o Governo num comunicado de imprensa divulgado pela Lusa, em que apela à condenação da organização de Savimbi por toda a comunidade internacional de forma a «facilitar a resolução do conflito».

Para o Governo, a ala armada da Unita tem de ser «definitivamente neutralizada, do ponto de

vista político e militar, por não ter assumido os seus compromissos e ter rejeitado regras de convívio democrático e de concorrência política leal e pacífica».

«O Governo angolano vê-se forçado a tomar as medidas adequadas a nível político, social, económico e financeiro que o momento actual exige, para que as Forças Armadas Angolanas possam dar resposta adequada à facção militarista da Unita», lê-se no comunicado.

Eleições antecipadas em Israel

O Parlamento israelita aprovou na semana passada a realização de eleições legislativas antecipadas, com 81 votos a favor e 30 contra. O próprio primeiro-ministro votou favoravelmente, juntamente



Benjamin Netanyahu

com a maioria dos membros do seu partido, o Likud, e do Partido Trabalhista.

«Este Governo abandonou o processo de paz, fracassou o seu caminho. Salvámos o Governo várias vezes para que pudesse avançar com as negociações», afirmou o líder trabalhista Ehub Barak. «Acabámos por perceber que o que lhe inte-

ressava não era cumprir o acordado, mas sim a sua própria sobrevivência», acrescentou.

Netanyahu tentou evitar a antecipação das eleições propondo a criação de um Governo de unidade nacional que incluísse os trabalhistas. A proposta foi imediatamente recusada. «Nós defendemos a unidade nacional, mas não uma unidade fruto do encobrimento de grandes diferenças ideológicas: este Governo terminou os seus dias», respondeu Barak.

As eleições realizam-se um ano e meio antes do previsto e deverão opor Netanyahu ao trabalhista Ehub Barak e ao líder do recém-criado Partido do Centro, Amnon Lipkin Shajak. De acordo com sondagens recentes, o actual primeiro-ministro perderia se as eleições se realizassem agora.

O tema mais debatido será o processo de paz com a Autoridade Palestiniana, a questão que mais contribuiu para a antecipação do escrutínio. Como referiu o primeiro-ministro, o actual governo encontra-se entre duas tendências. «Não rompemos o Acordo de Oslo como exigem de um lado, nem estamos dispostos a ceder a Arafat e à Autonomia Palestiniana, permitindo que não cumpram os seus compromissos, como exigem do outro lado», afirmou Netanyahu, aludindo à extrema-direita e à esquerda israelita.

Entretanto, a aviação israelita atacou no dia 22 posições do Hezbollah no sul do Líbano, provocando a morte de uma mulher e dos seus seis filhos. O grupo islâmico retaliou com mísseis Katyusha fazendo 13 feridos.

O secretário-geral da ONU mostrou-se muito preocupado com o reacender da violência e exortou «as partes implicadas a porem fim à violência e, em particular, a respeitar o estatuto de não-combatente dos civis».

Kofi Annan lamentou «a morte de civis albaneses no ataque aéreo israelita, que provocou os tiros das milícias armadas libanesas, que por sua vez colocaram em perigo civis israelitas».

Iraque

O outro lado da guerra cirúrgica

«Se não for uma criança sem cérebro, então talvez seja uma com um crânio gigante, com cotos em vez de braços, como as vítimas da talidomida, com dois dedos em vez de cinco, um coração com válvulas a menos, sem uma ou mesmo as duas orelhas.» A descrição, aterradora, é de uma ginecologista do Hospital Pediátrico Saddam Hussein, citada pelo jornal britânico «The Guardian», que a semana passada revelou um estudo

sobre o aumento inexplicável do número de recém-nascidos com deficiências no Iraque. Segundo o jornal, «a origem mais provável desta força manipuladora dos genes não é iraquiana, mas ocidental».

Revela o «The Guardian» que durante a guerra do Golfo, em 1991 - a tal dos bombardeamentos cirúrgicos - os aviões ocidentais dispararam pelo menos um milhão de balas revestidas com um material radioactivo conhecido como

urânio empobrecido (DU). Este material, com uma vida semi-activa estimada em 4000 anos, é não só capaz de atravessar tanques com a maior facilidade como, ao ser utilizado no revestimento de balas, fragmentar-se em milhares de partículas quando elas atingem o alvo. Partículas radioactivas que se espalham na atmosfera e são facilmente absorvidas pelos seres humanos, podendo passar da placenta para o feto.

De acordo com informações

do Departamento de Defesa norte-americano, citado pelo jornal, o Iraque foi bombardeado com pelo menos 40 toneladas de DU.

«O Iraque transformou-se no laboratório de um material desconhecido e não testado: o DU», escreve o «Guardian».

Sete anos depois, e quando a ciência ainda não encontrou resposta para o que está a acontecer com os recém-nascidos no Iraque, o país voltou a ser bombardeado com mais de 400 novos mísseis. Novas experiências cirúrgicas? E quem responde pelas consequências?

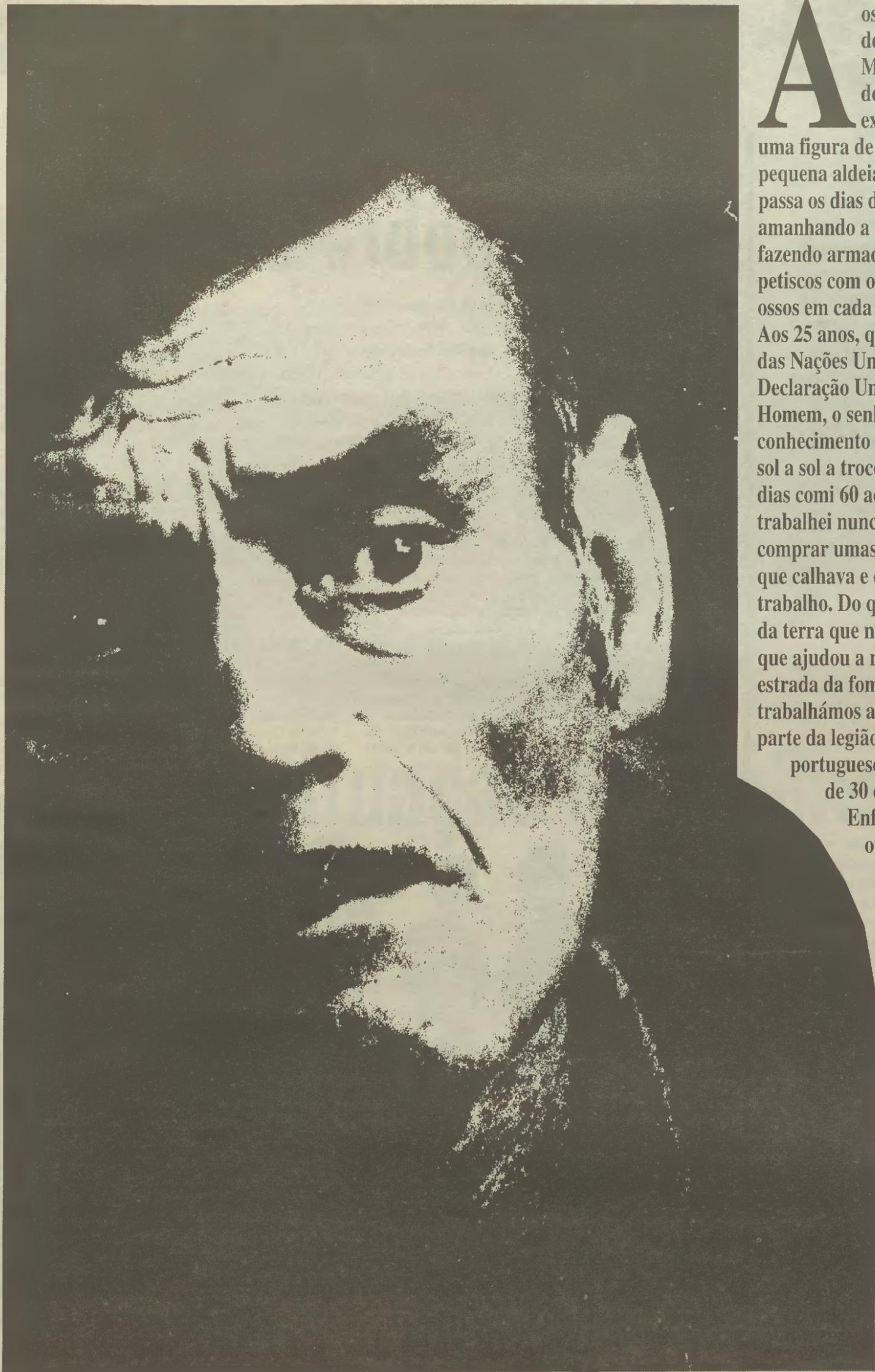


Associação humanitária em Bagdad com o slogan «As sanções, uma arma que continua a matar»

As palavras do «dono do planeta»

«Quem manda aqui neste planeta sou eu e mais ninguém. Para a próxima já sabem: seja o Saddam Hussein ou outro qualquer que me queira estragar o fim-de-semana, dispare sem pedir licença à ONU e toma - lá vai míssil à hora do telejornal de maior audiência, sem direito a indemnização, porque o Saddam e os iraquianos não são a Monica Lewinsky.»

A citação, no «Avante!» da semana passada, das palavras de Bill Clinton num discurso proferido em meados de Novembro, foi feita antes por António Rego Chaves, no «Diário de Notícias» de dia 21 do mês passado.



Aos 75 anos e com uma pensão de miséria, o senhor Zé Manel vive os tempos mais desafogados da sua existência. Não se trata de uma figura de ficção: existe mesmo, numa pequena aldeia do Alto Alentejo, onde passa os dias da suada reforma amanhando a horta no exíguo quintal, fazendo armadilhas para os pássaros dos petiscos com os amigos, aquecendo os ossos em cada réstea de sol.

Aos 25 anos, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o senhor Zé Manel não teve conhecimento do evento. Trabalhava de sol a sol a troco de quase nada - «em 30 dias comi 60 açordas»; «enquanto trabalhei nunca tive dinheiro para comprar umas botas» -; trabalhava no que calhava e quando calhava haver trabalho. Do quintal onde mata saudades da terra que nunca teve, avista a estrada que ajudou a rasgar - «chamávamos-lhe a estrada da fome, tanto que ali trabalhámos a seco» -, ignorando fazer parte da legião de mais de um milhão de portugueses que vive hoje com menos de 30 contos mensais.

Enfim com tempo para o lazer, o senhor Zé Manel, ouvinte atento das notícias do mundo - «grande invenção esta, a da televisão» -, acompanhou os discursos solenes dos grandes do planeta a celebrar os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, sem sonhar sequer que a sua vida de trabalho não chegaria para pagar a factura dos trajas a rigor e que uma única gravata daquelas a ornar os brancos colarinhos pagaria todas as botas que nunca pôde comprar.

MEIO SÉCULO DE ILUSÕES

Texto: Anabela Fino



50 ANOS DA
DECLARAÇÃO
UNIVERSAL
DOS DIREITOS
HUMANOS



50 ANOS DA
DECLARAÇÃO
UNIVERSAL
DOS DIREITOS
HUMANOS

EM FOCO

MEIO SÉCULO DE ILUSÕES

Portugal

o mais pobre da Europa

(...) «a população mundial manifesta de diversas maneiras a necessidade urgente de resolver graves problemas sociais, especialmente a pobreza, o desemprego e a exclusão social que afectam todos os países. A nossa tarefa consiste em atacar quer as causas subjacentes e estruturais quer as suas terríveis consequências, a fim de reduzir a incerteza e a insegurança na vida das pessoas»

Belas palavras, estas, da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Social, em que os chefes de Estado e de Governo reunidos em Copenhaga em 1995 assumiram o compromisso «inquebrantável» de dar a «máxima prioridade» ao desenvolvimento social e bem-estar da humanidade.

Palavras de quem sabe que a defesa e promoção dos direitos humanos passa por questões tão importantes como o direito ao trabalho, o direito à protecção no despedimento, o direito à protecção contra a pobreza e a exclusão social, o direito à habitação condigna, alguns dos 12 direitos consagrados na Carta Social Europeia Revista. A primeira revisão da Carta, cuja versão original data de 1961, foi aprovada em 1983; a segunda data de 1996. O Governo português ainda não a ratificou.

Palavras. Só palavras? Ou apenas expressão das contradições do mundo em que vivemos?

A resposta não é linear.

É um facto que em 50 anos muita coisa mudou e algumas dessas mudanças foram positivas. Não é irrelevante o reconhecimento, em muitos países, dos direitos políticos. Por eles se bateram gerações de homens e mulheres, com particular destaque para os comunistas, conquistando quantas vezes com o sacrifício da vida o que hoje nos parece elementar: liberdade de expressão, de reunião e de circulação, direito de voto, direito de opinião...

São conquistas da humanidade que importa defender, preservar e garantir a todos.

O problema é que, sendo fundamentais, tais direitos não são suficientes. O pleno exercício desses direitos implica o respeito por todos os outros - são trinta os artigos da Declaração Universal dos Direitos do Homem -, pois como alguém afirmou um dia, «todos os direitos do homem são iguais e indivisíveis, não há escolha a fazer entre eles; desde que um só é suprimido, suprimem-se todos os outros; e a democracia não admite ser parcelar». A humanidade registou no último meio século avanços verdadeiramente admiráveis no domínio da ciência e da técnica; avanços que, legitimamente, permitiam esperar que a vida se tornasse melhor para todos. Não foi isso que sucedeu, não é essa a realidade em que vivemos. Em vez de diminuir, agravou-se o fosso entre os países ricos e os países pobres: «em 1960, 20 por cento da população mais rica detinha 69 por cento da riqueza do mundo, enquanto 20 por cento da mais pobre detinha apenas 2,5 por cento; em 1994, os mesmos 20 por cento da população mais rica aumentava a sua riqueza para 85 por cento e igual percentagem da mais pobre diminuía para 1,4 por cento». A realidade brutal dos nossos dias é expressa por números que são o mais violento testemunho da desumanidade do sistema em que vivemos: «... os três indivíduos mais ricos do mundo possuem uma fortuna superior ao produto interno bruto do conjunto dos 48 países mais pobres do planeta»; «... metade da população mundial, isto é, três mil milhões de pessoas, vivem com menos de 300\$00 por dia»; «... ainda hoje, morrem de fome todos os anos 30 milhões de pessoas e 800 milhões são vítimas de subnutrição crónica»; «mais de mil milhões de habitantes do mundo vivem em situação de pobreza extrema e a maioria passa fome todos os dias»; «mais de 129 milhões de pessoas em todo o mundo estão oficialmente desempregadas e muitas mais vivem numa situação de subemprego»; «mais homens do que mulheres vivem em pobreza absoluta e o desequilíbrio continua a aumentar». Afinal, de que falamos quando falamos de direitos humanos?

A «Década para a Erradicação da Pobreza» (1997-2006), proclamada pelas Nações Unidas, leva já dois anos de vida. Os resultados, se existem, serão ainda incipientes para deles se fazerem manchetes de jornais. O que existe e é incontornável é o facto de, no virar do milénio, quando a riqueza do mundo chega e sobeja para uma vida digna para todos, subsistir essa indignidade que é a pobreza. Portugal não escapa à regra. Numa altura em que empresários de venda a retalho ganham o duvidoso «mérito» de integrar a lista dos mais ricos do mundo, o País continua a ser o mais pobre da União Europeia.

Primeiro foi o «oásis» laranja, depois o «paraíso» rosa. Os governantes portugueses têm pendor para se autopromoverem com a manipulação dos números e a apresentarem como factos consumados previsões estribadas na mais pura demagogia. Nos anos 80, por exemplo, não havia discurso que não garantisse a saúde da economia e a justiça da política social que estaria a esbater as diferenças entre ricos e pobres e a debelar de vez a pobreza em Portugal. Acreditou quem quis ou quem pôde.

As fracas vozes dos especialistas na matéria dizendo o contrário foram abafadas, e os que não se deixaram iludir com as miragens do oásis ou do paraíso apontados como inimigos da modernidade.

Como quase sempre sucede, a realidade acabou por se impor. Os dados comparativos entre 1980 e 1995 revelam que não só não se esbateram as desigualdades sociais como, pelo contrário, se apro-

Se se restringir a comparação aos cinco mais ricos e aos cinco mais pobres a diferença é ainda mais gritante: 10,857 em 1990, e 14,5 em 1995.

De acordo com o estudo do CIES, a metade da população com os rendimentos mais baixos cabia, em 1980, 28,4 por cento do rendimento líquido disponível; uma década depois, esse valor «ascendia» aos 29 por cento; em 1995, não ia além dos 26,8 por cento.

Enquanto isso, os ricos progrediam: em 1990, os dez por cento mais ricos arrecadavam 24,9 por cento do rendimento líquido disponível, e em 1995 já tinham chegado aos 27,6 por cento.

A conclusão é paradigmática da situação que vivemos em termos de Direitos do Homem: os dez por cento mais ricos dispõem de um rendimento superior aos dos 50 por cento dos mais pobres.

Na cauda da Europa

Com uma «progressão» tão exemplar não espanta que Portugal continue afincadamente na cauda dos seus parceiros europeus. Segundo dados de 1994 divulgados pelo Eurostat, o organismo de estatísticas da União Europeia, Portugal constava em último lugar entre os doze Estados-membros que então constituíam a UE. E isto apesar de, como refere o Eurostat, «o limiar



fundaram. Os ricos continuaram a enriquecer e os pobres, que representam um terço da população, estão cada vez mais pobres.

A tendência nacional reflecte o que se passa a nível internacional, e nem outra coisa seria de se esperar. Submetido às políticas da globalização da economia e sem nenhuma varinha de condão para consumo interno, a Portugal resta sofrer as consequências do que se decide em Bruxelas, Bona ou Washington.

Segundo um relatório do PNUD divulgado em finais de 1997 - suficientemente optimista para afirmar que até ao final do século três a quatro mil milhões de pessoas melhorarão o seu nível de vida, e entre quatro a cinco mil milhões passarão a ter acesso aos serviços básicos de saúde e educação - entre 1987 e 1993 aumentou em cerca de cem milhões o número de pessoas que «vive» com menos de 180\$00 por dia, perfazendo um total de 1,3 mil milhões.

O que significa, nestas condições, melhorar o nível de vida? Que os 1,3 mil milhões vão passar a receber 200\$00 por dia?

Não é nossa intenção fazer humor negro com a vida humana, mas torna-se inevitável questionar os pseudodefensores dos Direitos do Homem que do alto da sua crescente riqueza se congratulam com as migalhas que deixam cair da farta mesa.

Em Portugal, segundo um estudo realizado pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), a proporção entre o rendimento dos dez por cento mais ricos e igual percentagem dos mais pobres era, em 1980, de 7,813. Dez anos depois, as migalhas tinham conseguido a proeza de fazer baixar essa percentagem para 7,324. O sol foi de pouca dura: em 1995, a proporção passou para uns brutais 9,2.

pelo qual a pobreza é medida (cerca de 41 mil escudos mensais) ser extremamente baixo».

O estudo do CIES revela ainda que a maioria dos pobres portugueses é constituída por idosos, camponeses e assalariados agrícolas, assalariados da indústria e dos serviços menos qualificados.

Um outro dado, tão curioso quanto significativo, revela que 37,9 por cento dos pobres portugueses são empregados ou trabalhadores por conta própria. Em Portugal nem é preciso estar desempregado para se ser pobre!

O desemprego em Portugal deu origem, segundo os estudos mais recentes, ao que se tornou comum designar por «novos pobres». Estes «novos pobres» são os «mais problemáticos», porque «são capazes de colocar de forma mais visível os seus problemas». Ou seja, são capazes de incomodar o discurso oficial.

Os números do desemprego são eterna fonte de dores de cabeça para os governos. Após a explosão dramática nos finais dos anos 70, com o regresso das privatizações, o desemprego decresceu, oficialmente, até ao início dos anos 90; voltou a crescer em 1991, situando-se em meados de 1996, em termos oficiais, em 7,2 por cento; em 1992, os desempregados de longa duração ascendiam a 49 600 (28,2 por cento do total dos desempregados); em 1996 eram já 137 300 (41,5 por cento).

«Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à protecção contra o desemprego.» Assim reza o número um do artigo 23.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Pois.



A situação da mulher

A elaboração, «o mais tardar até ao ano 2000», de «uma estratégia para eliminar diversos obstáculos, incluindo os constitucionais e jurídicos, que impedem a plena participação da mulher no desenvolvimento sustentável e na vida pública», é um dos compromissos assumidos na Plataforma de Acção aprovada na 4.ª Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em Pequim (China) de 4 a 15 de Setembro de 1995. Três anos passados e com o ano 2000 à porta, a estratégia, se está a ser delineada, permanece no segredo dos deuses, e os obstáculos para o progresso da mulher em muitos casos agravaram-se.

A situação não é nova. A Conferência de Pequim teve lugar 20 anos depois da 1.ª Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada na Cidade do México, em 1975. Os temas da Conferência - igualdade, desenvolvimento e paz - foram posteriormente recuperados na Década das Nações Unidas para a Mulher (1976-1985). Em 1980, a meio da década, realizou-se, em Copenhaga, uma Conferência em que se acrescentaram três subtemas: educação, emprego e saúde. Em 1985, com a realização em Nairobi da 3.ª Conferência Mundial sobre a Mulher, estes temas foram integrados nas «Estratégias orientadas para o futuro tendo em vista o progresso da Mulher».

O ponto da situação feito em 1995, incidindo sobre «dez áreas principais de preocupação», é esclarecedor do total desrespeito pelos Direitos do Homem no que às mulheres diz respeito.

Pobreza

• As mulheres constituem cerca de 60% da população rural pobre do mundo que ultrapassa mil milhões de pessoas.

• Em 1988 foi avaliado em 564 milhões o número total de mulheres que viviam em situação de pobreza nas zonas rurais, o que correspondia a um aumento de 47% em relação aos valores do período compreendido entre 1965 e 1970.

• Um terço das famílias de todo o mundo está a cargo de mulheres. A percentagem mais elevada de mulheres chefes de família nos países em desenvolvimento regista-se em África e, em segundo lugar, no grupo de países menos desenvolvidos, onde atinge 23%.

• Nos Estados Unidos da América, cerca de metade das famílias pobres são sustentadas por mulheres sozinhas, cujo rendimento médio se situa 23% abaixo do limiar oficial de pobreza.

Educação e saúde

• Dos 905 milhões de analfabetos que se registavam em 1990, 587 milhões (65%) eram mulheres que viviam sobretudo em zonas rurais.

• Em grande parte do Sul da Ásia e do Médio Oriente só um em cada três estudantes era mulher.

• Dos 130 milhões de crianças que não frequentavam a escola em 1990, 81 milhões eram do sexo feminino.

• Nos países em desenvolvimento, a relação entre rapazes e raparigas que frequentam a escola é aproximadamente a mesma no ensino primário e no ensino secundário. No entanto, no ensino superior o número de rapazes é, em geral, superior ao das mulheres.

• Por cada 100 rapazes no ensino superior nas áreas da ciência e da tecnologia, há somente 28 mulheres em Espanha, 25 na Áustria e 29 no Canadá.

• As mulheres representam actualmente 40% dos adultos infectados com o HIV. No ano

2000, podem estar infectadas com o vírus mais de 13 milhões de mulheres, das quais é possível que morram cerca de 4 milhões.

• Todos os anos, pelo menos meio milhão de mulheres morrem por complicações provocadas pela gravidez e mais de 100 mil por abortos praticados sem condições de segurança.

Violência

• Nos Estados Unidos da América, em cada 18 minutos uma mulher é agredida; por ano, são agredidas entre 3 e 4 milhões de mulheres.

• Na Índia, 5 mulheres são queimadas por dia, em consequência de disputas relacionadas com o dote.

• Na Papua Nova Guiné, 67% das mulheres são vítimas de violência doméstica.

Refugiados

• As mulheres e as pessoas a seu cargo representam 80% dos 18 milhões de refugiados existentes no mundo.

Economia

• Se o trabalho doméstico da mulher fosse devidamente remunerado e incluído nos números relativos ao rendimento nacional, o produto nacional bruto aumentaria entre 20 a 30%.

• As mulheres representam, actualmente, 41% do total de trabalhadores dos países desenvolvidos e 34% a nível mundial. Contudo, os seus salários são 30 a 40% inferiores aos que os homens auferem por um trabalho semelhante.

Discriminação

• Em 1993, apenas seis chefes de Governo eram do sexo feminino;

• Nas Nações Unidas, tão-só seis dos 184 Países Membros têm como Representante Permanente uma mulher.

• Em mais de cem países não há qualquer mulher no Parlamento.

• Nos países em desenvolvimento, há uma maior representação feminina no parlamento (12%) do que nas nações industrializadas (9%).

• Em 1982, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) redefiniu a população economicamente activa como todas as pessoas de ambos os sexos que fornecem mão-de-obra para a produção de bens e serviços económicos. Na Índia, por exemplo, as estimativas iniciais de apenas 33% de mulheres economicamente activas, foram revistas e subiram para 88%, em consequência desta redefinição.

• As Mulheres do Mundo 1970-1990: Tendências e Estatísticas, que contém material compilado e preparado pelo Departamento de Estatística das Nações Unidas, apresenta as tendências e estatísticas sociais discriminadas por sexo.

• Até à data, 133 países ratificaram a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres.

Comunicação

• A participação nos meios de comunicação social é reduzida. Em África, na Ásia e na América Latina, a média de mulheres na rádio e televisão e na imprensa é inferior a 25%. Na Europa, atinge os 30%, na imprensa, e 36%, na rádio e televisão.

• As mulheres raramente desempenham funções de direcção nesse sector. Os estudos efectuados pela UNESCO em 200 organizações de meios de comunicação social de 30 países de diversas regiões mostra que apenas sete são dirigidas por mulheres.

• Um estudo levado a cabo pela UNESCO em 10 países mostra que só 1,4% das notícias difundidas pela televisão fazem referência a temas femininos e que três quartos dessas notícias são apresentadas por homens.

Alimentação

• Nos países em desenvolvimento, as mulheres produzem 50% dos alimentos. Em alguns países de África, têm de percorrer a pé 10 quilómetros ou mais para conseguir água e combustível.

• Nas últimas décadas, uma grande parte das actividades orientadas para a conservação do solo na África oriental foram realizadas por mulheres.

• Na Índia, a mulher constitui 75% da mão-de-obra utilizada para transplantar e mondar o arroz, 60% dos trabalhadores que efectuam as colheitas e 33% dos que asseguram a debulha.



50 ANOS DA
DECLARAÇÃO
UNIVERSAL
DOS DIREITOS
HUMANOS



50 ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

MEIO SÉCULO DE ILUSÕES

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;

Considerando que o desconhecimento e o desprezo dos direitos do homem conduziram a actos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do homem;

Considerando que é essencial a protecção dos direitos do homem através de um regime de direito, para que o homem não seja compelido, em supremo recurso, à revolta contra a tirania e a opressão;

Considerando que é essencial encorajar o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações;

Considerando que, na carta os povos da Nações Unidas proclamam, de novo, a sua fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos do homem e das mulheres e se declararam resolvidos a favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla;

Considerando que os Estados membros se comprometeram a promover, em cooperação com a Organização da Nações Unidas, o respeito universal e efectivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais;

Considerando que uma concepção comum destes direitos e liberdades é da mais alta importância para dar plena satisfação a tal compromisso;

A Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos do Homem como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e aplicação universais e efectivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob sua jurisdição

Artigo 1.º
Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para os outros em espírito de fraternidade.

Artigo 2.º
Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente, de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento, ou de qualquer outra situação.

Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território independente, sob tutela ou sujeito a alguma limitação de soberania.

Artigo 3.º
Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4.º
Ninguém será mantido em escravidão ou em servidão e o tráfico dos escravos, sob todas as formas, é proibido.

Artigo 5.º
Ninguém será submetido a tortura nem a pena de morte ou a tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Artigo 6.º
Todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento em todos os lugares da sua personalidade jurídica.

Artigo 7.º
Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual protecção da lei. Todos têm direito a protecção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração contra qualquer direito ou tal discriminação.

Artigo 8.º
Toda a pessoa tem direito a recurso para as jurisdições nacionais competentes contra os actos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei.

Artigo 9.º
Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo 10.º
Toda a pessoa tem direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ele seja deduzida.

Artigo 11.º
1. Toda a pessoa acusada de um acto delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo público em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas.
2. Ninguém será condenado por acções ou omissões que, no momento da sua prática, não constituíam acto delituoso à face do direito interno ou internacional. Do mesmo modo, não será infligida pena mais grave do que a que era aplicável no momento em que o acto delituoso foi cometido.

Artigo 12.º
Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito à protecção da lei.

Artigo 13.º
1. Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.
2. Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.

Artigo 14.º
1. Todo a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países.
2. Este direito não pode, porém, ser invocado no caso de processo realmente existente por crime de direito comum ou por actividades contrárias aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 15.º
1. Todo o indivíduo tem o direito a ter uma nacionalidade.
2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo 16.º
1. A partir da idade núbil, o homem e a mulher têm o direito de casar e de constituir família, sem restrição alguma de raça, nacionalidade ou religião. Durante o casamento e na altura da sua dissolução, ambos têm direitos iguais.
2. O casamento não pode ser celebrado sem o livre e pleno consentimento dos futuros esposos.
3. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à protecção desta e do Estado.

Artigo 17.º
1. Toda a pessoa, individual ou colectivamente, tem direito à propriedade.
2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade.

Artigo 18.º
Toda a pessoa tem direito de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

Artigo 19.º
Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.

Artigo 20.º
1. Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas.
2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo 21.º
1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte na direcção dos negócios públicos do seu país, quer directamente quer por intermédio de representantes livremente escolhidos.
2. Toda a pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país.
3. A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos; e deve exprimir-se através de eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto.

Artigo 22.º
Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos económicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.

Artigo 23.º
1. Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à protecção contra o desemprego.
2. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual.
3. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de protecção social.
4. Toda a pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para a defesa dos seus interesses.

Artigo 24.º
Toda a pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres e, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e a férias periódicas pagas.

Artigo 25.º
1. Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na velhice, na viuvez, em outros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.
2. A maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimónio, gozam da mesma protecção social.

Artigo 26.º
1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.



2. A educação deve visar a plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das actividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos.

Artigo 27.º
1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.
2. Todos têm direito à protecção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria.

Artigo 28.º
Toda a pessoa tem direito a que reine, no plano social e no plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efectivos os direitos e as liberdades enunciadas na presente Declaração.

Artigo 29.º
1. O indivíduo tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade.
2. No exercício destes direitos e no gozo destas liberdades ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas pela lei com vista exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática.
3. Em caso algum estes direitos e liberdades poderão ser exercidos contrariamente aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 30.º
Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada de maneira a envolver para qualquer Estado, agrupamento ou indivíduo o direito de se entregar a alguma actividade ou de praticar algum acto destinado a destruir os direitos e liberdades aqui enunciados.



50 ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS



50 ANOS DA
DECLARAÇÃO
UNIVERSAL
DOS DIREITOS
HUMANOS

MEIO SÉCULO DE ILUSÕES



União Europeia Muitas culpas no cartório

«**O**s Direitos do Homem constituem o fundamento da existência e da coexistência humanas. Universais, indivisíveis e interdependentes, são aquilo que define a nossa humanidade.» As palavras atrás citadas são do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, e servem de referência à exposição de motivos do relatório anual sobre o respeito pelos Direitos do Homem na União Europeia, recentemente apresentado pela Comissão das Liberdades Públicas e dos Assuntos Internos do Parlamento Europeu.

O relatório, adoptado na Comissão por 17 votos a favor, quatro votos contra e sete abstenções, não agradou à direita europeia. Apesar de algumas das suas propostas de emenda terem sido adoptadas, introduzindo inclusive certas contradições nas linhas gerais do relatório, as forças de direita representadas no PE não subscreveram o documento. As humaníssimas preocupações que não se cansam de afirmar parecem incompatíveis com uma certa dose de realismo.

O documento constata o óbvio: se por um lado os Direitos do Homem têm vindo a adquirir importância política, sendo praticamente omnipresentes nas Constituições de todos os países, nas Resoluções internacionais, nos Tratados, nas Convenções e nos discursos políticos, nem por isso a humanidade se encontra hoje mais perto da concretização dos ideais de 1948.

«Basta ler os relatórios anuais da Amnistia Internacional - diz o relatório da Comissão - para se tomar conhecimento dos sofrimentos que afectam o nosso Mundo. O relatório relativo ao ano de 1997, que acaba de ser divulgado e descreve a situação em 141 países, constitui uma sucessão de torturas, violências, violações e assassinios, de violações do Estado de direito e de privação de liberdades. É absolutamente lamentável que onze dos quinze Estados-membros da União sejam citados neste relatório (a Finlândia, a Irlanda, o Luxemburgo e os Países Baixos não são mencionados). Com efeito, a União Europeia não pode condenar as violações dos Direitos do Homem em todo o Mundo e fechar os olhos às falhas que se podem constatar no seu território.»

A União Europeia, recorda-se, não se limita a afirmar a sua existência como assente «nos princípios da liberdade, da democracia, do respeito pelos Direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais» - n.º 1 do artigo 6.º do Tratado de Amsterdão -, mas estabelece a observância desses direitos como uma das condições tanto para a sua política de cooperação económica com os países terceiros, como da sua política externa e de segurança comum. Daqui decorre que «da mesma forma que poderiam ser suspensos os direitos de um Estado-membro que violasse de forma grave e sistemática as obrigações que lhe estão cometidas em matéria de direitos humanos, também um Estado ligado por um acordo à Comunidade (Acordo de Lomé, acordo de associação, etc.) pode ser sancionado.»

Pode ser, mas não é.

Telhados de vidro

A partir do relatório a que nos vimos reportando - e que está longe de ser exaustivo - é possível elencar uma série de situações que constituem graves atentados ao respeito pelos direitos humanos, sejam eles civis e políticos, económicos, sociais ou culturais.

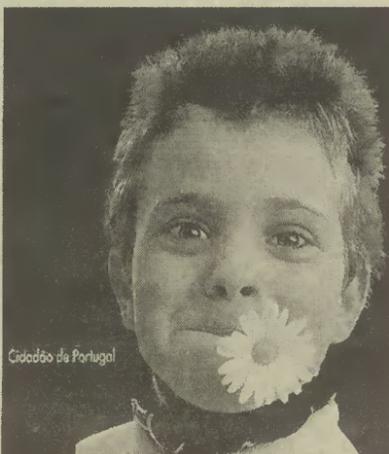
A pena de morte não existe em nenhum Estado da UE, o que é motivo de congratulação. No entanto, quer a França quer o Reino Unido ainda não assinaram o Segundo Protocolo referente ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos que visa abo-



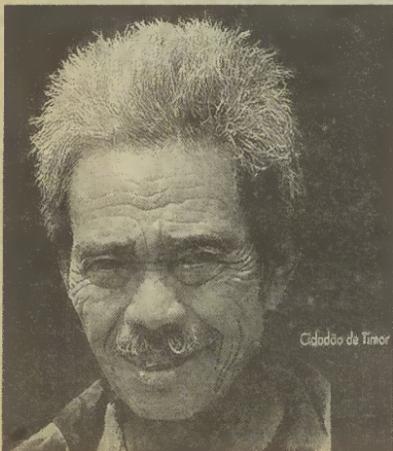
Cidadã da China



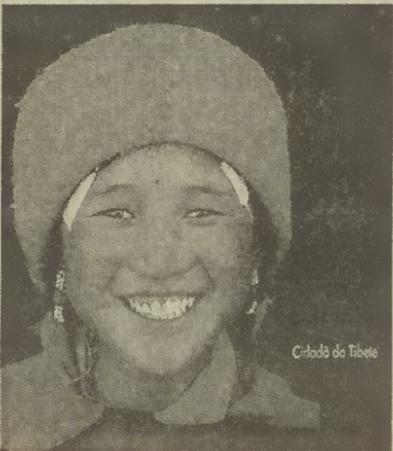
Cidadã do Ruanda



Cidadão de Portugal



Cidadão de Timor



Cidadã do Tibete



Cidadã do Vietname



Artigo 22.º o parente pobre

«**O** artigo 22.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) garante direitos económicos, sociais e culturais a todas as pessoas, enquanto membros da sociedade. Cinquenta anos após a adopção da DUDH, verificamos que os objectivos desta última se encontram ainda longe de ter sido alcançados.»

Ao contrário do que seria desejável, o item do relatório da Comissão das Liberdades do PE dedicado aos direitos económicos e sociais é particularmente lacónico. O texto limita-se a manifestar a satisfação com «o facto de o governo britânico ter aceite a Carta dos Direitos Sociais Fundamentais de 1989, inspirada na Carta Social do Conselho da Europa», e a lamentar «as informações provenientes do Comité de Peritos Independentes do Conselho da Europa relativas ao facto de numerosos Estados-membros não respeitarem o número de horas e as condições de trabalho, os direitos sindicais e o direito à greve, a igualdade entre homens e mulheres, a protecção social e a protecção da saúde».

É pouco, muito pouco, quando o que está em causa é o crescente desrespeito por uma série de direitos fundamentais do ser humano sem os quais não se pode de todo falar em Direitos do Homem.

É pouco, muito pouco, quando nos países da União, a exemplo do que sucede a nível mundial, as megafusões de empresas se traduzem em despedimentos colectivos e na perda de direitos há muito consagrados, deixando os trabalhadores sem alternativas nem perspectivas de futuro.

É quase nada, quando as deslocalizações de empresas entraram na ordem do dia e os despedimentos se contam aos milhares em todos os sectores da economia.

Oficialmente, reconhece-se a existência na UE de 50 milhões de pobres e de 18 milhões de desempregados. Números terríveis que no

entanto não passam da ponta do *iceberg*, já que deixam de fora os chamados «novos pobres» da pobreza envergonhada, os milhões de pessoas sobrevivendo no subemprego, com trabalhos precários e sem qualquer protecção, a exploração do trabalho infantil.

Na União Europeia, os trabalhadores imigrantes continuam a ser submetidos a situações de autêntica escravatura (a trabalhar «sem receber salários em condições indignas, sendo a maior do tempo violentados e sequestrados»), «o número de crianças maltratadas aumenta constantemente», «a exploração sexual das crianças alcançou níveis inimagináveis», 37 milhões de pessoas deficientes «não beneficiam plenamente dos direitos cívicos e humanos», «as mulheres continuam a ser alvo de discriminações» e «com elevada frequência vítimas de violência familiar, sexual, de torturas psicológicas e de assédio sexual». Quem o afirma é a Comissão das Liberdades Públicas do PE, no seu relatório. Não se trata certamente apenas de uma questão de números, mas é sem dúvida também uma questão de números. Os especialistas limitam-se a referir que os casos estão a aumentar. E isso é que é verdadeiramente preocupante.

Parentes pobres dos direitos civis e políticos, os direitos económicos e sociais continuam a ser sacrificados aos supremos interesses da mundialização da economia de mercado capitalista. Com isso estão a regredir os direitos de cidadania e vai-se esvaziando a democracia representativa.



50 ANOS DA
DECLARAÇÃO
UNIVERSAL
DOS DIREITOS
HUMANOS

lir a pena de morte. A Bélgica, por seu lado, ainda não ratificou este documento. Por adoptar, em diversos Estados-membros, continuam as disposições que impeçam a extradição, para países terceiros, de pessoas passíveis de sofrerem a aplicação da pena capital nesses mesmos países.

Apesar de ser consensual que à violação dos Direitos do Homem, seja qual for a gravidade dos actos cometidos, não se deve responder com outras violações desses mesmos direitos, a verdade é que o combate à violência e criminalidade que grassa nas sociedades europeias ignora cada vez mais esse preceito, como se tem verificado em países como a Espanha, Reino Unido, França e Portugal, para citar apenas alguns exemplos.

No respeitante ao articulado que estipula que «qualquer pessoa tem direito a que a sua causa seja examinada, equitativa e publicamente, num prazo razoável por um tribunal independente e imparcial», o desrespeito, por tão generalizado, leva a que se esqueça que se trata de um direito. O panorama a nível nacional dos Quinze é deplorável - veja-se só o caso de Portugal, em que os processos chegam a demorar mais de uma década -, e o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem revela-se incapaz de fazer inverter a situação. Mais de um terço dos acórdãos proferidos por aquele Tribunal em 1997 reportaram-se a casos em que o direito em causa foi violado, mas isso não impede que a morosidade dos processos e a violação dos direitos da defesa se tenham tornado moeda corrente na UE.

Ainda no domínio dos direitos civis e políticos, de referir o facto de o direito ao respeito pela vida privada ter sido posto em causa pelo menos na Finlândia e no Reino Unido, o que deu origem a casos julgados e condenados pelo Tribunal Europeu de Estrasburgo; o mesmo sucedeu quanto ao direito de liberdade de opinião e de expressão, «cada vez mais desprezado no Mundo» segundo o relatório da Comissão das Liberdades do PE, havendo a registar em 1997 a condenação da Áustria e da Grécia pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

Quantos casos destes, a começar por Portugal, ficaram por denunciar e julgar, pelo simples facto de que os lesados ignoram sequer a possibilidade de recorrer às instâncias comunitárias?

E não se pense que, em matéria de direitos civis, as coisas se ficam por aqui. Na vizinha Grécia, e apesar de diversas condenações no Tribunal Europeu, continua em vigor a legislação de 1993 que obriga os cidadãos a indicar a sua confissão religiosa em todos os cartões de identidade.



50 ANOS DA
DECLARAÇÃO
UNIVERSAL
DOS DIREITOS
HUMANOS

MEIO SÉCULO DE ILUSÕES

Homens ricos, povos pobres

A riqueza mundial aumentou, mas os povos estão mais pobres. A constatação não é nossa; foi feita em Copenhaga, na «Cimeira da Esperança», onde não se pouparam palavras para garantir o integral cumprimento dos Direitos do Homem. As boas intenções ficaram no papel e continuam a não passar disso.

A radiografia do mundo feita em Copenhaga é bastante realista. No domínio dos progressos registados em alguns campos do desenvolvimento social e económico salienta-se:

- A riqueza global das nações tornou-se sete vezes maior nos últimos 50 anos e o comércio internacional aumentou de forma ainda mais espectacular;

- A esperança de vida, a alfabetização, o ensino primário e o acesso aos cuidados básicos de saúde, incluindo o planeamento familiar, aumentaram na maior parte dos países e a taxa média de mortalidade infantil diminuiu, mesmo nos países em desenvolvimento;

- Deu-se uma expansão do pluralismo democrático, das instituições democráticas e das liberdades civis fundamentais. Fizeram-se grandes avanços em matéria de descolonização, sendo a eliminação do *apartheid* um marco histórico.

Estas são as boas notícias, só que contemplam um número ínfimo da população. Não o ignoravam os Chefes de Estado e de Governo que em Copenhaga se sentiram na obrigação de afirmar: «(...) Sabemos que a pobreza, a falta de emprego produtivo e a exclusão social constituem uma ofensa à dignidade humana. Sabemos também que interagem negativamente, conduzem a um desperdício de recursos humanos e constituem uma manifestação de ineficácia de funcionamento dos mercados, das instituições e dos processos económicos e sociais.»

Não se trata portanto de uma questão de ignorância. Conhecedores da realidade, conscientes da ineficácia dos mecanismos políticos e económicos que conduziram à situação que eles próprios definem como «uma ofensa à dignidade humana», que fizeram os responsáveis pela política mundial? Insistiram no caminho traçado, transformando a liberalização do comércio e a mundialização da economia a qualquer preço nos monstros sagrados dos tempos modernos.



Mundializar custos privatizar lucros

O Fundo Monetário Internacional (FMI) define economia mundial como «a interdependência crescente do conjunto dos países do mundo, provocada pelo aumento do volume e da variedade das transacções transfronteiriças de bens e serviços, assim como dos fluxos internacionais de capitais, e simultaneamente pela difusão acelerada e generalizada da tecnologia».

É um facto que a tecnologia tornou a mundialização possível: entre 1970 e 1997, por exemplo, o número de países que aboliram os controlos das trocas respeitantes a importações de bens e serviços passou de 35 para 137.

Mas a questão que se coloca não é a de saber se a mundialização tem ou não vantagens, ou sequer se é ou não inevitável, mas a quem serve esta mundialização da economia que está a ser implementada segundo as regras do capital.

Os benefícios para os 358 multimilionários que detêm uma riqueza equivalente a de metade da população do planeta poderão ser inquestionáveis.

Mas que dizer de um país como Moçambique, onde um quarto das crianças morrem de doenças infecciosas antes de atingirem cinco anos de idade, enquanto as autoridades são constrangi-

das a consagrar duas vezes mais verbas ao serviço da sua dívida externa do que às despesas com a saúde e a educação?

Como conciliar as boas intenções e os caminhos traçados para a economia mundial com as palavras de um responsável do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, segundo o qual «se prosseguir a tendência actual, as disparidades económicas entre países industrializados e países em vias de desenvolvimento passarão do estado de desigualdade para o estado de desumano»?

Indiferença

A insistência em «soluções» que mais não têm feito do que agravar as profundas desigualdades existentes no planeta arriscam, por outro lado, que o próprio conceito de democracia seja posto em causa, mesmo que por democracia mais não se entenda do que o direito ao voto para a escolha dos poderes públicos.

Nos Estados Unidos, apenas 48,8 por cento dos potenciais eleitores foram às urnas em Novembro de 1996, a mais baixa taxa de participação desde 1924. Na generalidade dos países Europeus, incluindo Portugal, a abstenção - ou indiferença popular - tem vindo a crescer de tal forma que já há quem a equipare a um verdadeiro acto de desobediência civil.

Num mundo que se pretende «condenado» aos supremos valores do «mercado» e rendido ao «pensamento único», a crise que ameaça as democracias representativas radica na constatação de que

a generalidade das forças políticas - as que se convencionou classificar como tendo «vocaçao do poder» - se assemelham tanto que se tornou indiferente escolher. Os casos recentes do Reino Unido, Portugal, Alemanha, Itália, para citar alguns exemplos, aí estão para o provar.

Se os eleitores optam cada vez mais pela abstenção, há no entanto quem veja nisso um sinal de modernidade. Comentando as eleições na Grécia e a vitória do Partido Socialista conotado com os meios financeiros, o «Washington Post» não hesitou em afirmar: «Foi a primeira eleição verdadeiramente moderna da história do país onde nasceu a democracia. (...) No essencial, os dois partidos estão de acordo na generalidade das questões importantes.»

Resta pouco espaço nesta modernidade para os Direitos do Homem, velhos de 50 anos apesar de nem terem chegado a ser estreitados enquanto direitos universais, indivisíveis e interdependentes.

A verdade e o viandante

Um Homem que viajava num deserto encontrou uma Mulher.

– Quem sois? – perguntou o Homem. – E por que habitais este lugar medonho?

– O meu nome é Verdade – respondeu a Mulher –, e vivo no deserto para poder estar perto dos meus seguidores quando os seus companheiros os repelem. Todos acabam por vir, mais cedo ou mais tarde.

– De qualquer maneira – disse o Homem olhando em redor –, a população não é muito densa por estes lados.

(de Ambrose Bierce, jornalista norte-americano nascido em 1842 e dado como desaparecido na revolução mexicana, mal amado pelos seus pares, «cuja pena sempre castigou sem piedade e sem excepções a estupidez humana...»)

Um relatório explosivo sobre a amplitude da violação dos Direitos Humanos nos EUA

Philip Agee, o celeberrimo ex-agente da CIA, acaba de fazer em Havana declarações que tiveram imediata e enorme repercussão na América Latina. O seu mérito foi ter chamado a atenção para um Relatório da Amnistia Internacional sobre a situação dos direitos humanos nos EUA. Não obstante haver sido divulgado em Outubro p.p., esse importante documento não mereceu até agora atenção mínima dos grandes *media* internacionais. Isso apesar de apresentar um panorama assustador.

Poucos dos participantes na Conferência de Havana, promovida pelo Movimento Cubano pela Paz e Soberania dos Povos, esperavam grandes revelações quando Philip Agee principiou a falar. Daí a surpresa.

A sua comunicação ao plenário foi uma autêntica bomba política.

Agee começou por recordar que todos estamos fartos de escutar o discurso sobre a promoção dos direitos humanos como suposto pilar da política externa dos EUA. O complemento natural dessa lengalenga é a acusação a muitos Estados do Terceiro Mundo de não respeitarem os direitos humanos. Alguns desses países figuram na lista negra de inimigos elaborada pelo governo de Washington. Um exemplo: os EUA insistem todos os anos em empurrar Cuba para o banco dos réus da ONU. Não há entretanto notícia de uma só acusação norte-americana que vise Israel, a Arábia Saudita, a Turquia ou a Indonésia, para citar apenas quatro Estados que, esses sim, violam sistematicamente os direitos humanos.

Philip Agee informou que tão logo o Relatório da Amnistia Internacional sobre a situação dos direitos humanos nos EUA foi publicado, as organizações de ultradireita norte-americanas protestaram e o senador Jesse Helms manifestou a sua indignação. Entretanto, os grandes jornais e as cadeias de televisão ignoraram o acontecimento, com raríssimas excepções.

O mérito do Relatório consiste sobretudo em ter enfeitado nas suas 155 páginas informações providas de diferentes fontes norte-americanas (depoimentos de vítimas, testemunhas, funcionários da Administração... e até de congressistas).

O trabalho foi dividido em seis partes, por temas: brutalidades policiais; tortura e violência nos presídios; maus tratos infligidos a candidatos a asilo político; questões relacionadas com a pena de morte; exportação de armas e instrumentos de tortura; e resistência dos EUA a ratificarem Convenções Internacionais relacionadas com os Direitos Humanos.

Brutalidades policiais

No tocante a brutalidades policiais, Agee - que leu com frequência trechos do Relatório - evocou casos reveladores do elevado nível de corrupção das polícias nos EUA. Para encobrir crimes de torcionários e assassinos da Polícia é comum, por exemplo, a falsificação de relatórios com a cumplicidade da Secretaria de Justiça dos EUA. O envolvimento de chefias, em todos os escalões, a fim de proteger oficiais e agentes que cometeram crimes, tornou-se prática rotineira nos Departamentos de Polícia de Nova Iorque, Filadélfia, Chicago, Los Angeles, Nova Orleans e Pittsburgh. Glorificados pela televisão, os Blues, heróis anónimos a serviço da colectividade, constituem a excepção num universo policial cada dia mais corrompido.

A cumplicidade é extensiva ao FBI. Quanto à chamada Patrulha da Fronteira, enaltecida pelo cinema, a percentagem de criminosos nesse corpo policial é elevadíssima. As torturas infligidas aos imigrantes ilegais assumem facetas sádicas. O Relatório menciona 94 mortes em consequência da tortura e de outros tipos de violência e 60 mortes resultantes da utilização de armas químicas, como o *pepper spray*. O governo federal fecha os olhos a esses crimes.

Agee deu particular atenção às violações de direitos humanos cometidas nos presídios (cuja privatização está a ser um negócio rendoso).

O Relatório esclarece, aliás, que o total de pessoas encarceradas nos EUA deve exceder hoje dois milhões de pessoas, uma das mais elevadas percentagens do mundo (mais de metade são negros, apesar de os afro-americanos representarem apenas 12% da população do país).

A tortura faz parte da rotina desse mundo sórdido. O uso pelas guardas de pistolas paralisantes tornou-se prática comum não obstante o choque de 50.000 volts provocar sequelas graves.

As punições infligidas em numerosos estabelecimentos prisionais são bárbaras. Entre elas, além de longas permanências no solitário, figura a utilização de correntes nas mãos e nos pés. Algumas mulheres foram agrilhoadas em adiantado estado de gravidez, e nem durante o parto lhes retiraram as cadeias. Segundo o Relatório, é muito elevada a percentagem de mulheres violadas e submetidas a sevícias sexuais; quando se queixam são geralmente punidas.

Em muitos presídios existe uma versão aperfeiçoada da cadeira do dragão brasileira; o cinturão eléctrico é também de uso frequente; e os choques são de alta voltagem. Esses métodos são inclusivamente utilizados pelo Serviço de Vigilância Judicial (US Marshall's Office) e em centenas de Departamentos de Polícia de diferentes Estados.

Em certos estabelecimentos os presos não podem usar relógio nem receber jornais ou livros.

Pena de morte e tortura

Agee leu passagens do Relatório relacionadas com a violência exercida sobre pessoas que pedem asilo, sobretudo latino-americanos e africanos. Muitos são detidos logo à chegada e encarcerados; assim permanecem durante meses, tratados como delinquentes comuns. Presentemente, encontram-se nessas condições, esquecidos, uns 15 000 estrangeiros, sem culpa formada.

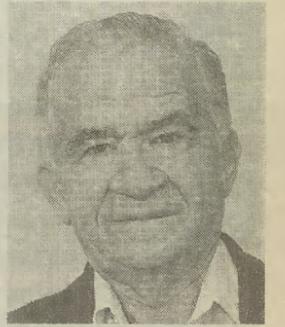
No tocante à pena de morte, o Relatório descreve pormenorizadamente casos em que os condenados tiveram uma agonia prolongada porque a cadeira eléctrica ou a injeção letal não funcionaram normalmente. Alguns sofreram horrores durante mais de uma hora. Um deles, Tommie Smith, de Indiana, executado em 1996, foi picado 35 vezes com a seringa fatal, antes de o carrasco



encontrar uma veia onde, finalmente, conseguiu introduzir o veneno.

O capítulo sobre a exportação de armamentos e material de tortura é elucidativo, noutra área, da atitude dos EUA perante os direitos humanos dos povos do Terceiro Mundo. Somente entre 89 e 96, os EUA obtiveram 117 mil milhões de dólares (mais do que o PIB português) com a venda de armas convencionais e químicas e instrumentos de tortura, para 57 países, muitos dos quais submetidos a regimes ditatoriais.

Agee pôs igualmente ênfase na contradição entre o discurso fariáico sobre os direitos humanos e a resistência dos EUA a ratificarem convenções internacionais que os garantem e protegem. Aprentou exemplos. O Relatório lembra que os EUA são hoje um dos dois únicos signatários da Convenção sobre os Direitos da Criança (o outro é a Somália) que ainda não a ratificaram. Quanto à Convenção sobre a eliminação de Discriminações Atentatórias dos Direitos da Mulher, Washington também não a ratificou embora a tenhar aprovado. A relativa ao Genocídio foi ratificada quatro déca-



■ Miguel Urbano Rodrigues

PHILIP AGEE

Philip Agee é, talvez, entre todos os ex-agentes da CIA que romperam publicamente com a Organização, aquele cujo nome ganhou maior notoriedade.

Agee não se limitou a denunciar pelo mundo fora as conspirações e crimes em que esteve envolvida a famosa Agência Central de Inteligência dos EUA. Ao mudar de campo, assumiu como suas as lutas libertadoras dos povos agredidos pelo imperialismo norte-americano.

Hoje vive a maior parte do ano em Hamburgo, na Alemanha, e sabe que a sua vida está permanentemente ameaçada.

Em Havana teve a oportunidade, em breve troca de impressões, de ouvir aprofundar as razões que o levaram à ruptura com a Casa de Langley. Foi na América Latina que o seu próprio trabalho o fez tomar consciência de uma realidade que o angustiou. Compreendeu que o imperialismo americano - e a CIA como seu instrumento peculiar de acção - dava continuidade, por outros meios, e em escala planetária, a um sistema de vilolência e opressão que tivera o seu início com a Conquista, após a chegada de Colombo. À ruptura seguiu-se uma opção progressista que o conduziu à solidariedade com causas como a de Cuba e de outros povos que se batem por uma independência real.

das após a adesão. E a que condena o racismo esperou 28 anos. A referente ao Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais aguarda ratificação...

Sem direitos humanos não pode obviamente haver paz, mas a paz sem respeito pelos direitos humanos não merece esse nome.

Philip Agee recordou uma evidência ao afirmar que os EUA hoje são, para mal da humanidade, «um país em guerra consigo mesmo e com grande parte do resto do mundo».

* *
*

Não é fácil compreender os motivos que levaram a Amnistia Internacional - organização que durante muitos anos manteve uma relação especial com os EUA - a elaborar este Relatório explosivo e a torná-lo público.

Coloquei a questão durante o debate e Philip Agee, considerando-a pertinente, respondeu não «haver ainda resposta satisfatória para ela». Mas seja qual for a motivação da iniciativa não poderá reduzir o significado das revelações feitas.

O Relatório da Amnistia Internacional projecta no mundo uma imagem medonha dos EUA. A violação dos direitos humanos tornou-se na grande República uma realidade assustadora que os detentores do poder, cúmplices, simulam ignorar.

O Expresso e o PSD

T
R
I
B
U
N
A

É sabido que o PSD elegeu como estratégia do debate orçamental fazer passar a ideia de que, este ano, o PCP é que viabilizaria o Orçamento de Estado do Governo PS e que eles, PSD, seriam a oposição forte, certa, ferina. Ideia que encerrava uma pequena omissão: esquecer, por detrás de tanta algazarra, que o PCP votou contra o Orçamento em todas as suas fases e o PSD, abstendo-se, viabilizou-o com o seu voto.



■ Lino de Carvalho

Percebe-se porquê. É que, independentemente de razões de ordem tática ou de divergências menores o PSD – com o PP – partilham do essencial das opções estratégicas de um Orçamento de Estado subordinado, antes de mais, às opções de Maastriicht e do Pacto de Estabilidade com vista ao Euro: níveis de deficit e de despesa pública condicionando as alternativas de investimento e as opções de políticas públicas e implicando a redução ou contenção de despesas, designadamente nas áreas sociais, e a manutenção de elevados volumes de receitas do Estado que o Orçamento concretiza congelando ou limitando os incrementos dos vencimentos dos trabalhadores da Administração Pública, insistindo na política de privatizações, mantendo os impostos indirectos em níveis elevadíssimos com destaque para o Imposto sobre os Produtos Petrolíferos, o Imposto Automóvel ou os Impostos Especiais de Consumo. E foi com base nisto que o PSD, estando de acordo, viabilizou o Orçamento do PS, tal como no passado. Mas compreende-se que o PSD tudo faça para passar a ideia de que as suas opções são distintas das do PS e encostar o PS ao PCP. Com isto procura abrir espaço nas próprias áreas socialistas e tenta lançar a perturbação no PCP e na sua base de apoio ao acusar os comunistas de “viabilizar” um Orçamento que é mau e de serem “muleta” do PS.

Para esta estratégia, o PSD precisava de uma voz “crédível” que ratificasse estas linhas de ataque. Encontrou-a no jornal do seu fundador através de um tal JAL. Reproduzindo, sem corar, as teses do PSD sopradas pelo seu líder parlamentar, o Expresso, vejam bem, acusa o PCP de *viabilizar* o Orçamento de Estado, ser *muleta* do PS e de não ter rumo, colocando nas suas colunas de *sobe e desce* o líder parlamentar do PCP em baixo e, gato escondido com rabo de fora, o líder parlamentar do PSD a subir, nos primeiros lugares do *ranking*. Coincidências e preocupações com o PCP que nos enternecem!

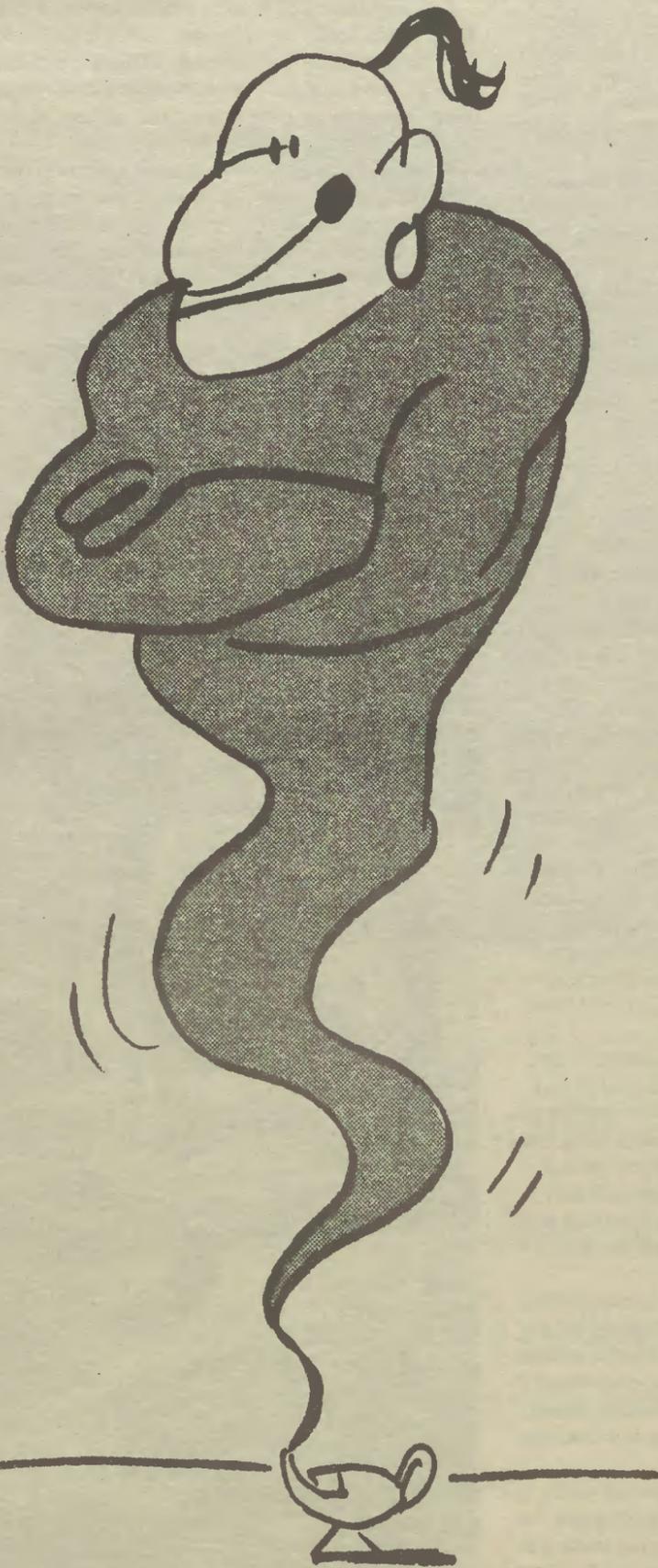
Como o PSD/Expresso sabem que a maioria dos leitores só lê os *fait-divers*, as legendas, os títulos das primeiras e últimas páginas e a badana direita das terceiras páginas, lá montaram a operação com êxito assegurado, mesmo entre os mais pintados. Constitui um tique da nossa época comunicacional que, mesmo os mais bem informados, formem a sua opinião pelos grandes títulos e *fait-divers*. E mesmo os mais reputa-

dos analistas de diversas correntes de opinião (e até dirigentes políticos) escrevem, falam e formam a sua opinião em função do que está a dar, do que ouvirem no primeiro noticiário da manhã ou leram nos editoriais dos alegados jornais de “referência”, sem cuidarem, muitas vezes de aferir ou confirmarem as histórias sobre que discorrem. O que se passou recentemente com a novela da ida de Belmiro de Azevedo a uma das Comissões de Inquérito da Assembleia da República é um caso exemplar, um *study case*, que António Filipe já bem escarpelizou a semana passada no artigo que escreveu neste espaço do Avante!.

Mas voltemos ao PSD/Expresso. A operação em relação ao PCP tem ainda outras leituras. É uma evidência que o Partido Comunista Português saiu mais credibilizado do debate e votação deste Orçamento de Estado. Porque, sabendo tirar partido das fragilidades do Orçamento, da maioria relativa do Partido Socialista e das contradições do PSD e do PP, contribuiu com as suas propostas

em matéria fiscal para introduzir alguma justiça no IRS desagravando a carga fiscal para mais de 95% das famílias portuguesas tanto das de mais baixos recursos como inclusivamente de camadas de rendimentos médios, para denunciar os escândalos dos benefícios fiscais e da fraude e da fuga ao fisco, para obrigar o Governo a assumir a necessidade de analisar e apresentar relatórios e medidas nesta matéria. Apesar de muitas outras propostas do PCP terem sido rejeitadas pelos votos convergentes do PS-PSD-PP, a verdade é que, como afirmou Octávio Teixeira na intervenção de encerramento do Orçamento de Estado para 1999, nestas matérias, o Orçamento tem “a marca indelével das propostas do PCP”.

Foi o PS e o Governo que vieram ao encontro das propostas do PCP, aceitando-as e aprovando-as e não foi o contrário que sucedeu. Nas matérias concretas em causa foram as opções de sempre do PCP que prevaleceram e não as teses do PS e do Governo. Sem deixar de criticar o que tinha a criticar, de denunciar o que tinha a denunciar, de intervir simultaneamente no Parlamento e na vida social, fazendo aprovar propostas que introduzem mais justiça no sistema fiscal, apresentando propostas que se tivessem sido globalmente aprovadas configuravam um outro modelo para o sistema tributário em matéria de rendimentos do trabalho e do capital, o PCP voltou a demonstrar que é um Partido indispensável a um poder de esquerda sem com isso ter deixado de votar contra um Orçamento que globalmente se manteve sem dar espaço ao benefício da dúvida. E isto perturbou os analistas do sistema e aqueles que estão sempre prontos a gritar “vêm aí os comunistas”. Mas também inquietou os sacerdotes do templo e baralhou os que se guiam, por mais que o neguem, pelos títulos, pelos *sobe e desce*, pelos editoriais e pelos noticiários da manhã. Em anos anteriores, o PCP era acusado de não ser capaz de gerar consensos, de apresentar propostas críveis, de ser um “partido sindicalista”, de estar sempre no contra. Agora os mesmos acusam o PCP de ser muleta do PS. O que são é incapazes de dizer que, ontem como hoje, o PCP tem demonstrado ser um Partido coerente, que não renega os seus princípios, as suas opções, que não mete nenhum socialismo na gaveta, que não alinha com as modas neoliberais, que combate as políticas de desvalorização das relações de trabalho e de liquidação dos direitos dos trabalhadores mas que, simultaneamente é um Partido cujas propostas, mesmo no quadro do sistema e das suas fronteiras, são sérias, críveis, sustentadas, equilibradas, justas e que por isso se impuseram por si mesmo e, no caso, foram integradas no Orçamento de Estado e no sistema fiscal do País. O que são é incapazes de dizer que o PCP demonstrou de novo que é um partido de poder (mas não de um poder qualquer para melhor gerir o sistema), é um partido de alternativa, é um partido indispensável a um Governo de esquerda, é um Partido que assim sendo não alimenta com o seu comportamento a necessidade das teses do voto útil no PS para combater a AD. Pelo contrário. Que demonstra que o combate à direita corporizada na AD passa, sim, pelo voto útil no PCP. E isto constitui o essencial de uma estratégia clara, autónoma, de valorização e credibilização do PCP. O que é preciso é que todos compreendam isto, sem fantasmas.



SUMMERS

Igualdade, paridade, quotas... (1)

■ Odete Santos

“**H**á palavras de uma tal densidade que não suportam ser menorizadas pela vizinhança de um epíteto qualquer. A palavra igualdade é uma delas. Não há igualdade adaptada, não há igualdade global. A igualdade ou existe ou não existe.”

Excerto de uma intervenção de Aimé Césaire, deputado do Partido Comunista Francês, produzida em 1982 na Assembleia Nacional Francesa a propósito do Estatuto dos Departamentos Ultramarinos.

O texto em epígrafe não diz respeito a nenhum debate relativo à partilha do poder político entre mulheres e homens. No entanto, as considerações que o Deputado francês, a respeito de outra matéria, teceu sobre o conceito de igualdade, podem servir de ponto de partida para uma reflexão acerca da paridade, colocada na ordem do dia das reivindicações de alguns movimentos feministas.

A chamada Democracia Paritária (a que se reivindica de uma percentagem de representantes femininos nos órgãos de poder pelo menos igual à dos representantes do sexo masculino) será sinónimo, ou será, até, instrumento da igualdade real?

Um sistema que atribua às mulheres uma determinada percentagem nas listas eleitorais será instrumento da igualdade de oportunidades?

O paritarismo ou o sistema de quotas podem considerar-se acções positivas vocacionadas para a construção da igualdade?

O princípio da igualdade não sairá menorizado, tendo como apostado ou continuado, a paridade, ou a percentualização dos representantes de cada um dos sexos?

A questão das quotas femininas nas listas eleitorais tem feito correr rios de tinta. Apaixonadamente, mulheres, mas também homens, situam-se nos dois campos opostos, com argumentos interessantes de um e outro lado.

No *forum* promovido pelo jornal espanhol *El País* travou-se um debate vivo entre os que estão a favor e contra as quotas.

Uma mulher norte-americana, Narges Farahi, deixou o seguinte testemunho:

«A falta das mulheres nos órgãos de decisão política é um reflexo das atitudes machistas que ainda há na sociedade... Como podemos combater estas mentalidades com raízes tão profundas para dar às mulheres a oportunidade de participar nesta área dominada pelos homens? Claro que não há uma forma simples de mudar a direcção da história, mas a implementação de quotas pode ajudar as mulheres a obter a igualdade...»

Mas em testemunho vivíssimo contrapunha a espanhola Teresa de Castro, de Granada:

«Com o tema das quotas passa-se o mesmo que com tantas outras coisas que acontecem neste país. Se se cumprisse a lei, todo este grande debate não teria razão de ser. Eu, como mulher quero, as mesmas oportunidades que os homens. Nem mais nem menos. E para isso só faz falta uma coisa, bem simples, tão simples que roça o vulgar: que se cumpra a lei. Por que julgam os senhores que as mulheres têm tantos problemas? Simplesmente porque há muita gente que não cumpre a lei, e porque essa gente que não cumpre a lei não é punida. Eu proponho que se cumpra a lei com rigor, a ver quem se atreveria então a discriminar uma mulher porque engravidou ou quem se atreveria a pagar menos a uma mulher que ocupa o mesmo lugar que um homem!

Sinceramente prefiro a lei às quotas, mas neste país ninguém está interessado em que a lei se cumpra, e preferem con-

tentar-nos com as migalhas dos seus banquetes. Eu, senhores, quero sentar-me à mesa e fartar-me de comer, porque dentes tenho eu e muito são.»

Num momento em que o Governo do Primeiro Ministro António Guterres (o Primeiro Ministro que esteve contra as mulheres a respeito da despenalização do aborto) se prepara para muito falar de igualdade a

propósito das quotas para mulheres nas listas eleitorais, há que perguntar, parafraseando Teresa de Castro:

Por que julgam os senhores que as mulheres têm tantos problemas?

As reivindicações da paridade

Curiosamente, foi na década de 80, a década de uma declarada ofensiva contra os direitos laborais, a década em que, de novo, e por causa da crise, se voltou a apreçoar as virtudes do regresso das

Mundo. A Conferência referia a necessidade da partilha do poder político entre as mulheres e homens como condição para a paz e o desenvolvimento.

A proposta para uma Democracia Paritária era, à primeira vista, aliciante. Porque, partindo de um dado real - as mulheres são vítimas de discriminações apenas porque são mulheres - procurava impor ao sexo masculino uma representação igualitária, que, segundo as paritaristas, afirmaria o direito à cidadania plena, por parte das mulheres.

Relegando para segundo plano a luta contra as causas da discriminação do sexo feminino, as defensoras da paridade puderam rever-se nas Conclusões da Cimeira Europeia realizada em 1992 em Atenas, que claramente defendia a paridade, inovando em matéria comunitária:

«Porque a igualdade formal e informal entre homens e mulheres é um direito fundamental do ser humano... Porque as mulheres representam mais de metade da população, a democracia impõe a paridade na representação e na administração das Nações... Nós reivindicamos a igualdade de participação das mulheres e homens nas tomadas de decisão públicas e políticas.»

O acento tónico foi aqui claramente colocado numa igualdade formal, já que a paridade nos órgãos de decisão não significa que se verifique a igualdade real na sociedade entre mulheres e homens.

Da Carta de Roma (18 de Maio de 1996) - resultado da reunião das mulheres ministros dos Estados Membros da União Europeia - encontram-se também ausentes as preocupações com as causas reais da discriminação do sexo feminino. As senhoras ministras preocuparam-se muito com a paridade e nada com o desemprego feminino. Nada com as discriminações salariais das mulheres. Nada com o facto de as mulheres serem as primeiras vítimas da flexibilização, da desregulamentação do trabalho. Nada com a feminização da pobreza.

Se é certo que a fraca representação das mulheres nos órgãos de decisão é sintoma de um défice democrático, não será um sintoma bem mais grave o que consta do último Retrato Social da Europa publicado pelo Eurostat?

Segundo os dados estatísticos, na União Europeia, das pessoas trabalhando em tempo parcial, 32% eram mulheres e 5% homens! E trabalho a tempo parcial, tal como é imposto, significa trabalho sem direitos. Trabalho empobrecido!

Em 1996, na União Europeia, dos trabalhadores com contrato de trabalho indeterminado, 85% eram homens e apenas 59% mulheres! O que torna as mulheres as principais vítimas da precarização do trabalho. E precarização implica diminuição de direitos, despedimentos, desemprego!

Na União Europeia, segundo as suas próprias estatísticas, as mulheres ganham menos do que os homens em todos os empregos.

Diz-nos o Eurostat: «Mesmo tendo em conta as diferenças estruturais, os ganhos das mulheres são pelo menos

10% inferiores aos dos homens em cada Estado Membro.»

Não será este um défice democrático que não tem o seu remédio nas reivindicações de paridade?

A verdade, no entanto, é que os retrocessos nas lutas sociais deixaram uma ampla margem de manobra para que a luta das mulheres corresse o risco de se transformar numa guerra dos sexos. Como se o chamado Poder masculino - o que explora mulheres e homens - não contasse também com o braço executor de algumas mulheres.



mulheres ao lar (em nome do direito à diferença) foi nessa década que vozes dos movimentos feministas começaram a reclamar a Paridade entre Mulheres e Homens nos órgãos de poder. Um número igual de mulheres e homens. Vozes que centraram o combate às desigualdades na construção de uma Democracia em que a palavra Igualdade da Trilogia “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” seria substituída por Paridade. “Liberdade, Paridade, Fraternidade”.

A proposta partia de reivindicações já constantes da Resolução da Conferência do México sobre a situação das Mulheres no

Defesa Nacional e Forças Armadas

O Governo do leasing

Pretendeu o Governo, no âmbito do Orçamento de Estado, a aprovação de um artigo que o autorizasse a adquirir submarinos em sistema *leasing*. Esta pretensão foi chumbada pela Assembleia da República. Mas o problema não está encerrado, como foi, aliás, já anunciado pelo Governo. Este irá propor uma alteração à Lei-Quadro da Programação Militar que lhe permita avançar com tal intento.

O argumentário governamental é o de que os critérios de convergência não permitem o reforço de verbas; que outros países (o Canadá) também utilizam este método para aquisição de equipamento e um outro sem-número de justificações de ordem jurídica no que respeita a contratos de locação e salvaguardas para o Estado. Isto é, o Governo chuta para canto o essencial e pretende entreter, quem o ouve, em torno do acessório.

E o essencial é que o Governo avança precipitadamente para a aquisição de submarinos, mas não consegue justificar credivelmente tal opção. O Governo ainda não convenceu ninguém da urgente razão pela qual deve o Estado gastar, no mínimo, 150 milhões de contos em submarinos. Já se sabe que os existentes são virtuais. Mas também são virtuais os patrulhas existentes e já são muito virtuais algumas das corvetas.

Por que não apostar então no lançamento decidido destes programas que, pelo mesmo custo, propiciam mais meios, permitindo faseamento na sua aquisição e, permitem ainda, um forte contributo da indústria nacional? Se o problema é o treino de luta anti-submarina, faça-se protocolos com outras marinhas que permitam a utilização dos seus meios submarinos, já para não falar na aquisição de simuladores. E quando o Almirante Reis Rodrigues (Almirante Comandante do CINCIBERLANT), através de declarações públicas, releva a aquisição de submarinos como algo que, quando estiver concretizado, vai aumentar a qualidade da nossa participação na STANAVFORLANT, o argumentário para português ver esvai-se como fumo. Isto é, o Governo não refere as razões das reais urgências para a concretização do objectivo submarinos, aliás, como fez no que aos F16 diz respeito. Foi o General Espírito Santo que, no programa televisivo de Judite de Sousa, disse claramente que a sua aquisição visava satisfazer compromissos externos de Portugal.

Posto isto, importa deixar claro que não estamos a dizer que Portugal não deve ter submarinos. Nunca o dissemos e nem agora o dizemos. Mas é evidente que para nós esta não só não é a prioridade das prioridades como, quando o for terá de ter, como razão indiscutível e praticada, o interesse nacional e não "compromissos externos", expressão que significa NATO.

Mas outra questão essencial é a aquisição em *leasing*. E aqui não se trata de saber como é juridicamente. A questão é política! E a aquisição em *leasing* de equipamento para as nossas Forças Armadas é o expoente máximo da política de desresponsabilização do Estado, num vector estratégico do mesmo. Nunca a pouca-vergonha foi tão longe. A mesma pouca-vergonha que tem privatizado praticamente tudo aquilo que poderia constituir instrumentos fundamentais do Estado para garantir o desenvolvimento, mas também a defesa dos interesses nacionais.

A seguir aos submarinos, consumado que seja o objectivo do Governo, novos e novos equipamentos se seguirão seguindo o mesmo esquema. E até, por que não alugar a outros países 2 aviões para o Exercício X e 1 navio para o bloqueio Y?!

Portugal não pode permitir-se deixar-se enredar ainda mais na teia sem escrúpulos desta política de vassalagem a interesses que comprometem o nosso futuro imediato e mais longínquo, mais uma vez demonstrado nas posições assumidas pelo Governo, relativamente ao selvagem ataque americano ao Iraque.

■ Rui Fernandes

Suíça

e União Europeia

A propósito do acordo bilateral

■ Manuel Beja

Foram necessários quatro anos de difíceis negociações, férteis em embaraçosos entraves, recuos e jogos de caprichos para se encerrar o acordo bilateral entre a Suíça e os quinze Estados membros da União Europeia. E, como é natural nos grandes eventos, a emoção não faltou, para bem de todos nós, através das objecções políticas colocadas pela delegação portuguesa. Um sobressalto de momento procurando, talvez, assinalar que Portugal é um país Europeu, está no pelotão da frente e se interessa pelas condições de vida dos seus emigrantes (?)

Salvando a honra e a tranquilidade da família apareceu a Áustria, tal como lhe competia, a provocar um encontro de imediato com o primeiro-ministro português e, assim, as dificuldades foram ultrapassadas. Por isso se afirma que a tempestade não durou o tempo necessário para nos convencer. Segundo notícias vindas a público estava em causa a chamada cláusula de preferência para a mão-de-obra Suíça no acesso ao mercado e trabalho, válida durante os dois primeiros anos da vigência do acordo e a questão relacionada com os subsídios de desemprego aos imigrantes originários da UE, no caso de regresso aos países de origem antes do fim dos seus direitos aos fundos do desemprego. Na lista de assuntos de última hora, apresentada pela delegação portuguesa, constava igualmente prestígio internacional do vinho do Porto e a sua comercialização. É evidente que nenhum lusitano que se preze pode aceitar de ânimo leve que "o vinho produzido da localidade Helvética de Port, possa ser confundido com o nosso vinho do Porto". Era o que faltava!

Assim quem tenha a audácia de afirmar que os interesses dos portugueses na Suíça foram atirados para segundo plano está cheio de más intenções, ou não sabe ler os jornais.

Passado o susto, os ministros suíços foram acordados a meio da noite, e seguiram no primeiro avião para Viena. O acordo foi condescendentemente festejado, não com o vinho do Porto como seria de esperar, mas com o tradicional champanhe.

Gritos de triunfo assinalaram o fim das negociações bilaterais e as manifestações a favor e contra não tardaram a aparecer. Para uns, um acordo histórico, para outros, um importante acordo económico com vista à normalização das relações da Suíça com a Europa. Ou, ainda, uma etapa necessária no processo de integração europeia que é essencial para a Suíça.

Graças ao acordo de Viena, o discurso europeu volta ao centro das atenções do cidadão comum seja suíço, ou imigrante. O longo debate recomeçou e deixa antever uma luta entre os partidos da extrema-direita, que ameaçam lançar um referendo a ser votado mais tarde pela população, enquanto as outras forças políticas e sociais estão medindo os passos a dar. Afirmando que é preciso evitar os erros cometidos em 1992.

O acordo de Viena é formado por um conjunto de sete *dossiers* sobre a livre circulação das pessoas, os transportes terrestres e aéreos, no âmbito da investigação, agricultura, do mercado, e das trocas comerciais. A assinatura simbólica está prevista para o mês de Março do próximo ano entrando em vigor em Janeiro do ano 2001. No sector da livre circulação de pessoas um bloco de medidas entrarão em vigor, por etapas, até ao ano 2013.

Até lá, nem tudo será fácil e um exaustivo trabalho, político de rectificação dos textos irá começar no âmbito das instituições europeias e das instituições suíças, passando pelo Parlamento Europeu e pelos Parlamentos de cada um dos quinze Estados da UE e da Suíça.

Efectivamente, o acordo sobre a livre circulação de pessoas melhora para os cidadãos europeus as condições de residência, de vida e trabalho na Suíça. No entanto, temos a consciência que este é um *dossier* complicado, senão mesmo explosivo. Com efeito, terão de ser tomadas muito a

sério as apreensões e os medos de parte da população suíça quanto a um possível, mas discutível, aumento da população estrangeira.

Os sindicatos e os partidos de esquerda consideram também necessário a aplicação de um bloco de medidas de acompanhamento, no sentido de garantir a protecção dos trabalhadores no activo com o objectivo de impedir a anarquia salarial e social. Este problema diz respeito a todos aqueles que trabalham no território helvético.

Em concreto, deveriam ser aplicadas, desde já e não apenas a partir da entrada do acordo, regras que obriguem as empresas a respeitar os salários e os direitos dos trabalhadores determinados nas convenções colectivas e a exigência de se fixarem os salários mínimos a nível dos Cantões e da Confederação nos sectores laborais sem convenção. A prática demonstra a existência de situações de "dumping" salarial que se irão agravar caso não se tomem medidas a tempo e horas.

É também positiva a abolição do estatuto do temporário a partir do ano 2001. O sazonal



não deverá deixar a Suíça todos os anos para ver renovada a sua autorização de trabalho e a mulher e os filhos poderão estar junto de si. A mulher poderá procurar trabalho e os filhos poderão

ir à escola. Negativo está o facto de terem de esperar até ao ano 2006 para beneficiarem da mobilidade geográfica e profissional.

Sendo Portugal Estado membro da União Europeia a aplicação do acordo bilateral terá repercussões no futuro dos portugueses.

A par de manifestarmos o apoio à livre circulação das pessoas e às necessárias medidas que defendam os direitos laborais e sociais, manifestamos, também, a nossa inquietude frente aos rumores respeitantes à integração do sistema de segurança social da Suíça no sistema de segurança social europeu. A comunidade portuguesa tem o direito de interrogar o Governo português, se a cláusula pedida para o levantamento do dinheiro líquido dos capitais do 2.º pilar está, ou não, garantida por um prazo de transição e qual é o tempo acordado?

Tirando algumas declarações de circunstância, de um ou outro diplomata, os emigrantes conhecem muito mal a posição do seu Governo sobre os resultados destas negociações bilaterais entre a UE e a Suíça. Desde há quatro anos que tudo tem sido mantido debaixo de grande segredo dando azo à circulação de boatos com efeitos negativos junto da comunidade.

Crónica do Nordeste

EM FOCO

Universidade de Bragança

O trágico e o cómico

■ José
Brinquete

No folhetim da (eventual) criação da Universidade de Bragança, o trágico e o cómico formam um díptico. Tornam-se elementos da mesma natureza, ambos se completam.

Se o assunto não fosse demasiado sério, seria legítimo afirmar que alguns actores políticos, neste processo, tanto podiam pertencer a uma peça de Shakespeare como a uma de Molière.

Mas como se trata, efectivamente, de matéria da maior importância para o futuro de Bragança, da região e do País, as regras teatrais terão que dar lugar à análise política, fria e objectiva dos factos.

Neste processo, como em muitos outros, os comportamentos políticos, seja do PSD seja do PS, vão no sentido de assegurar os votos necessários à sua sobrevivência, sem cuidar de garantir toda a verdade e transparência nas suas posições.

Tenham paciência! É urgente falar claro. A criação da Universidade de Bragança é uma questão eminentemente política, porque de política de Educação se trata. Tal como estabelece a Constituição da República Portuguesa, a política de Educação deve ser definida a nível nacional e pelo Governo.

No centro do debate coloca-se uma questão fundamental: que Ensino Superior temos e que Ensino Superior queremos? É esta a questão central, a que os dois partidos se furtam.

A par, claro, de ambos – PS e PSD – nada terem feito até agora, para, objectivamente, demonstrarem o seu empenho, neste desígnio. Não basta depositar um mero projecto na Comissão de Educação, da Assembleia da República. A legislatura termina e os projectos ficam na gaveta. Há quem diga que pelo menos fica a intenção. Para partidos com a representatividade destes, fruto da confiança que neles os eleitores depositaram, é muito pouco. Quase nada.

Não tendo coragem política de assumir frontalmente uma posição transparente, desdobram-se em manobras dilatatórias para taparem o «sol com a peneira».

Vamos aos factos

- O PSD esteve quase duas décadas no Governo. Desse tempo, 10 anos foi com maioria absoluta. O que fez, que medidas tomou, na prática, para criar a Universidade de Bragança? Todos sabemos que nenhuma. Como pode ter credibilidade a iniciativa do deputado Cruz Oliveira, quando ele mesmo foi representante do Governo, no distrito, nos últimos anos do cavaquismo?

- O PS, na campanha eleitoral de 1995, prometeu a criação da Universidade de Bragança (quem não se recorda, dos Estados Gerais, realizados no Auditório Paulo Quintela e das conclusões

que dali saíram?). Entretanto, o que aconteceu? Logo no início de 1996, o secretário de Estado do Ensino Superior, em visita ao IPB, no aniversário deste, no discurso aí proferido, não teve uma palavra sequer relativa à Universidade de Bragança; pouco tempo depois, o senhor Primeiro-Ministro, quando da 1.ª Governação Aberta, veio a Bragança dizer-nos que não era favorável à criação da Universidade (na ocasião, como estamos lembrados, reproduziu, na íntegra, o que o reitor da UTAD e o ministro da Educação tinham dito, oito dias antes, na cidade de Vila Real); passado algum tempo, não muito (Agosto de 1996), o ministro da Educação, em resposta a um requerimento da deputada do PCP, Odete Santos, responde que ele e o Governo a que pertence não são favoráveis à criação da Universidade de Bragança.

Estes são factos objectivos, verídicos e que não podem ser desmentidos, por muito que custe a esses partidos.

Mesmo assim, tanto o deputado do PS, eng.º Mota Andrade, como o secretário de Estado, Armando Vara, em várias ocasiões, em entrevistas ou declarações à Comunicação Social, nomeadamente, regional, afirmam, «a pés juntos», que a Universidade de Bragança seria uma realidade, ainda nesta legislatura. As declarações estão editadas, não podem ser desmen-

Bragança «*não criaremos novas Universidades neste mandato*». Armando Vara entrou de leão e saiu de sendeiro. Agora terá de ir ao Conselho Nacional combater o Primeiro-Ministro, em vez do ministro da Educação, o mesmo é dizer combater o Governo, ao qual pertence. Esperamos para ver a coerência de posições.

Por outro lado, convém lembrar que, também, a ACIB realizou uma grande Assembleia, em 19/7/96, no Auditório Paulo Quintela, com a participação dos 4 maiores partidos com representação parlamentar. Esta Assembleia que foi muito participada, teve como conclusões: 1. A formação de uma Comissão Pró-Universidade; 2. A edição das comunicações aí proferidas.

Infelizmente, passados mais de dois anos, nem a Comissão reuniu, sequer, uma vez, nem as comunicações foram publicadas. A quem serviu o não cumprimento das conclusões?

A meu ver, desacreditou os propósitos da própria Assembleia. A inoperância da Comissão prejudicou todo o processo reivindicativo e favoreceu as estratégias eleitoralistas, sobretudo as dos representantes partidários para, dois anos e meio depois, podermos verificar a coerência de cada uma.

Nessa Assembleia, o PCP apresentou uma outra proposta, que no essencial sugeria que o IPB e a UTAD, junto com a tutela, o Ministério da Educação, criassem um grupo de trabalho para estudar as condições técnico-científicas necessárias e os cursos

mais adequados à criação da Universidade de Bragança. Humildemente perguntamos a quem nos possa responder: o que foi feito nesta matéria? O grupo de trabalho onde está? O que fez? O que propõe?

Sabemos que o grupo de trabalho não existe, nada fez e nada propõe. Parece mesmo, pelo comportamento de cada uma destas entidades, que se mantêm de costas umas para as outras, o que é muito grave.

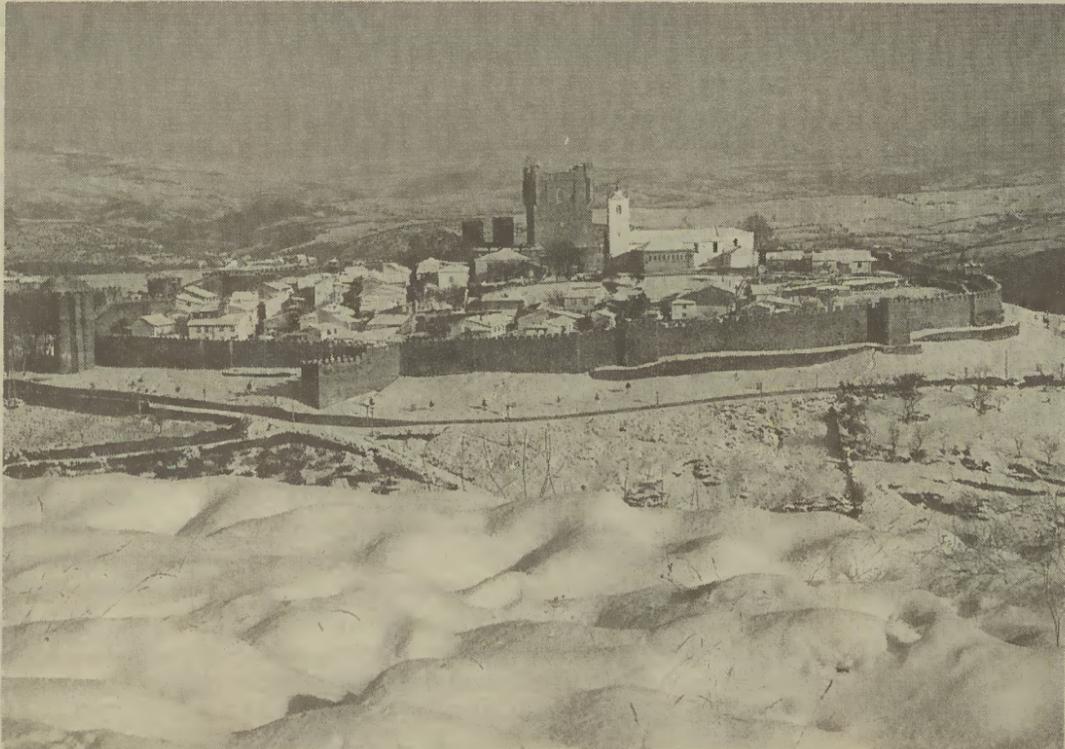
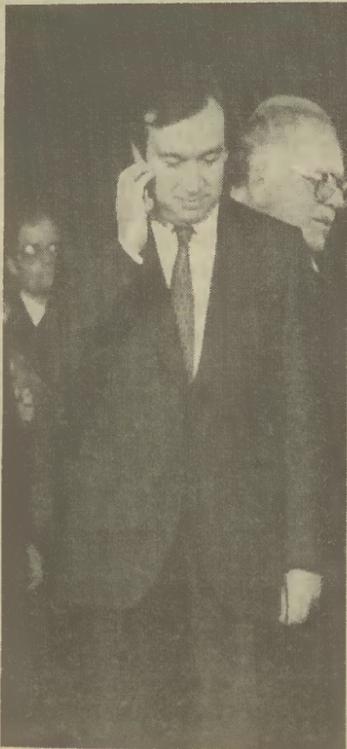
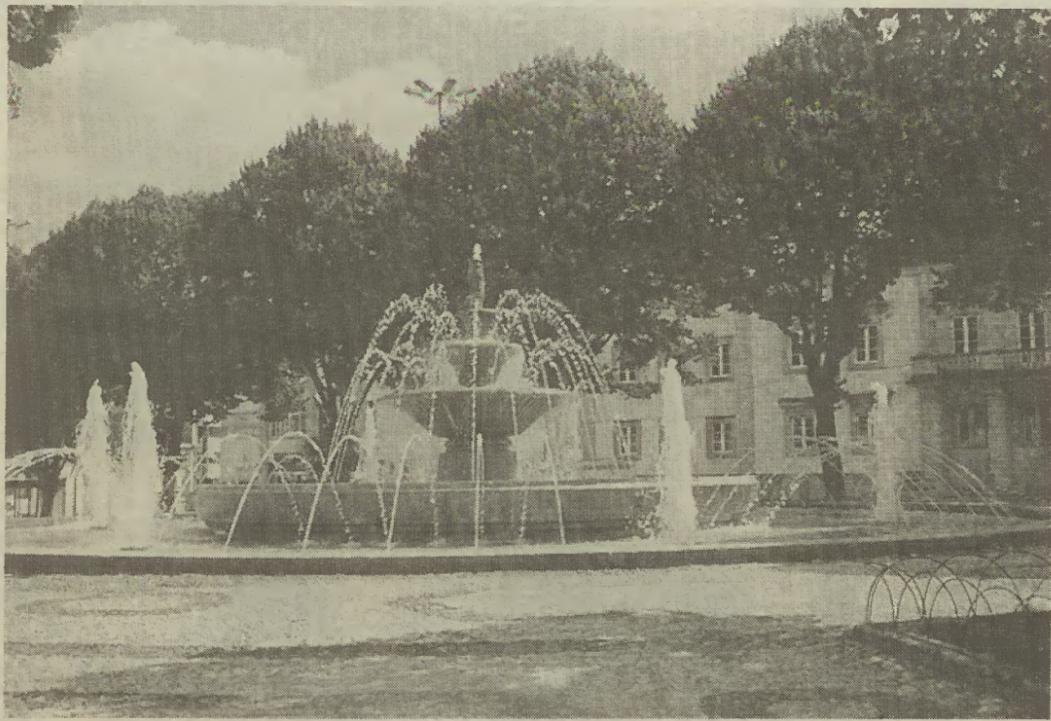
Daí que, no mínimo, exige-se que cada um assuma as suas responsabilidades e não procure, obstinadamente, a qualquer preço, a sobrevivência política e eleitoral, em prejuízo da região e do País.

Que interessa se o senhor A, B ou C, mesmo sendo secretário de Estado, diga que está a favor para depois o partido a que pertence e do qual não se desvincula não apoiar essa pretensão?

Na verdade, todos sabemos que o PS é só um, não existe o PS de Lisboa

e o PS de Bragança. A mesma lógica se aplica ao PSD.

Se queremos trabalhar para levar por diante a criação da Universidade de Bragança, só há um caminho: **criar um verdadeiro Movimento Pró-Universidade**, na base de uma plataforma amplamente representativa de todas as forças económicas, sociais e políticas de Bragança, sem qualquer discriminação. Movimento que congregue forças e apoios, que estude com rigor as condições necessárias e pressione eficazmente este ou qualquer Governo com vista à criação da Universidade, futura herdeira do prestigiado Instituto Politécnico de Bragança.



Por um Sector Público forte e dinâmico

Combater o «mito» liberal

Um documento bastante exaustivo sobre a situação do processo de privatizações e as suas consequências - que serviu de base aos trabalhos do Encontro de Quadros sobre o Sector Público, realizado no dia 12 de Dezembro - encontra-se em discussão nas organizações até ao dia 11 de Janeiro. Concluindo pela necessidade da exigência de «um Sector Público forte e dinâmico para a democracia e o desenvolvimento», o documento (de que se faz um pequeno resumo) está aberto a propostas e sugestões de alteração por parte da organização, visando o seu melhoramento e aprofundamento.

Em cerca de 20 anos, a face do sector público foi radicalmente reduzida e encontra-se hoje sob clara ameaça de delapidação e descaracterização.

Entretanto, o prosseguimento, pelo PS, da política de entrega ao grande capital de sectores fundamentais e estratégicos ensaia novos e rudes golpes contra os trabalhadores, quer em regime de direito privado quer da administração pública.

Com as nacionalizações e a Reforma Agrária, a Constituição de Abril colocou sob a responsabilidade do Estado todos os sectores estratégicos da economia - banca, seguros, energia, transportes e comunicações e as principais indústrias.

Os ataques a estas conquistas não se fizeram, contudo, esperar, designadamente através do seu esvaziamento e subversão, da criação de instrumentos jurídicos à margem da Constituição, da crescente sujeição dos interesses nacionais às directrizes do capital nacional e estrangeiro e da instrumentalização do sector público produtivo.

Iniciada em 1976 pelo PS, e aprofundada de forma sistemática a partir de 1985, esta ofensiva tem demonstrado correspondência clara com os interesses do grande capital e a concentração da riqueza, assente na delapidação do património colectivo e na intensificação da exploração.

Também a integração no Mercado Comum e a própria génese do processo de liberalização em curso incorporam a destruição e descaracterização deste património do Estado.

O processo de desnacionalizações tem denotado, porém, algumas características específicas, próprias do contexto histórico, das suas contradições e da intensa luta dos trabalhadores. Afirmando visar, numa primeira fase, «a necessária correcção e aprofundamento das conquistas de Abril», o discurso foi tornando-se mais «pragmático», para esconder a opção ideológica e de classe subjacentes. Mais tarde, apareceu a «necessidade» de modernizar e racionalizar a estrutura económica do país e «aproximar Portugal dos modelos europeus», ao mesmo tempo que se fomentou a ideia do pequeno subscritor e do «capitalismo popular» e apoiou a compra de acções pelos trabalhadores, numa tentativa de neutralizar a sua luta contra as privatizações. O que veio a revelar-se profundamente nefasto para a pequena poupança e agravar a exploração do trabalho.

Hoje aparecem ainda como justificação «os constrangimentos impostos por Bruxelas», o que, sendo parcialmente verdade, não esconde uma opção estrutural há muito tomada.

Legislação descaracteriza o sector

Foram, porém, as políticas e os instrumentos jurídicos criados para a liberalização das privatizações - entre outras, a Lei de Delimitação dos Sectores, em 1977, Lei Barreto, Lei das Indemnizações, novo Código de Investimentos Estrangeiros e Revisão Constitucional de 1982 e a autorização, em 1988, para a alienação pelo Estado de um máximo de 49 por cento do capital das empresas nacionalizadas - que entregaram sectores decisivos da economia nacional ao capital privado. O objectivo era adquirir mais-valias financeiras e fomentar a especulação bolsista.

Em 1989, a segunda Revisão Constitucional destrói o princípio da irreversibilidade das nacionalizações e, em 1990, a Lei-Quadro das Privatizações cria as condições para a sua legitimação.

Em 1993, o Governo do PSD decide liberalizar sectores decisivos da competência da Administração Local - como a água e os resíduos sólidos urbanos - e, finalmente, em 1997, o PS e o PSD «escancaram» ao capital privado sectores como os Correios, a Defesa Nacional, o Transporte Ferroviário e os Portos.

Mas as especificidades deste processo de destruição do SEE estão também patentes nas subavaliações das empresas, na injeção de milhões de contos para as tornar lucrativas, na atribuição de vultuosos benefícios fiscais. Ao mesmo tempo, prepara-se a sua entrega através da fragmentação e divisão das empresas por unidades de negócio, da sua fusão, como no caso do sector das comunicações/telecomunicações, ou, ainda, da sua extinção, como aconteceu com a CTM e a CNN.

Outra característica é a degradação da capacidade realizadora das entidades públicas e a adopção de critérios que privilegiam a gestão privada. O impedimento de as empresas públicas participarem em concursos e a reserva de mercado para os privados na área da protecção social e da saúde - caso dos meios auxiliares de diagnóstico - são paradigmas da lógica que determina o Governo PS.

A denominada Reforma Administrativa e do Estado não é, afinal, mais que a sua descaracterização, com o objectivo de reconstituição do poder dos grandes grupos económicos, através da submissão do social ao mercado e da imposição de mecanismos de redução de défices, da inflação e de despesas públicas e sociais.

Em dez anos de privatizações, o País não só perde empresas como se torna refém das estratégias e decisões de poderosas multinacionais.



Entretanto, o Estado, como o Governo já admitiu, perde vultuosas receitas fiscais e os lucros das empresas públicas são confiscados ao erário público e transferidos para os grupos económicos e financeiros. Só a EDP e a Portugal Telecom, em apenas quatro anos, deram em conjunto 470 milhões de contos de lucro e pagaram ao Estado mais de 350 milhões de contos de impostos. E o «mito liberal» prossegue à custa dos dinheiros públicos!

Lógica do lucro ameaça o mundo do trabalho

A destruição do SEE anda a par de uma ofensiva brutal contra os direitos dos trabalhadores, traduzindo-se nomeadamente por despedimentos, diminuição ou retirada de direitos, intensificação da exploração, precarização e aumento dos ritmos de trabalho, discriminações salariais, flexibilidade e polivalência.

É assim que o resultado global desta política de cedência aos objectivos do patronato dá conta da eliminação de mais de 75 mil postos de trabalho, com todas as graves consequências sociais que daí resultam.

Pela sua gravidade, destacam-se os projectos de generalização do trabalho a tempo parcial, a alteração do conceito de retribuição (em que o trabalho seria desvalorizado), a alteração da lei das férias, subordinando-as à assiduidade, a alteração do trabalho por turnos, o alargamento dos contratos a prazo, a alteração ao *lay-off* para penalizar a

Segurança Social. Ao mesmo tempo, empurra-se o trabalhador para o contrato individual de trabalho, pondo em causa o direito à contratação colectiva.

A subordinação dos serviços públicos à lógica do lucro pretende, pois, transformar cidadãos com direitos em meros clientes cujos direitos estão condicionados pelos recursos de que disponham para pagar esses serviços, tendendo a mesma lógica do lucro máximo a privilegiar os sectores e áreas geográficas mais lucrativas e a secundarizar as outras e os próprios padrões de segurança.

Ao Estado caberia o papel de entidade reguladora, muito naturalmente condicionado pela pressão dos grupos económicos e financeiros.

Aliás, as consequências do processo privatizador para os serviços públicos e os interesses das populações e até para as PMEs - apesar de diferentes estados de adiantamento nos vários sectores - estão à vista, por exemplo, nos escandalosos preços anunciados para o comboio da zona concessionada do eixo Norte-Sul ou nos aumentos da electricidade, telecomunicações, água e resíduos sólidos urbanos.

O domínio crescente do capital financeiro em todo o sistema económico vai concentrando nas suas mãos o poder que retira às instituições políticas e reduzindo a capacidade de intervenção dos trabalhadores na vida das empresas.

Voltam as práticas de confusão entre os grupos económicos e financeiros e o Estado e aumenta a corrupção resultante dessa confusão. De um Estado que deve promover a coesão e justiça sociais passa-se, em cerca de 20 anos, a um Estado accionista, que insere progressivamente as empresas públicas na lógica privada e põe os meios de comunicação social - propriedade de grupos financeiros - ao serviço da «bondade» das privatizações.

Um SEE ao serviço do País

O Sector Empresarial do Estado detém, contudo, um importante papel e funções que exigem a necessidade da sua defesa, o combate à sua destruição e venda ao desbarato e uma gestão de acordo com os interesses nacionais e do povo, numa perspectiva de presente e futuro.

De facto, a política de direita praticada nas últimas décadas; a política de integração europeia e o impacto das orientações de liberalização e desregulamentação; a injusta ordem internacional; a distorção da divisão internacional do trabalho e o domínio do capital financeiro colocam interrogações e graves riscos a Portugal. É que, esbatidas as consequências desta política por uma conjuntura internacional favorável, começam a perfilar-se com nitidez o crescimento da corrupção, a adulteração de valores, a destruição do aparelho produtivo nacional e a vulnerabilidade do País face ao exterior.

Portugal não pode, pois, resignar-se às tendências dominantes, mas sim defender com determinação um projecto de desenvolvimento nacional.

E, no quadro de uma economia mista, afirmar um sector público forte e dinâmico para a resolução dos problemas nacionais, da democracia e do desenvolvimento do País, para um novo rumo para Portugal, para uma política de esquerda.

Um Sector Público que tenha uma dimensão e peso decisivos nos sectores básicos e estratégicos - sector financeiro, em particular na banca; telecomunicações; comunicação social; transportes e vias de comunicação; energia; captação, tratamento e distribuição de água, tratamento de águas residuais e de resíduos sólidos urbanos e industriais; indústrias de defesa; siderurgia, química de base, cimento, celulose e papel, construção e reparação naval e exploração mineira - e nas áreas da agricultura, pecuária, alimentação e pescas.

Um Sector Público que mantenha os sectores tradicionais da Administração Pública e das funções do Estado nos vários planos, incluindo a Segurança Social, a Saúde e Ensino, e seja determinante nos sectores que tenham a ver com novos serviços, áreas em desenvolvimento, actividades de investigação científica e desenvolvimento tecnológico.

Isto implica, contudo, uma reestruturação, organização e articulação global e nos vários sectores, assim como uma gestão eficiente e dinâmica e direitos de informação, fiscalização e controlo dos trabalhadores e das populações. Implica uma orientação ao serviço do povo e do País.

Só um tal Sector Público poderá resistir com êxito a uma divisão internacional do trabalho desfavorável, impedir a transformação da economia nacional num mero instrumento de acumulação dos grandes interesses económicos e financeiros, defender e aprofundar a democracia portuguesa nas suas dimensões política, económica, social e cultural.

O senhor «terceira via»...

O ministro britânico do Comércio e Indústria, Peter Mandelson, apresentou esta semana o seu pedido de demissão ao primeiro-ministro Tony Blair. Motivo: a descoberta da omissão que fez, no acto de posse como governante, de um favor de cento e tal mil contos (coisa pouca...) por parte do empresário Geoffrey Robinson, como «adiantamento» para a compra de uma casa de 135 mil contos, para a qual Mandelson pediu igualmente um empréstimo de 20 mil contos a uma entidade par bancária. Ao omitir este «favor» do empresário no acto de posse, o ministro violou uma lei novinha em folha, criada pelo executivo de Blair, imponente uma declaração de interesses a entregar ao parlamento por parte de qualquer aspirante a governante, no quadro de um «código de conduta» com o objectivo de «evitar escrupulosamente todos os riscos de conflito de interesses, reais ou aparentes, entre a posição ministerial e interesses financeiros privados». Ao ser nomeado ministro, Mandelson «esqueceu-se» de um favor de fresca data com o tamanho de 115 mil contos... Pela sua banalidade (negociatas é o que não falta,

PONTOS CARDEAIS

nos altos poderes dos países da União Europeia), nada disto mereceria destaque se não fosse o facto de Mandelson ter sido durante anos o principal conselheiro de Tony Blair e um dos criadores do «New Labour», sendo, inclusivamente, o responsável pela adopção da rosa como símbolo do «novo» Partido Trabalhista - o tal que cortou drasticamente com o passado operário e sindical do partido e passou a proclamar a tão misteriosa, como já famosa, «terceira via», supõe-se que para o socialismo. Para já, a «terceira via» para o socialismo do «camarada» Peter Mandelson arranca logo com a compra pessoal de uma mansão de 135 mil contos, a maior parte dos quais «adiantados» por um monopolista de reputação no mínimo controversa, já sujeito a inquéritos parlamentares e com uma fortuna acumulada em apenas cinco anos de negócios tão frutuozos como duvidosos...

... e as «vias» dos senhores

Entretanto, terminou em Bruxelas um dos maiores

escândalos de corrupção dos últimos 10 anos, com a condenação de vários arguidos, com relevo para o antigo Secretário-Geral da NATO, Willy Claes, e do empresário francês Serge Dassault, ambos com cinco anos de prisão de pena suspensa, o primeiro por se ter deixado corromper quando era ministro belga da Economia, e o segundo por ter corrompido o primeiro. O «negócio» consistiu na avaliação sucessiva por parte de Willy Claes, na sua qualidade de ministro socialista da Economia, do fornecimento de um lote de helicópteros da empresa italiana Augusta e a modernização electrónica da Força Aérea do seu país fornecida pela fábrica francesa de Dassault, com o recebimento de muitos milhões de «luvas» de permeio por parte de Dassault. Foram, igualmente, condenados por corrupção passiva no âmbito dos mesmos negócios Guy Spitaels, que há 10 anos dirigia o Partido Socialista belga, Guy Coeme, na altura ministro da Defesa do executivo socialista, Johan Delanghe, então chefe de gabinete de Claes, e dois representantes do Partido Socialista flamengo. No meio disto tudo, são os partidos socialistas que saem

fortemente maltratados e, na decorrência disso, a esquerda em geral. É o que dá subir ao poder sob a máscara da esquerda e governar com os métodos típicos da direita. Deve ser isto a «terceira via» para o socialismo... Anote-se, por fim, que, apesar destes crimes terem lesado o Estado belga em vários milhões de contos, os responsáveis foram todos condenados mas... com pena suspensa.

O Iraque e a Atral/Cipan

O grupo farmacêutico nacional Atral/Cipan é o que, a nível mundial, detém o maior número de produtos farmacêuticos registados no Iraque, pelo que, há vários anos, está a tentar realizar um importante negócio de 52 milhões de contos com aquele país, negócio a efectuar no âmbito da troca de medicamentos por petróleo deliberada pelas Nações Unidas após o embargo decretado em 1992 contra o regime de Saddam Hussein.

Aparentemente, a Atral/Cipan tinha todas as condições para realizar este negócio, dado ser a que melhor estava colocada para o concretizar. Como as regras definidas pela ONU impõem que o petróleo fornecido pelo Iraque seja trocado por medicamentos e alimentos, em partes iguais, a Atral/Cipan já fechou, inclusivamente, contrato com uma empresa também portuguesa para fornecer a parte alimentar do contrato. Todavia, os anos têm passado e o negócio continua sem avançar, estando agora as conversações em *standby* devido, aparentemente, à actual exigência do regime iraquiano em só pagar os produtos após o levantamento do embargo, Todavia, o presidente da Antral/Cipan, Sebastião Alves, declarou ao *Diário de Notícias* que os entraves a este importante negócio têm outras componentes, nomeadamente o facto, por um lado, de o grande comprador de crude, de que Portugal depende, ser um grupo petrolífero norte-americano que «não querará nesta altura irritar Bill Clinton» e, por outro, o regime de Saddam Hussein não ver com bons olhos as facilidades sempre concedidas pelo Governo português à utilização da Base das Lajes sempre que os norte-americanos e ingleses decidem bombardear o Iraque. Ora aqui está, preto no branco e com o peso de qualquer coisa como 52 milhões de contos, o preço da subserviência de Portugal aos interesses do Tio Sam. Assinale-se, de passagem, que a Alemanha, a França ou a Itália (para só darmos alguns exemplos) vão fazendo os seus negócios com o Iraque, quer os EUA e a Grã-Bretanha gostem ou não disso...

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Jingle Bells

Manuel

Chamava-se Manuel era filho de um carpinteiro. Sabia tanto que só podia mesmo ser filho não de um carpinteiro mas de Deus.

A história nunca ficou bem esclarecida. Mas ele amava acima de tudo as crianças dizia que todos têm direito ao pão e ao vinho usou contra o hipócrita o azorrague tudo arriscou ao lado dos pobres no combate. De facto havia sérios motivos para desconfiar.

Além disso não consta que Deus tenha até hoje feito um desmentido.

Inquérito de rua

O Natal? O Natal é um dia muito especial tá a ver? O que eu desejo é um bom Natal tá a ver? Para todos. Quanto aos meninos da rua? Sei lá, quanto aos meninos da rua tá a ver? desejo igualmente um Natal feliz na companhia dos seus entes queridos tá a ver?

A cruz (para J. Rebelo)

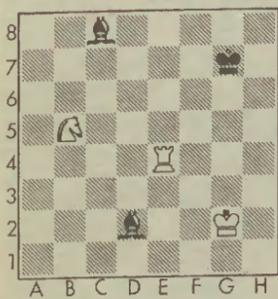
- Espectacular, não é?
- Fica-te muito bem.
- Foi o meu Pai Natal.
- Mas o teu marido perdeu a cabeça!
- Só diamantes são trinta e oito!
- O joalheiro até disse:
- «A senhora não pode usá-la sempre.»
- Porquê?
- Filha, porquê! Com os assaltos que andam por aí? Nunca fiando!

Perspectiva

Não pôde a vaquinha entrar no presépio. Tudo por causa da B.S.E. O Menino chorou mas nada a fazer a directiva comunitária é para se cumprir. Há Euro que pague aquela vaquinha do nosso presépio? Pelo caminho que as coisas levam qualquer dia não há burro nem estrela nem magos. Qualquer dia não há nem presépio. Ou haverá só com a directiva deitada nas palhinhas.

XADREZ

DCLXXXIX - 30 DE DEZEMBRO 1998
PROPOSIÇÃO N.º 1998X52
Por: Henri Rinck
«L'Italia Scacchistica» - 1924
Pr.: [3]: Bs.c8, d2-Rg7
Br.: [3]: Cb5-Tc4-Rg2



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 1998X52 [H.R.]

1. Cd6! Ba6; 2. Ta4, Bc2; 3. Ta2, Bf4; 4. Cc8+, Rf7; 5. Tc2 e g.
1. Bc7; 2. Tc7+, Rf6; 3. Td7, Rc6; 4. Td8, Ba5 [g5]; 5. Ta8 [g8] e g.

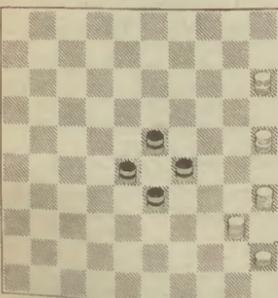
A. de M. M.

DAMAS

DCLXXXIX - 30 DE DEZEMBRO 1998
PROPOSIÇÃO N.º 1998D52

Por: Nicolas Riso
[F]
«L'Effort n.º 156» F., VI/VI.1974

Pr.: [4]: (23)-(28)-(29)-(33)
Br.: [5]: (15)-(25)-(35)-(40)-45



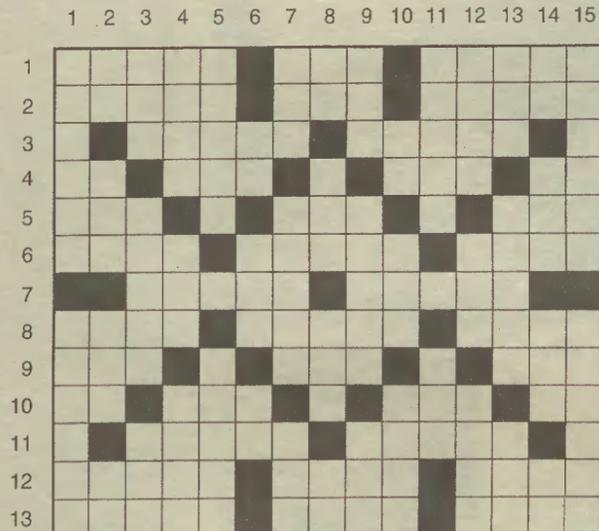
Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 1998D52 [N.R.]

1. 25-39; (33x44 no 50); 2. 15-11, (... 50-6); 3. 40x1, (6-11...); 4. 35-44, (... 11-50); 5. 1-6 +

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Fumar cachimbo (bras.); o m.q. lírio; molestam. 2 - Encolerizado; ombro (pref.); nome de mulher. 3 - Azáfamas; franzia natural da pele (pl.). 4 - Também (arc.); chefe etíope; bigorna de ourives; a tua pessoa. 5 - Nome vulgar extensivo a alguns pássaros comuns em Portugal; albino (bras.); textualmente. 6 - Ornamenta; utensílio agrícola que serve para lavar a terra; espécie de turques de madeira, usada pelos peniteiros. 7 - Fio que a lançadeira atravessa na urdidura; substância orgânica azotada que entra na composição da urina e é uma amida do ácido carbónico. 8 - Alai; protozoário livre, comensal ou parasita, constituído por uma única célula nua que muda de forma por emissão de pseudópodes; brisas. 9 - Tamborzinho árabe (pl.); a barlavento (náut.); cem metros quadrados. 10 - Antiga cidade da Caldeia; criatura; qualidade natural; prefixo, de origem grega, que exprime a ideia de privação, separação. 11 - Adoçar com mel; dizer em voz alta o que outrem há-de escrever. 12 - Acomete; rochedo (bras.); aduz em defesa. 13 - Alegrias; espaço de 30 dias; curar.

VERTICAIS: 1 - Um macaco sem cauda, da fam. dos cercopithecídeos, único da Argélia e de Marrocos, no estado livre, de que existem alguns exemplares, apenas, em Gibraltar; dar ou tomar de aluguer. 2 - Comparecer; gracejar; existir; Titânico (s.q.). 3 - Semelhante; povo antigo eslavo, vizinho dos búlgaros, que formou o primeiro Estado russo; maléficas. 4 - Acrescentar; apelido de poeta português; enxuto. 5 - Grupo de pessoas dispostas em círculo (pl.); pano preparado para a pintura (pl.). 6 - Arsénio (s.q.); estima muito; Rádio (s.q.). 7 - Espécie de escumilha (pl.); abelha silvestre cujo mel é azedo; víscera dupla. 8 - Suf. nom., de origem latina, que tem sentido diminutivo; eleva; cada um dos anéis de cadeia; nome de letra. 9 - Ribeira portuguesa; produto natural ou artificial para fertilização de terras; ofereces. 10 - Antigo nota dó; discursa; quinhentos e um romanos. 11 - Transmitir por testamento; antiga unidade de medida da Índia (p.). 12 - Pron. pess. feminino (pl.); irmã do pai; saco de viagem. 13 - Nota musical (pl.); ressoara; rapar o sal na salina e juntá-lo com o rodo. 14 - Campeão; sinal ortográfico para indicar que é nasal a vogal sobre a qual se coloca; época; Gálio (s.q.). 15 - Doida; assentar.

14 - As; tit; era; Ga. 15 - Maluca; sentar. adubo; dds. 10 - Ur; orat; DL 11 - Legar; coias. 12 - Elia; tit; mala. 13 - Sis; soutra; rer. seco. 5 - Rodas; telas. 6 - As; amat; Ra. 7 - Los; arum; rim. 8 - Im; tca; eio; té. 9 - Sor; VERTICAIS: 1 - Piteco; albeg; 2 - Ur; rit; ser; Ti. 3 - Tr; 4 - Adir; Ant; alib; are. 10 - Ur; ser; dom; am. 11 - Melar; dilat. 12 - Alaca; tar; alega. 13 - Riso; mds; sarrat; tasi; in. 5 - R; agr; sic; 6 - Orna; arado; lola. 7 - Trama; ureia. 8 - Asat; ameba; are. 9 - Las; HORIZONTAIS: 1 - Piar; his; lesam. 2 - Irado; omo; Elisa. 3 - Lidat; rugas. 4 - Er; rds; SOLUÇÃO:

TELEVISÃO

Quinta, 31

RTP 1
 08.00 Infantil
 11.00 Praça da Alegria
 11.30 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Festival OTI
 14.55 Esmeralda
 15.50 Chiquititas
 17.30 O Amigo Público
 19.15 Os Lobos
 20.00 Telegenral
 20.45 Contra Informação
 21.00 As Lições do Tonecas
 21.35 Astrologia
 22.35 Canções da Nossa Terra
 01.00 Ases pelos Ares
 (de Jim Abrahams, EUA/1991, com Charlie Sheen, Cary Elwes, Valeria Golino, Jon Cryer, Kevin Dunn. Comédia / Acção)
 02.10 Tropicana
 05.00 O Último Voo

RTP 2
 15.00 Informação Gestual
 15.40 Baionetas Caladas
 (de Samuel Fuller, EUA/1951, com Richard Basehart, Gene Evans, Michael O'Shea, Richard Hylton. Guerra)
 17.30 Euronews
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 Hugo
 19.10 Um, Dó, Li, Tá
 20.40 Planeta Vida
 21.30 Portugalmente
 22.00 Jornal 2
 22.40 O Feiticeiro de Oz
 (de Victor Fleming, EUA/1939, com Judy Garland, Ray Bolger, Jack Haley, Bert Lahr, Billie Burk. Ver Destaque)
 00.25 No Rasto de Alexandre, o Grande

SIC
 07.00 Circo
 08.00 Buéréré
 11.30 Animais Perigosos
 12.30 Primeiro Jornal
 13.30 Juiz Decide
 14.40 Fátima Lopes
 17.00 Buéréré
 18.00 A Mais Louca Magia do Mundo
 19.00 Pecado Capital

Sexta, 1

RTP 1
 08.00 Infantil
 11.00 Se o Meu Carro Falasse
 (de Robert Stevenson, EUA/1968, com Dean Jones, Michele Lee, David Tomlinson, Buddy Hackett. Ver Destaque)
 13.00 Jornal da Tarde
 13.30 Mulherzinhas
 (de Gillian Armstrong, EUA/1994, com Winona Ryder, Susan Sarandon, Gabriel Byrne, Kristen Dunst. Ver Destaque)
 15.35 Robbie Williams
 16.35 Circo das Estrelas
 18.05 Concerto de Ano Novo
 19.15 Os Lobos
 20.00 Telegenral
 20.45 Mensagem de Ano Novo do Presidente da República
 21.15 Uma Casa em Fancos
 22.20 Jet Set
 23.25 Serviço de Urgência
 00.30 Radar
 01.10 24 Horas
 01.50 Ases pelos Ares - II
 (de Jim Abrahams, EUA/1993, com Charlie Sheen, Valeria Golino, Lloyd Bridges. Comédia / Acção)

RTP 2
 08.55 Missa
 15.00 Informação Gestual
 15.40 A Terra
 16.35 Profit
 17.30 Euronews
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 Hugo
 19.00 Um, Dó, Li, Tá
 20.40 O Universo de Stephen Hawking
 21.25 Portugalmente
 22.00 Jornal 2
 22.35 Noites Brancas
 (Debate, seguido do filme Segredos e Mentiras, de Mike Leigh, Gr.Br./1996, com Brenda Blethyn, Timothy Spall, Marianne Jean-Baptiste, Phyllis Logan. Ver Destaque)

SIC
 06.00 Circo
 08.00 Buéréré
 13.30 Primeiro Jornal
 13.40 Os Excessos em Concerto
 14.45 Do Cabaret para o Convento
 (de Emile Ardolino, EUA/1992, com Whoopi Goldberg, Maggie Smith, Harvey Keitel, Kathy Najimy. Comédia)

Sábado, 2

RTP 1
 08.00 Infantil/Juvenil
 12.00 Made in Africa
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Top+
 15.05 Saber & Fazer
 15.35 Amigos
 16.15 O Rapaz e o Mundo
 16.45 Primeira Vez
 18.05 Estrada Viva
 18.40 Santa Casa
 20.00 Telegenral
 21.15 Park Jurássico
 (de Steven Spielberg, EUA/1993, com Sam Neill, Laura Dern, Jeff Goldblum, Richard Attenborough, Ariana Richards. Ficção Científica)
 23.40 Miguel Angelo ao Vivo
 01.00 24 Horas
 01.40 Os Commitments
 (de Alan Parker, Gr.Br./EUA/1991, com Robert Arkins, Michael Aherne, Angeline Ball, Maria Doyle. Musical)

RTP 2
 09.00 Universidade Aberta
 12.00 Shaka Zulu
 13.00 Cidade Louca
 13.30 Dinheiro Vivo
 14.00 Espectáculo: Arte Equestre
 15.00 Desporto 2
 18.55 Caminho das Estrelas
 19.35 2001
 20.00 Os Simpsons
 20.30 Tenchi Muyo
 21.00 O Universo de Stephen Hawking
 22.00 Jornal 2
 22.35 O Lugar da História
 23.35 Allô, Allô!
 00.05 O Vigário de Dibley
 00.35 O Riso ao Poder
 01.00 E a Vida Continua
 (de Abbas Kiarostami, Irão/1991, com Farhad Kheradmand, Puya Paevar e os habitantes de Roudbar e Rostamabad. Ver Destaque)

SIC
 08.00 Buéréré
 11.55 O Nosso Mundo
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Turbulência
 (de Robert Butler, EUA/1997, com Ray Liotta, Lauren Holly, Brendan

Domingo, 3

RTP 1
 08.00 Infantil / Juvenil
 13.00 Jornal da Tarde
 13.40 Made in Portugal
 15.00 Que Vida Esta!
 16.10 Sub 26
 17.35 Em Nome da Justiça
 18.40 GLX
 19.30 Domingo Desportivo
 20.00 Telegenral
 20.50 Débora
 22.00 Docas
 23.15 Domingo Desportivo
 00.45 Millennium
 01.45 24 Horas
 02.25 Notícias do Bom Deus
 (de Didier Le Pêcheur, Fr./Suíça/Port./1995, com Marie Trintignant, Maria de Medeiros, Christian Charmentant, Jean Yanne. Drama)

RTP 2
 09.30 Novos Horizontes
 10.30 Missa
 11.30 A Grandes Viagens de Comboio
 12.15 Desastre no Espaço
 13.10 Ela Voltou
 14.30 Sarilhos com Elas
 15.00 Desporto 2
 18.00 Jornal de África
 18.40 A História de Nikita
 19.30 Bom Bordo
 20.00 Os Simpsons
 20.30 Onda Curta
 (Hammam, Fr./1991, e Schéhérazade, Fr./1995, de Florence Mialhe. (Curtas-metragens)
 21.25 Artes e Letras
 22.00 Jornal 2
 22.30 Horizontes da Memória
 23.00 Olhos nos Olhos

SIC
 08.00 Buéréré
 12.30 BBC - Vida Selvagem
 13.00 Primeiro Jornal
 13.45 Splash, a Sereia
 (de Ron Howard, EUA/1984, com Daryl Hannah, Tom Hanks, John Candy, Dody Goodman. Comédia / Fantasia)
 15.50 Os Imortais
 17.45 O Pequeno Patrão

Segunda, 4

RTP 1
 08.00 Infantil
 11.00 Praça da Alegria
 11.30 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Consultório
 14.45 Esmeralda
 15.40 Chiquititas
 16.30 O Amigo Público
 18.15 País, País
 19.00 País Regiões
 19.15 Os Lobos
 20.00 Telegenral
 20.45 Contra Informação
 20.55 Futebol: Estrela da Amadora-Porto
 23.00 Sala de Conversas
 00.15 24 Horas
 01.05 Poltegeist

RTP 2
 15.00 Informação Gestual
 15.40 Rumo ao Sul
 16.35 O Nosso Charly
 17.25 Açores
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 Hugo
 19.10 Um, Dó, Li, Tá
 21.00 Portugalmente
 22.00 Jornal 2
 22.35 Acontece
 22.50 Jogo Falado
 23.50 Nash Bridges

SIC
 08.00 Buéréré
 12.30 Jasmin ou o Sonho do Cinema
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Juiz Decide
 15.00 Fátima Lopes
 17.00 As Aventuras de Camilo
 17.30 Meu Bem Querer
 18.45 Pecado Capital
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Torre de Babel
 22.00 Roda dos Milhões
 00.20 Último Jornal
 00.55 O Mundo a Seus Pés
 (de Orson Welles, EUA/1941, com Orson Welles, Joseph Cotten, Dorothy Comingore, Everett Sloane. Ver Destaque)
 01.45 Portugal Radical
 02.50 Vibrações

Terça, 5

RTP 1
 08.00 Infantil
 11.00 Praça da Alegria
 11.30 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Consultório
 14.45 Esmeralda
 15.40 Chiquititas
 16.30 O Amigo Público
 18.15 País, País
 19.00 País Regiões
 19.15 Os Lobos
 20.00 Telegenral
 21.00 Espelho Meu
 21.35 Herman 99
 23.35 Reportagem
 00.35 24 Horas
 01.20 Rotações

RTP 2
 15.00 Informação Gestual
 15.40 Continuar a Viver ou os Índios da Meia-Praia
 (de António da Cunha Telles, Port./1976, com os pescadores da Meia-Praia e o Serviço de Apoio Volante de Lagos. Documentário)
 17.30 Euronews
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 Hugo
 19.00 Um, Dó, Li, Tá
 20.05 Porcos, mas Felizes
 21.00 Portugalmente
 21.30 Remate
 22.00 Jornal 2
 22.35 Acontece
 22.55 The Crown and the Country
 23.20 Ler para Crer
 00.20 A Noite com Jools Holland

SIC
 08.00 Buéréré
 12.00 Jasmin
 12.30 Primeiro Jornal
 13.30 Juiz Decide
 14.30 Fátima Lopes
 17.00 Camilo
 17.30 Meu Bem Querer
 18.45 Pecado Capital
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Médico de Família
 22.00 Torre de Babel
 23.15 Casos de Polícia
 00.15 Balada de Nova Iorque
 01.25 Último Jornal

Quarta, 6

RTP 1
 08.00 Infantil
 11.00 Praça da Alegria
 11.30 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Consultório
 14.45 Esmeralda
 15.40 Chiquititas
 16.30 O Amigo Público
 18.15 País, País
 19.00 País Regiões
 20.00 Telegenral
 21.00 Diário de Maria
 22.00 Con-Air - Fortaleza Voadora
 (de Simon West, EUA/1997, com Nicolas Cage, John Cusack, John Malkovich, Steve Buscemi, Rachel Ticotin. Acção)
 00.15 24 Horas

RTP 2
 15.00 Informação Gestual
 15.40 Derrick
 16.35 Profit
 17.30 Euronews
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 Hugo
 19.00 Um, Dó, Li, Tá
 21.00 Portugalmente
 22.00 Jornal 2
 22.35 Acontece
 22.55 Sinais do Tempo
 23.45 Carlos Cruz
 00.45 Dharma e Greg

SIC
 08.00 Buéréré
 12.00 Jasmin
 12.30 Primeiro Jornal
 14.00 Juiz Decide
 15.00 Fátima Lopes
 17.00 Camilo
 18.45 Pecado Capital
 20.00 Jornal da Noite
 21.05 Um Sarilho Chamado Marina
 21.35 Torre de Babel
 22.45 Cantigas de Mal Dizer
 23.45 Die Hart 3 - A Vingança
 (de John McTiernan, EUA/1995, com Bruce Willis, Jeremy Irons, Samuel L. Jackson. Ver Destaque)
 01.30 Toda a Verdade
 02.40 Último Jornal
 04.05 Portugal Radical



«A Balada de Nova Iorque» está de regresso à SIC. À terça-feira à noite

20.00 Jornal da Noite
 21.15 Malucos do Riso
 21.45 Torre de Babel
 23.00 Gala Fim de Ano
 01.10 Musical: Netinho - Banda Eva
 03.00 Noite Erótica
 06.00 Circo do Futuro

TVI
 09.00 S.O.S. Urgências
 10.00 Animação
 12.30 Fascinação
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Serras Azuis
 15.05 Mulher Perigosa
 16.00 Animação
 18.00 O Verão dos Macacos
 (de Michael Anderson, EUA/1997, com Michael Ontkean, Leslie Hope, Corey Sevier. Comédia)
 20.00 Sliders
 21.00 Directo XXI
 22.00 Viva 99 - Especial Ano Novo
 00.20 O Eterno Azarento
 (de Jason Alexander, EUA/1995, com Jason Alexander, Lolita Davidovich, James Woods, Joe Mantegna. Comédia)
 02.30 O Nosso Amante
 (de Yurek Bogayevicz, EUA/1992, com William Baldwin, Kelly Lynch, Sherilyn Fenn, Joe Pantoliano. Ver Destaque)

16.45 Drácula, Morto e Contento
 (de Mel Brooks, EUA/1995, com Leslie Nielsen, Mel Brooks, Peter MacNicol. Comédia)
 18.45 Estrelas de Quatro Patas
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Torre de Babel
 22.00 Instinto Fatal
 (de Paul Verhoeven, EUA/1992, com Michael Douglas, Sharon Stone, George Dzundza, Jeanne Tripplehorn. «Thriller / Erótico»)
 24.00 Strip-tease
 (de Paul Verhoeven, EUA/1995, com Demi Moore, Burt Reynolds, Armand Assante, Ving Rhames. Comédia Dramática / Erótico)
 02.10 Último Jornal
 02.35 Bailado: Dança Explosiva

TVI
 08.10 O Homem-Aranha: A Clonagem e o Acompanhante para o Perigo
 (de Dennis Donnelly e Fernando Lamas, EUA/1978, com Robert F. Simon, Chip Fields, Nicholas Hammond. Ficção Científica / Aventuras)
 09.30 Animação
 12.00 Missa
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Cocoon, a Aventura dos Corais Perdidos
 (de Ron Howard, EUA/1985, com Don Ameche, Wildford Brimley, Jessica Tandy. Fantasia)
 16.00 Animação
 18.00 Big
 (de Penny Marshall, EUA/1988, com Tom Hanks, Elizabeth Perkins, Robert Loggia, John Heard. Comédia / Fantasia)
 20.00 Sliders
 21.00 Directo XXI
 22.00 Primeira Vaga
 23.00 Polícias e Ladrões
 24.00 Jogo de Sedução
 (de Felix Enriquez Alcalá, EUA/1995, com Susan Lucci, David Charvet, Gabrielle Carteris. Drama)
 02.00 Segredos de Verónica
 02.30 Profiler



Em 1998, «Médico de Família» foi o mais visto de todos os programas

Gleeson, Hector Helizondo. «Thriller»
 16.00 Big Show Sic
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Mundo VIP
 22.00 Ai os Homens!
 23.15 Afrodísia
 23.45 Sentinela
 00.45 Último Jornal
 01.20 Sonho de Uma Noite de Inverno
 (de Kenneth Branagh, Gr.Br./1995, com Michael Maloney, Richard Briers, Joan Collins. Comédia)

(de Andrew Scheinman, EUA/1994, com Jason Robards, Timothy Busfield, Luke Edwards. Comédia / Desporto)
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Polícias à Solta
 21.40 Chuva de Estrelas
 22.45 Hilda Furacão
 23.45 Tempo de Matar
 (de Joel Schumacher, EUA/1996, com Sandra Bullock, Samuel L. Jackson, Matthew McConaughey, Kevin Spacey. Ver Destaque)
 02.10 Último Jornal
 02.45 Dra. Quinn
 03.45 Portugal Radical

TVI
 08.55 Homem-Aranha: Experiência Desastrosa
 (de Joseph Manduke, EUA/1978, com Robert F. Simon, Chip Fields, Ellen Bry. Ficção Científica / Aventuras)
 09.35 Animação
 13.30 Desporto
 15.10 Roar
 16.00 Acção em Acapulco
 17.00 Cocoon - O Regresso
 (de Daniel Petrie, EUA/1988, com Don Ameche, Wilford Brimley, Jessica Tandy, Steve Guttenberg. Fantasia)
 19.00 Uma Mulher de Sucesso
 (de Mike Nichols, EUA/1988, com Harrison Ford, Sigourney Weaver, Melanie Griffith. Comédia)
 21.00 Directo XXI
 22.00 Um Pai Solteiro
 (de Michael Switzer, EUA/1997, com Brian Austin Green, Nicholle Tom, Isabella Hoffman. Drama)
 24.00 Força Delta - Spetnaty
 (de J. Christensen Ingvorsen, EUA/1991, com Lyle Alzado, Rick Washburn, John Christian. Acção)
 02.00 Profiler

TVI
 09.00 Animação
 10.30 Novos Ventos
 11.15 Missa
 13.00 Aventuras Selvagens
 13.45 Sétimo Céu
 14.30 A Patrulha do Tempo
 15.45 Camilla
 (de Deepa Mehta, Can./Gr.Br./1994, com Jessica Tandy, Bridget Fonda, Maury Chaykin, Elias Koteas, Hume Cronyn. Drama)
 17.35 O Home-Aranha: A Teia Chinesa
 (de Don McDougall, EUA/1978, com Nicholas Hammond, Robert F. Simon, Chip Fields. Aventuras / Ficção Científica)
 19.35 Futebol (Campeonato de Itália)
 21.00 Directo XXI
 22.00 O Rosto da Lei
 23.00 Flash Indiscreto
 (de Gail Harvey, EUA/1998, com Shannen Doherty, Aidan Devine, Colm Feore, Dime D'Aquila. Drama)
 01.00 Profiler



No Ano Novo mais um pouco do melhor que se faz nas grandes companhias de Circo

TVI
 09.00 S.O.S. Urgências
 09.45 TVI Jornal
 10.00 Animação
 12.30 Fascinação
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Serras Azuis
 15.05 Mulher Perigosa
 16.00 Animação
 18.00 Flipper
 19.00 Asas nos Pés
 20.00 Sliders
 21.00 Directo XXI
 22.00 An American Affair
 (de Sebastian Shah, com Jayne Heitmeyer, Robert Vaughn, Maryam D'Aho, Thomas G. Waites, Rob Stewart. Drama)
 24.00 Golo
 00.40 Os Segredos de Verónica
 01.10 Feedback
 02.00 Profiler



«Uma Casa em Fancos» foi uma das apostas que a RTP não ganhou...

TVI
 09.00 S.O.S. Urgências
 09.45 TVI Jornal
 10.00 Animação
 12.30 Fascinação
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Serras Azuis
 15.05 Mulher Perigosa
 16.00 Animação
 18.00 Flipper
 19.00 Asas nos Pés
 20.00 Sliders
 21.00 Directo XXI
 22.00 Nove Meses
 (de Chris Columbus, EUA/1995, com Hugh Grant, Julianne Moore, Tom Arnold, Joan Cusack, Jeff Goldblum. Comédia Dramática)
 24.00 Ally McBeal
 00.30 Segredos de Verónica
 01.15 Lanterna Mágica
 02.00 Profiler

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

O Feiticeiro de Oz (Quinta, 22.40, RTP2)

Porventura parecendo aos espectadores de hoje um espectáculo algo datado e previsível, o certo é que, nos anos 30/40, quando foi produzido e exibido pela primeira vez, se revelou um dos grandes êxitos da MGM, lançando no estelato - e proporcionando-lhe, na oportunidade, um Oscar - uma excelente cantora e actriz, **Judy Garland**. Não é a primeira nem a segunda vez que a RTP ou a TV Cabo o transmitem - e sempre por esta altura do ano - pelo que não cabe aqui elaborarmos longamente sobre o já mais que conhecido enredo desta história de **Frank L. Baum**, iluminada por canções inesquecíveis.

O Nosso Amante (Quinta, 02.30, TVI)

No meio da sua cada vez mais desastrosa programação cinematográfica, ainda é possível descobrir na TVI um filme relativamente interessante como este, em que se desmorona o romance entre duas jovens mulheres, **Connie e Ellen**, quando esta anuncia a **Connie** que vai procurar as sensações do amor masculino. O certo é que o *gigolo* contratado por **Connie** para voltar a «recuperar» **Ellen** se apaixona por ela - e é aí que os sarilhos começam... Uma comédia bem engendrada na primeira parte que se diz resvalar na segunda para a inconsequência. Mesmo assim, são de destacar alguns bons momentos da representação de **Kelly Lynch**, **Sherilyn Fenn** ou **William Baldwin**.

Se o Meu Carro Falasse (Sexta, 11.00, RTP1)

Um corredor de automóveis e o seu carro, chamado **Herbie**, que até se comporta como se fosse gente! Um clássico do filme para jovens, numa época em que a sua programação vem mesmo a matar.

Mulherzinhas (Sexta, 13.30, RTP1)

Outro filme muito habitual nesta época - só que esta é a versão moderna do bem mais célebre clássico de **George Cukor** (1933) que tinha, nos principais papéis, **Katherine Hepburn**, **Joan Bennett** e **Cia**. De qualquer modo, em comparação com outros *remakes* que entretanto foram feitos, este revela-se bem melhor, talvez também por ter como intérpretes principais actrizes como **Susan Sarandon** ou **Winona Ryder**. A história é conhecida: enquanto um pai de família combate na Guerra Civil norte-americana ao lado das tropas nortistas, a sua mulher trata de fortalecer o espírito de família junto das suas filhas e a sua força face ao mundo que as rodeia.



O sempre incontestável «O Mundo a seus Pés», de Orson Wells

Segredos e Mentiras (Sexta, 22.35, RTP2)

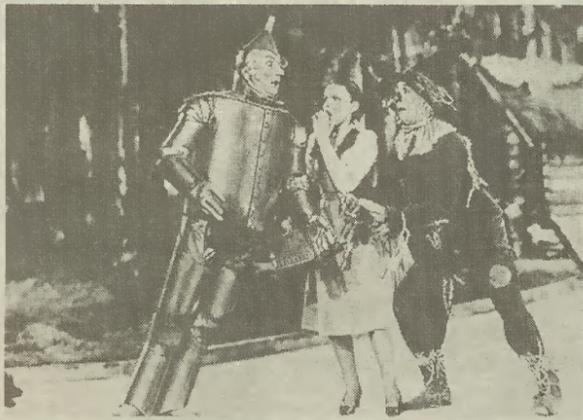
Depois de ter morrido a sua mãe adoptiva, uma jovem negra de 27 anos descobre, com surpresa, que a sua verdadeira mãe é branca e, através de uma amiga, chega ao seu conhecimento, concluindo que ela vivia uma existência particularmente difícil e fazendo amizade com ela. Esta, ultrapassado o choque inicial, começa a encontrar-se regularmente com a filha, reforçando-se uma grande amizade, mas os conflitos provocados pelo esconder da situação real não cessam de crescer. Um profundo drama, admiravelmente posto em cena por **Mike Leigh** e premiado em Cannes (1996) com a **Palma de Ouro**. Dramáticas interpretações de **Brenda Blethyn** e **Marianne Jean-Baptiste** nos papéis principais.

E a Vida Continua (Sábado, 01.00, RTP2)

Aquando do terrível sismo que assolou o Irão em 1990, cerca de 95% da população de uma zona na qual o grande realizador iraniano **Abbas Kiarostami** filmara a sua obra *Onde Fica a Casa do Meu Amigo* pereceu sob os escombros. O cineasta realiza então este outro filme no qual um jornalista vai à zona mais atingida pelo tremor de terra para saber do destino de dois jovens actores amadores que tinham entrado naquele primeiro filme. *E a Vida Continua* é, assim, uma obra admirável de força humana, que tem o poder documental de um quase-documentário. Um dos melhores filmes da semana.

Tempo de Matar (Domingo, 23.45, SIC)

«Adaptado de um romance de **John Grisham**, mestre do «thriller» de tribunal, «Tempo de Matar» é um impressionante drama sobre o



Um fotograma de «O Feiticeiro de Oz», de Victor Fleming

juízo de um negro acusado de ter morto dois brancos em plena rua. Estamos no Sul dos EUA e os dois homens tinham violado e agredido a sua filha de 10 anos, sendo postos em liberdade pelo juiz. O julgamento vai atear as paixões racistas e pôr a cidade à beira da explosão de violência. Um drama social e um «thriller» implacável.» É assim, com este eficaz espírito de síntese, que a SIC anuncia uma estreia premiada com referências elogiosas e que tem, como principais (e excelentes) intérpretes, **Samuel L. Jackson** e **Kevin Spacey**. A confirmar.

O Mundo a Seus Pés (Segunda, 00.55, SIC)

O cineasta **Orson Wells** vê, em 1939, aos 24 anos de idade, a **RKO** proporcionar-lhe a oportunidade da sua vida. Um contrato único nos anais da história de Hollywood, o de criar anualmente um filme em que ele

poderia ser o que quisesse - Produtor, Realizador, Autor, Actor. Surgiria, assim, o seu primeiro filme, *O Mundo a Seus Pés* - *Citizen Kane*, que **Wells** (sem experiência anterior no cinema) pôe de pé após meses de clausura e estudo visionando na *moviola* os grandes clássicos da 7.ª Arte. Deste filme se poderá falar como de uma obra que inaugura um novo período na história do Cinema - o do termo da grande tradição cinematográfica anterior à guerra (uma poderosa influência presente no filme) e o do começo do riquíssimo período do cinema dos anos 40 e 50 que o realizador inevitavelmente influenciou - e por isso se afigura acertadíssima a sua escolha como o primeiro de uma série de filmes que a SIC vai transmitir durante 99 sob o título genérico «Os Filmes do Século». Sabe-se das decisivas inovações técnicas e formais que o realizador trouxe para o cinema com este filme. Mas só o peso de um grande talento poderia transformar em uma grande obra de Cultura aquisições técnicas e formais tão impressionantes, se as compararmos com as que hoje existem, na maior parte dos casos ao serviço da exibição de meros e efêmeros espectáculos comerciais, em que qualquer semana televisiva tirada ao acaso é pródiga, como adiante se verá.

Die Hard 3, A Vingança

(Quarta, 23.45, SIC)

Cá está um dos tais casos em que os prodígios da técnica a que chegaram os estúdios americanos constituem um filão inesgotável. É o terceiro capítulo (e, coisa rara, não piorando em relação ao original) de um dos mais significativos e espectaculares exemplos do «cinema industrial» de aceitação certa. Excitantes momentos de entretenimento, desta vez com um vilão oriundo da ex-RDA (ora! ora!), e com o nosso **John McLane** mais uma vez a fazer frente às ameaças terroristas que pairam sobre... seja o que for, que é que isso interessa? Mais uma vez **Bruce Willis**, agora acompanhado de **Jeremy Irons** e **Samuel L. Jackson**. Naturalmente, uma estreia a não perder.



«Mulherzinhas», numa nova versão de Gillian Armstrong



Kevin Spacey, numa sequência de tribunal de «Tempo de Matar», de Joel Schumacher

CABO & SATÉLITE

Gershwin e a Comédia Musical

No último dia do ano, o canal franco-alemão **Arte** dedica a **George Gershwin** a sua noite temática, em particular a comédia musical norte-americana, transposta ou não para o cinema. Neste caso, a partir das 19.40

desta quinta-feira, será transmitido o filme «**Um Americano em Paris**» (1951) na sua versão original com legendas em francês, um clássico do cinema musical com realização de **Vincent Minnelli** e interpretação de **Gene Kelly** e **Leslie Caron**, entre outros.

Depois, durante hora e meia, segue-se o documentário intitulado «**Musicals Great Musicals**» (1996), com realização de **David Thomson**, sobre a unidade de produção de **Arthur Freed** na **MGM**. Finalmente, até perto da meia-noite (23.50), a cantora clássica **Barbara Hendricks**, acompanhada por um trio de jazz com **Monty Alexander** (piano), **Ira Coleman** (contrabaixo) e **Ed Thippen** (bateria), interpretará os grandes clássicos da canção escritos por **George e Ira Gershwin**.

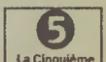
Um filme excelente para a quadra

Na *matinée* do primeiro dia do Novo Ano, o canal **La Cinquième** irá transmitir um filme que constitui um espectáculo de entretenimento e prazer para os olhos como é «**Guerra e Paz**» na versão de **King Vidor** e com a interpretação de **Audrey Hepburn** e **Henry Fonda**. Trata-se de uma adaptação cinematográfica do grande clássico de **Leon Tolstói** que não trai a obra literária, antes é fielmente traduzida no tom épico que lhe foi imprimido pelo cineasta. (La Cinquième, Sexta, das 13.40 às 17.25)

**La Cinquième**

Outra vez **La Cinquième**, mas agora com um documentário dedicado a **Claude Monet** que vai ser transmitido no próximo Domingo, pelas 8.25 da manhã. Mais precisamente, este filme foca o nascimento do *Impressionismo* na pintura, a propósito do incidente que rodeou o quadro *Impression, soleil levant* (1872) do grande pintor francês que foi apresentado por este ao **Salão dos Recusados** e que é hoje consensualmente considerado como o arranque do *Impressionismo*, assim tendo sido cognominado na época pelo jornalista **Louis Leroy**.

(La Cinquième, Domingo, das 08.25 às 08.50)



«Medas de Feno, Fim de Verão, Efeito Matutino» (1891), de Claude Monet

Uma escola na avalanche

Pela mão, ou pelos olhos, do jornalista Jacinto Godinho mais da equipa que o acompanhou, conhecemos a Escola Básica 2/3 do Monte de Caparica. Pelo menos para mim, e não decerto apenas para mim, foi um susto. Ouve-se falar do clima de indisciplina que hoje se vive nas escolas, do mundo perigoso que é hoje grande parte do universo escolar, e fica-se inquieto. Mas dificilmente se imaginaria que pudesse ser assim. Para quem está longe daquela realidade, mesmo para a maioria dos que têm filhos em idade escolar, a palavra "inacreditável" é a palavra certa. Entre a professora que ainda vai apanhar os alunos que se estiram ou rebolam no chão e a outra professora que já desistiu até de sequer separar os dois alunos que no chão prosseguem um pugilato que terá começado quando ainda estavam em pé, vai uma larga gama de comportamentos espantosos. Olha-se, e a gente pergunta-se que país, que mundo futuro vai sair dali. Olha-se, e a gente pressente que não vão ser país e mundo onde apeteça viver.

Resta a esperança de que a Escola Básica 2/3 do Monte de Caparica não seja amostragem exemplar da generalidade das escolas do país. Mais: que seja excepção, se tanto podemos desejar. Há argumentos em favor dessa fresta de optimismo, se é que optimismo se lhe pode chamar. A escola está situada em área suburbana da Grande Lisboa, ali habitam em situação de maior ou menor exclusão social minorias negras e ciganas, adivinha-se que é zona de misérias de vária ordem. Sempre podemos, enfim, aferrarmo-nos a estes argumentos para tentarmos esconjurar o pior. De súbito, porém, surgem sinais que não se incluem no quadro das atenuantes que em nossa própria defesa invocámos. Quando um miúdo que não tem nada o ar de ser excluído diz que gosta da escola porque através dela pode tirar a carta de condução, a questão é outra. Quando a reportagem nos informa que os grandes caminhos de futuro pessoal, os que têm poder de sedução bastante para desvalorizarem a aprendizagem no espírito dos garotos, são o futebol e a música (entenda-se: o pop/rock e as bandas juvenis que dão dinheiro, notoriedade e carro, sem a maçada de aprender o que a escola ensina), a questão volta a ser outra. E não é preciso ser bruxo para adivinhar que com uma outra sociedade, não sequer a caminho da perfeição possível

mas simplesmente melhor, tudo seria diferente: ter carro não surgiria como o meio para o máximo prazer possível, o mito do futebolista superpago não seria o *el-dorado* de instalação na vida adulta, as bandas pop/rock regressariam ao lugar de segunda linha que podem ter no projecto de existência da generalidade de jovens que pressintam na vida horizontes minimamente largos.

O criminoso está cá fora

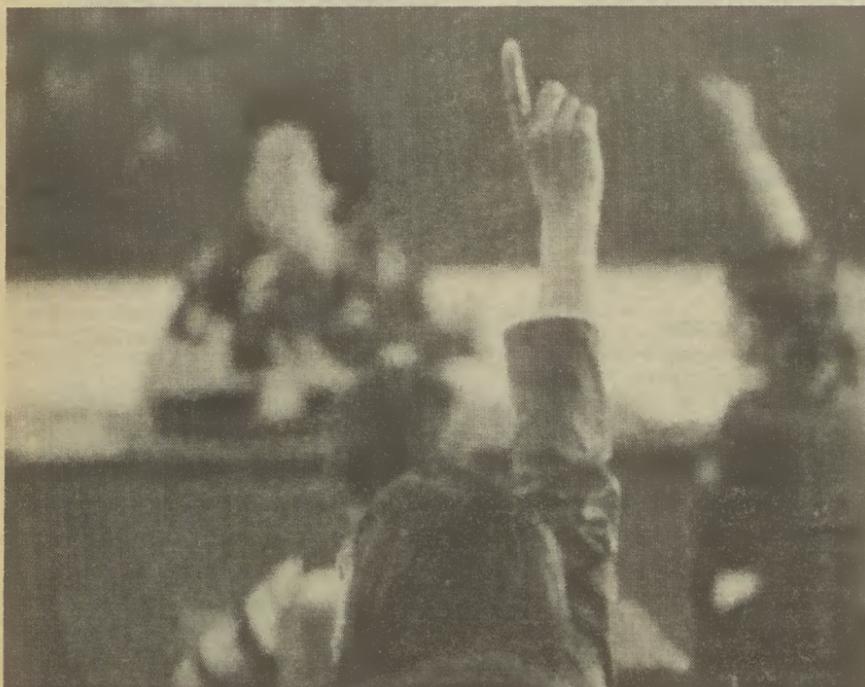
É claro que a reportagem de Jacinto Godinho só deu, das circunstâncias externas que explicam tudo ou quase tudo de quanto se viu, apenas sinais e, como era sua vocação, abordou quase exclusivamente a vida interna da escola. Nesse quadro, a atenção dada aos professores, co-protagonistas daquele universo tumultuoso, revelou atitudes diversas, desde a adopção de uma permissividade que pareceu a florir por vezes a tática demissão perante a anarquia e a violência, até uma estratégia que parte da não exclusão de ninguém para

o êxito de resultados pelo menos aceitáveis, se não bons. Ai se colocou, também tacitamente, a questão de uma escola de permissão que, mesmo na hipótese de sucesso local e interno, formará jovens que irão integrar-se numa sociedade que é repressiva mesmo quando não o pareça. De facto, entre a pedagogia mais aberta, decerto a que melhor corresponde às exigências profundas do humanismo e aos conhecimentos actuais na área científica, e o mundo que fora da escola espera a criança de já não o seja, há uma contradição total, porventura geradora de embates dramáticos. De onde a imperiosa necessidade de mudar a sociedade para que a mais humana educação possa provar todos os seus méritos.

Até lá, é o que vimos: tendo perante si garotos que desde muito cedo são inoculados com os vírus de um mercantilismo exacerbado e exacerbante, verdadeiramente totalitário, a escola vê-se à beira da impotência e já é heróica quando não opta pela capitulação. Entretanto, uma reportagem destas faz entender que mesmo uma escola esforçada, com professores inteligentes, perseverantes e corajosos, é bem pouco para que possa tornar-se um dique eficaz perante uma avalanche que vem de longe. E que é preciso conter.

TVISTO

■ Correia da Fonseca

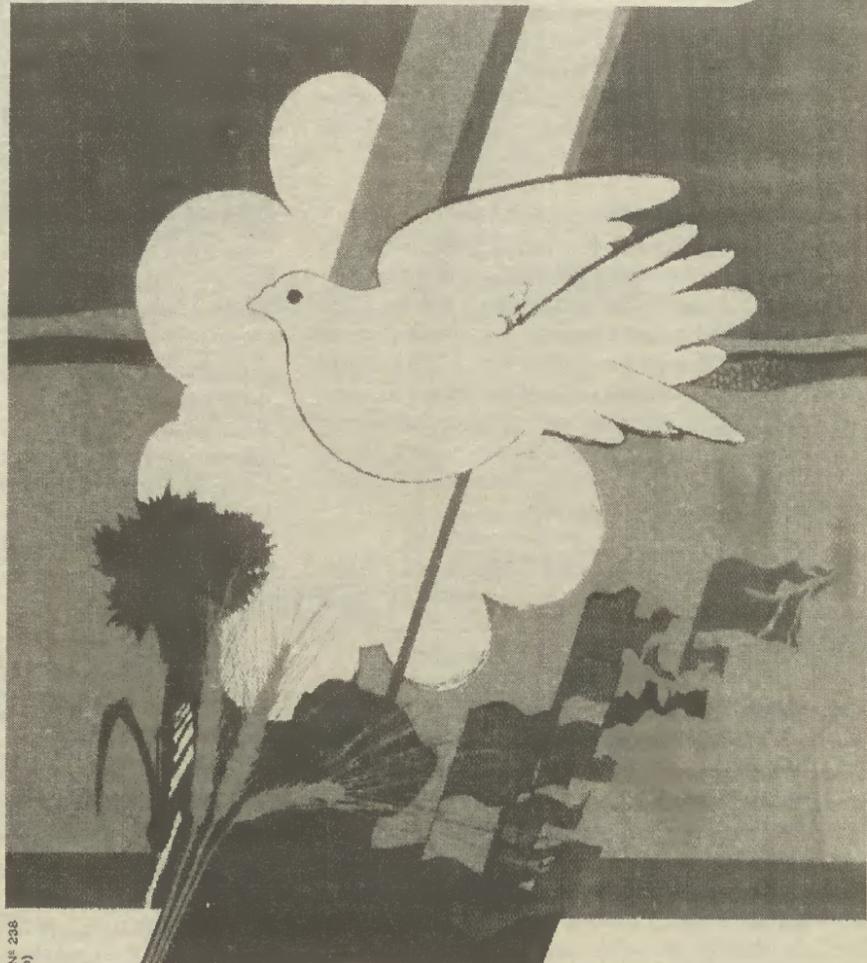


Rectificação

Por lapso, na última edição saiu truncado o nome do nosso colaborador Carlos Brito. Pelo facto, pedimos desculpas.

Proletários de todos os países: UNI-VOS!
O Militante

Um Novo Ano de luta pelos valores de Abril



Janeiro/Febrero 1999 - Nº 238
Preço 200\$00 (IVA incluído)

25 Abril/25 Anos

Depoimentos de Carlos Brito e Avelino Gonçalves e entrevista com o almirante Rosa Coutinho



SUMÁRIO ■



O Militante
Ano 67 Série IV Nº 238

Publicação bimestral

Propriedade
Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Telef: 793 62 72
Fax: 796 91 26

Nº Contribuinte 500940673
Director da publicação
Fernando Blanqui Teixeira

Administração
Editorial "Avante!", SA
Av. Almirante Reis, 90, 7.º A
1150 Lisboa
Telef: 815 34 87/81 53 11

Redacção
Rua Socorro Pereira Gomes
1600 - 196 Lisboa
Telef: 793 62 72

Internet
Web: <http://www.pcp.pt>
e-mail: pcp@mail.telepac.pt

Distribuição
Editorial "Avante!", SA

Impressão
Heska Portuguesa
Parque Industrial
do Campo Raso - Sintra

Depósito Legal 1622/88

Tiragem: 10.000 exemplares

Capa: Serigrafia de Armando Alves - 25 de Abril 1981

■ ABERTURA

2 Um novo ano de luta pelos valores de Abril

■ ORGANIZAÇÃO

4 Necessário debater as questões orgânicas
6 Seixal - A reorganização da célula dos trabalhadores da Câmara

■ POLÍTICA

9 A política do actual Governo Privatizar, desregularizar, precarizar

■ EDUCAÇÃO

12 Escola pública de qualidade: a luta por uma cidadania responsável

■ ECONOMIA

15 A BSE e as responsabilidades do Governo português

■ ECONOMIA

18 Vem aí o euro...

■ JUVENTUDE

21 A juventude contra a ideologia do capital
26 "Estes senhores têm é que ir trabalhar!"

■ OS 25 ANOS

27 A luta popular na vitória dos capitães
32 «Pressão social impôs prazo à descolonização»
36 Três momentos decisivos na construção democrática

■ HISTÓRIA

39 Outro referendo absurdo
47 Memória e actualidade da obra de Feneira de Castro

■ OFERTA DE LIVROS

49 Cristiano-Novos Judeus e os Novos Argonautas

■ APOURDADO

51 Máximas e reflexões



■ ARTIGOS E COMENTÁRIOS

52 O que alguns dizem sobre o PCP. Um exemplo... de uma prática corrente - Saragoça e o Nobel. Organismo de Estado. Timor e Prochet - As responsabilidades dos ELA - Estinções e condenações de partidos. Os melhores são os do PSD...

■ DOCUMENTOS

58 Comunicado do Comité Central
61 Por um sector público forte e dinâmico para a democracia e o desenvolvimento

63 Índice classificado dos artigos publicados em O Militante em 1998



O Militante

Brevemente à venda

ESCAPARATE

MUSEUS

Visitas a Museus

Que melhor época do que esta, repleta de dias livres dos feriados e das pontes, para visitar os nossos excelentes Museus espalhados por todo o país? Por que não «pegar» na família e decidir-se, finalmente, a ir passar uma hora àquele museu que há tanto tempo estava para ver em pormenor?

Para a cidade de Lisboa, aqui lhe deixamos hoje (por ordem alfabética) uma lista de sugestões:

Centro de Arte Moderna - Fundação Calouste Gulbenkian (R. Dr. Nicolau Bettencourt, 795 02 41);

Museu Arpad Szenes-Vieira da Silva (Praça / Jardim das Amoreiras, 388 00 44);

Museu Arqueológico (Ruínas da Igreja do Carmo, 346 04 73);

Museu da Água da EPAL (R. do Alviela, 813 55 22);

Museu da Marioneta (Largo Rodrigues de Freitas, 888 28 41);

Museu de Arte Popular (Av. Brasília, 301 12 82);

Museu de Artes Decorativas Portuguesas (Largo das Portas do Sol, 886 21 83);

Museu do Livro (Instituto da Biblioteca e do Livro, Campo Grande, 795 01 30);

Museu Nacional de História Natural (R. Escola Politécnica, 396 15 21);

Museu Nacional de Arte Antiga (R. Janelas Verdes, 396 41 51);

Museu Nacional do Azulejo (R. Madre de Deus, 814 77 47);

Museu Nacional do Traje (Largo Júlio de Castilho, Lumiar, 759 03 18);

Museu Nacional dos Coches (Pr. Afonso de Albuquerque, 363 80 22);

Museu Rafael Bordallo Pinheiro (Campo Grande, 757 47 64).



Festas de Fim de Ano

É evidente que por todo o país as pessoas vão fazer os possíveis e os impossíveis para se despedirem de 98 e entrar em 99 da maneira mais divertida. E deve dizer-se que o grande problema é a escolha, já que a oferta é mais do que sedutora.

Por exemplo, os leitores que vivem na região de Lisboa têm à sua disposição, em termos de grandes espectáculos de massas ao ar livre, as Festas de Fim de Ano que lhes serão proporcionados pela Câmara Municipal de Lisboa, no Terreiro do Paço, ou pelo Parque das Nações (ex-Expo'98), na Praça Sony.

Na primeira, actuarão André Sardet, TC & Diana Bastos, Paulo Gonzo, Delirium e a Orquestra Cubana «El Sabor Latino».

Na segunda, os nomes convidados são os de Chico César, Rui Veloso, Dany Silva, Né Ladeiras, Filipa Paes e a Quinta do Bill.

Em ambos os casos, haverá fogo de artifício à meia-noite em ponto (no Parque das Nações, a anteceder a actuação dos Quinta do Bill). Neste último caso, o DJ Paulo Roque animará música para dançar até alta madrugada e haverá dez bares abertos na zona da Praça Sony, onde os espectáculos decorrerão.

Também as organizações nacional e locais do PCP vão organizar Festas de Fim de Ano um pouco por todo o país. Por exemplo, em Lisboa, o réveillon será na Voz do Operário com música ao vivo por duas bandas e ainda jantar (refeição, espumante e Bolo-Rei) ou ceia (com espumante e Bolo-Rei). Marcações para o telefone 886 21 55 (Paula Carvalho ou Fernando Bárbara) ou para o C. T. Vitória, 356 27 15 (Rui Menezes ou Martinho Baptista).

Que todos entrem no Novo Ano com o pé direito (que é como quem diz... o esquerdo) é o nosso maior desejo!

Reveillon

do Partido Comunista Português

na VOZ do OPERÁRIO

Música ao Vivo com 2 Bandas

Entradas:

c/ Jantar (refeição, espumante e Bolo Rei) --- 6000 PCP'S
c/ Mesa (espumante e Bolo Rei) --- 2500 PCP'S
após 00:30h --- 1000 PCP'S

Informações: 886 21 55

- Voz do Operário tel: 886 21 55 (Paula Carvalho ou Fernando Bárbara)
- C.T. Vitória tel: 356 27 15 (Rui Menezes ou Martinho Baptista)

MÚSICA

Recital de Piano

O ano musical de 99 começa da melhor maneira. Na terça-feira 5 de Janeiro, às 19 horas, no Grande Auditório, prossegue a

Temporada de Música 1998 / 1999 da Fundação Calouste Gulbenkian, com um recital pelo grande pianista português Sequeira Costa. Para esta sua apresentação em Portugal, o pianista escolheu o seguinte repertório: *Nenia, Op. 18*, de Giovanni Sgambati; *Bénédiction de Dieu dans la solitude* e *Jeux d'eau à la Villa d'Este*, de Franz Liszt; *Scherzo Op. 16, n.º 2*, de Eugène d'Albert; e *Phantasiestücke Op. 12*, de Franz Schubert. Este recital é incluído no Ciclo de Piano.

Temporada de Música 1998 / 1999 da Fundação Calouste Gulbenkian, com um recital pelo grande pianista português Sequeira Costa. Para esta sua apresentação em Portugal, o pianista escolheu o seguinte repertório: *Nenia, Op. 18*, de Giovanni Sgambati; *Bénédiction de Dieu dans la solitude* e *Jeux d'eau à la Villa d'Este*, de Franz Liszt; *Scherzo Op. 16, n.º 2*, de Eugène d'Albert; e *Phantasiestücke Op. 12*, de Franz Schubert. Este recital é incluído no Ciclo de Piano.

RÁDIO

Uma opereta divertidíssima

Quem gosta de boa música pode também preparar-se para a passagem do ano a ouvir boa rádio, neste caso a RDP - Antena 2, que vai transmitir na quinta-feira 31, a partir das 20 horas e até cerca da meia-noite, na sua rubrica «Noite de Ópera», a opereta «O Morcego» de Johann Strauss. Trata-se da célebre versão de 1960, dirigida por Herbert von Karajan e com Waldeemar Kemntt, Hilda Gueden, Erika Kóth, Walter Berry, Giuseppe Zampieri, Regina Resnik, Peter Klein, Erich Kunz e Hedwig Schubert nos principais papéis. Participam, ainda, o Coro

da Ópera de Viena e a Orquestra Filarmónica de Viena.

Mas um dos atractivos desta versão de «O Morcego» são os convidados que participam na festa que é dada pelo Príncipe Orlovsky e que, neste caso, são, nada mais nada menos do que Renata Tibaldi, Fernando Corena, Brigit Nilsson, Mario del Monaco, Teresa Berganza, Joan Sutherland, Jussi Bjorling, Leontyne Price, Giulietta Simonato, Ettore Bastianini e Ljuba Welitsch - ou seja, uma impressionante galeria de cantores e cantoras de primeiro plano. A não perder!



TEATRO

Fim do Ano com Brecht em cena

Se o leitor prefere um Fim do Ano mais sossegado, instalado no interior de uma casa de espectáculos mas também com comemoração à altura, então poderá escolher assistir a um

espectáculo como «O Mar é Azul, Azul» que vai ter a sua última representação precisamente na quinta-feira, 31. O espectáculo começará por volta das 22 horas e à meia-noite, para além de se celebrarem as doze badaladas, será servido *champagne*! Este espectáculo de João Lourenço, Vera San Payo de Lemos e José Fanha é comemorativo do centenário do nascimento de Bertolt Brecht, tem encenação de João Lourenço, direcção musical de João Paulo Santos, música de Kurt Weil, Paul Dessau, Hans Eisler, Pedro Osório e Eduardo Paes Mamede e a interpretação estará a cargo de Irene Cruz, José Jorge Duarte, Carlos Pisco, Joana Almada e Sara Cavaco. Ao piano: Nuno Lopes. Divirtam-se!



ATALHE DE FOICE

A voracidade dos vendilhões

A ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, encontrou na questão dos resíduos industriais perigosos a sua grande oportunidade no palco da política nacional. Já não era sem tempo. Durante quase três anos, esta senhora labutou para que dessem por ela num Executivo onde, ainda por cima, várias mulheres se impunham por isto ou por aquilo e rapidamente ascenderam, quando não ao estrelato, pelo menos ao proscénio do espectáculo da comunicação.

Enquanto Maria de Belém embulhava os problemas da Saúde num imenso sorriso de faz-de-conta e simpatia ou Maria João Rodrigues fazia do (des)Emprego um espectáculo de wrestling em sessões contínuas, Elisa Ferreira boiava nas águas paradas do politicamente correcto, ora pedindo desculpas «pelo tanto que falta fazer em matéria ambiental», ora prometendo «estratégias» como quem se penitencia, e sempre deixando no ar um cheiro de indecisão que cedo perfumou sarcasmos jornalísticos.

O tempo foi passando e até secretárias de Estado, como Ana Benavente e Manuela Arcaño, conquistaram protagonismos avessos à ministra do Ambiente, a primeira movendo-se, convicta, no pântano da Educação, a segunda afrontando com decisão a surda arrogância do seu próprio ministro, Sousa Franco.

Mas eis que aflora no horizonte português um negócio que alguns capitalistas mantinham sob discreta vigilância desde que constou, na Europa dos ricos, ser «o negócio do século XXI»: o tratamento dos resíduos produzidos em escala cada vez mais perigosa. Os homens do dinheiro fizeram contas e, Midas como sempre, até o lixo quiseram transformar em ouro. Tomada a decisão, pelo poder económico, de pôr a render a co-incineração dos resíduos tóxicos e perigosos, o poder político fez o que lhe competia: pôs a máquina em movimento.

Foi aí que a questão do Ambiente entrou no quotidiano dos portugueses com a urgência de um S.O.S. De repente, o coração do Governo deixou de ter baques educacionais e passou a ter impactes ambientais. A defesa dos oceanos e dos patrimónios naturais, as preocupações com o ozono e os resíduos perigosos, a atenção aos lençóis friáticos e à contaminação dos solos, os projectos para a despoluição dos rios e do ordenamento do território passaram a viajar transversalmente pelos discursos governamentais, sempre afinados pelo verbo infatigável e escolasticamente esculpido do primeiro-ministro.

Como era de esperar na prática do Governo, a generalidade destas preocupações não passaram do plano teórico e, do foguetório de trabalho a haver em matéria ambiental, nada teve expressão no terreno. O país, apesar de agora lavado por uma encurrada de oratória, continuou sossegadamente a ser contaminado por uma miríade de impunidades.

Todavia (há sempre uma fatídica adversativa no jogo político...), algo emergiu, novo e pertinaz, neste mar de vacuidades: a preocupação com os resíduos tóxicos e perigosos. E tão funda era essa «preocupação», que o Executivo de António Guterres fez o inesperado: agiu na calada dos gabinetes e forjou um plano integrado que desse corpo, não à preocupação estratégica com os resíduos tóxicos e perigosos, mas ao negócio concreto e privado da co-incineração. Estava explicada a febre ambientalista que acometera o poder político em Portugal.

Foi assim que Elisa Ferreira viu cair-lhe no regaço a distribuição de um papel de relevo no teatro do poder e agarrou a oportunidade com tal volúpia, que a ministra indecisa de outrora se metamorfoseou numa executiva implacável. Fica na história das misérias deste Governo algumas afirmações brutais desta ministra, como a de que «o Barreiro é um local adequado para a estação de tratamento de resíduos perigosos porque a sua população já está habituada à poluição».

Pairando, majestática, sobre os acontecimentos, a ministra do Ambiente prestou-se à coordenação duma das mais chocantes burlas políticas deste Executivo PS: a encenação de uma pretensa auscultação pública às populações atingidas por um projecto de co-incineração que estava decidido à partida. Fica, igualmente, para a história das misérias deste Governo o seu patrocínio do grotesco advocatório do projecto perante populações maciçamente discordantes, protagonizado pelos agentes dos próprios grupos monopolistas apostados no negócio.

Finalmente, caiu o pano sobre o entremez, com Elisa Ferreira encenando uma decisão há muito tomada. Sob a mesma bulldozer do autoritarismo «dialogante» ficaram soterrados os pareceres, advertências, alternativas e pedidos de mais estudo que choveram de todo o lado, irmanados na sepultura com a própria retórica governamental.

De pé, e garantida pelo Governo PS, só ficou a voracidade dos vendilhões.

■ Henrique Custódio

Transição para o euro começa dia 1 de Janeiro

Com a entrada do novo ano arranca a terceira fase da União Económica e Monetária em que se inicia o período de transição durante o qual o euro substituirá progressivamente as moedas nacionais dos 11 Estados membros participantes.

Contudo, apesar de passar já a constituir a moeda oficial dos 11 países, as notas e moedas euro só entram em circulação em 1 de Janeiro de 2002. As moedas nacionais (escudo, peseta, lira franco, marco, florim, etc.) mantêm-se até 30 de Junho de 2002.

Assim, nos próximos três anos, o euro não terá uma existência física embora possa ser utilizado em pagamentos ou recebimentos através de instituições bancárias, na emissão de cheques, na utilização de cartões de crédito ou de débito, no pagamento de serviços por multibanco, na aquisição de acções ou de outros valores mobiliários, assim como na constituição de depósitos ou outras aplicações.

Ao mesmo tempo, durante este

período transitório (até Junho de 2002), a introdução da moeda europeia não implica a alteração de contratos estabelecidos em escudos. Isto significa que não serão alterados nem o valor nem o prazo ou taxa das aplicações de poupança sejam elas depósitos bancários, fundos de investimento, obrigações ou acções.

Mesmo nos casos de empréstimos que têm como taxa de referência a Lisbor (taxa de juro resultante da média das taxas internas dos oito principais bancos nacionais), esta continuará a vigorar, podendo ser substituída pelo Euribor (indexante europeu) nos novos contratos de empréstimo, ou por mútuo acordo.

Com o novo ano são fixadas definitivamente as taxas de con-



versão para cada uma das moedas nacionais. Quer isto dizer que, a partir de amanhã, os valores do escudo relativamente ao euro e às dez restantes moedas europeias passarão a ser sempre os mesmos, deixando de subir ou descer diariamente.

O fim das cotações directas em relação às outras moedas exteriores à zona do Euro, como é o caso do dólar, significa que o que flutuará é o valor do euro e portanto o contravalor em escudos, marcos ou pesetas. Por outras palavras, como a divisa portuguesa terá sempre o mesmo valor face à moeda única europeia, quando o euro subir em relação ao dólar

americano, serão necessários menos escudos para comprar dólares e vice-versa.

O valor do euro em escudos só deverá ser conhecido na sexta-feira, prevendo-se que venha a rondar os 200 escudos. Independentemente das cotações registadas na véspera no fecho dos mercados, os valores das moedas dos onze países, que foram definidos em Maio último, passam a ser os seguintes: marco alemão - 102,505 escudos; franco francês - 30,5634 escudos; peseta - 1,20492 escudos; franco belga/luxemburguês - 4,96984 escudos; libra irlandesa - 254,560 escudos; florim holandês - 90,9753 escudos; xelim austríaco - 14,5697 escudos; markka finlandesa - 33,7187 escudos e lira italiana (1000) - 103,541 escudos.

Nesta fase não participam quatro países da União Europeia: Reino Unido, Suécia, Dinamarca e Grécia, pelo que as respectivas moedas continuarão a descer ou a subir em relação ao euro.

Revolução cubana comemora 40.º aniversário

Assinalando o 40.º aniversário da revolução cubana, que se comemora sexta-feira, dia 1 de Janeiro, o Comité Central do PCP enviou uma mensagem ao CC do PC de Cuba transmitindo «as mais calorosas felicitações e fraternais saudações dos comunistas portugueses».

O texto salienta que «o triunfo da revolução cubana e o empreendimento da construção de uma sociedade nova, mais justa, mais humana e mais fraterna, constitui um acontecimento histórico de grande significado que influenciou e influencia positivamente a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos da América Latina e de todo o mundo».

«Pelas suas notáveis realizações, nomeadamente na esfera

social e cultural, pela coragem e dignidade com que se tem defendido, pelo exemplo de patriotismo e internacionalismo que tem projectado, a revolução cubana é digna da admiração e da solidariedade das forças democráticas e progressistas do mundo inteiro. Em Portugal, as grandes acções de solidariedade com Cuba e contra o criminoso bloqueio imposto pelos EUA que tiveram lugar por ocasião da Cimeira Ibero-Americana do Porto, constituem uma magnífica expressão dos generalizados sentimentos de amizade do povo português para com o povo cubano, que o PCP procurará que se fortaleçam sempre mais. Sentimentos que no nosso país mobilizam sectores cada vez mais amplos da juventude, confirman-



Faleceram

Beatriz dos Santos Martins

Beatriz dos Santos Martins, de 82 anos de idade, faleceu no dia 28 de Dezembro. Era mãe de Filipe Leandro Martins, chefe da Redacção do «Avante!», a quem o Secretariado do Comité Central do PCP apresentou as suas condolências.

O funeral realizou-se ontem, em Almada, nele se incorporando muitos militantes e dirigentes do Partido, nomeadamente do colectivo do «Avante!».

A Redacção do «Avante!» manifesta o seu sentido pesar pela perda sofrida por Leandro Martins e sua família.

José dos Santos

Faleceu, no passado dia 26 de Dezembro, no Hospital Distrital de Setúbal, José dos Santos, professor do ensino primário, reformado.

Natural do distrito da Guarda, contava 85 anos. Democrata muito estimado, sempre foi solidário com as lutas dos trabalhadores. Era pai da camarada Odete Santos, deputada na Assembleia da República, a quem a DORS e a Comissão Concelhia de Setúbal apresentaram sentidas condolências, tendo também delegações respectivas participado no funeral.

A Redacção do «Avante!» manifesta o seu sentido pesar pela perda sofrida por Odete Santos e sua família.

do a crescente atracção da nova geração pelos valores da amizade e da solidariedade internacionalista e pelos ideais do socialismo.

«A corajosa resistência às ingerências e agressões do imperialismo e o trabalho criador dos comunistas e do povo cubano ao longo destes 40 anos mostram que, mesmo na actual correlação de forças desfavorável no plano mundial, um povo unido, determinado e contando com a solidariedade internacional, poder resistir a poderosos inimigos e, certamente com muitos sacrifícios, persistir na sua opção socialista de desenvolvimento.

«É o socialismo, e não o capitalismo, que pode dar resposta aos problemas da humanidade. É com esta profunda convicção que em Portugal os comunistas defendem os interesses dos trabalhado-

res, do povo e do país, lutam por uma viragem de esquerda na vida política nacional, apontam o objectivo de construção em Portugal de uma sociedade socialista, defendem o fortalecimento da solidariedade internacionalista dos comunistas, dos progressistas, dos trabalhadores e dos povos e, em particular, a solidariedade para com os comunistas cubanos, o heróico povo de Cuba e a sua revolução», conclui a mensagem fazendo votos dos «melhores sucessos» e confirmando «a amizade e fraternal solidariedade dos comunistas portugueses».

